

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA
BRASILEIRA

WELLINGTON SOARES DA CUNHA

O poema Vila Rica e a Historiografia Colonial

São Paulo
2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

WELLINGTON SOARES DA CUNHA

O poema Vila Rica e a Historiografia Colonial

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da FFLCH/USP.

Área de concentração: Literatura Brasileira

Orientador: Prof. Dr. João Adolfo Hansen

São Paulo
2007

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Serviço de Biblioteca e Documentação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

C972

Cunha, Wellington Soares da
O poema Vila Rica e a historiografia colonial / Wellington Soares da Cunha ; orientador João Adolfo Hansen. -- São Paulo, 2007.
173 f.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Literatura Brasileira. Área de concentração: Literatura Brasileira) - Departamento de Letras Clássicas e Vernáculos da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

1. Costa, Cláudio Manoel da, 1729-1789. 2. Poema épico – Brasil – Século 18. 3. Literatura brasileira (Crítica e interpretação). 4. Período Colonial (Minas Gerais; Brasil) - Historiografia. 5. Literatura colonial - Brasil. I. Título.

21ª. CDD 869.8992109033
981.5103

*À minha esposa Luciana
pelo amor e paciência.*

*Aos meus familiares
pelo apoio incondicional em todos os momentos.*

Agradeço:

Ao professor João Adolfo Hansen pela competência na orientação desta pesquisa e pela paciência nas correções, conduzindo sempre o trabalho a um caminho preciso.

Aos professores Roberto Brandão e Eduardo Navarro, pelas valiosas contribuições a este trabalho quando do meu exame de qualificação que reconduziram o trabalho a outros caminhos, mais iluminados.

Aos professores Alfredo Bosi e José Miguel Wisnik pelo brilhantismo em seus cursos na pós-graduação e aos demais professores que em algum momento estiveram presentes com valiosas palestras, durante as aulas do curso.

À professora Maria Lúcia Hilsdorf, da Faculdade de Educação da USP, pelos esclarecimentos quanto à educação em tempos pombalinos.

Aos amigos Djalma Lima Espedito, Eduardo Sinkevisque e Ricardo Martins Valle, da pós-graduação. São eles que, assim como eu, se aventuraram a compreender o século XVIII e com isso me ajudaram de maneira incomensurável com suas dissertações e teses, compondo o que de mais novo existe sobre esse passado longínquo.

Aos funcionários da Biblioteca Central da FFLCH-USP, pelo apoio nos momentos em que o livro se perdia entre as estantes e pela paciência quando o mesmo ficava em casa, mesmo após o término do prazo. Ao apoio dos funcionários da Seção de Obras Raras da Biblioteca Mário de Andrade e do Arquivo Público do Estado de São Paulo, bem como do CEDIC – Centro de Documentação e Informação Científica “Prof. Casemiro dos Reis Filho”, vinculado à PUC-SP, pelos serviços de microfilmagem das fontes.

Aos funcionários do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas – Setor de Pós-Graduação – Jacó, Lina e Sérgio, pelo bom encaminhamento das questões burocráticas. Aos alunos do curso de graduação em Letras, que se dispuseram a participar do grupo de estudo aberto por mim em tempos de Bolsa PAE. À Mônica e demais funcionários da Diretoria de Ensino Norte I, pelo bom encaminhamento das questões referentes à Bolsa Mestrado.

À minha esposa Luciana pelo auxílio na digitação e pelo constante apoio, a Letícia Cardoso, pela rapidez nas correções ortográficas quando o prazo era exíguo e a Laila e Marcelo, pelo auxílio na língua inglesa, na produção do *Abstract*.

Ao professor Jean Marcel de Carvalho França, do curso de História da UNESP – Campus de Franca –SP, pela idéia inicial do projeto de pesquisa cujo resultado aqui se apresenta, e a todos desta universidade que me ajudaram, direta ou indiretamente a amadurecer o projeto, ainda em meus anos de estudante de História. Aí foi plantada a semente, agora ofereço a árvore.

A todos enfim da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, pela oportunidade de realização do curso de pós-graduação em literatura brasileira.

A todos o meu mais sincero Muito Obrigado!

Resumo

Este trabalho irá propor novas possibilidades de leitura para o poema épico *Vila Rica*, do poeta mineiro Cláudio Manoel da Costa (1729-1789). Escrito em 1773, não chegou a vir à público durante a vida do autor que, desiludido com a pouca repercussão de suas obras na metrópole portuguesa, não o teria considerado digno de publicação, o que viria a ocorrer somente postumamente em 1839. Ocorre, porém, que *Vila Rica* é um documento de grande importância para a história do país, visto que faz a representação muito atenta da fundação da capital das Minas, cidade que aí significa a própria pátria. Seu poema épico é, antes de tudo, um dos poucos textos escritos em tempos coloniais que evidenciam perspectivas de análise da formação social, política e econômica da capitania de Minas. Ademais, as edições do *Vila Rica* são relativamente raras e pouco ensejaram leituras de caráter historiográfico que visassem compreender a obra como documento histórico. Faz-se imprescindível, portanto, à historiografia dos textos coloniais, definir novas possibilidades de leitura deste texto épico, contribuindo para enriquecer a historiografia colonial. Para isso devemos percorrer em análise as partes essenciais que compõem o *Vila Rica*, desde a *Carta Dedicatória* e o poema propriamente dito, passando pelo estudo histórico que o fundamenta, bastante revelador das qualidades literárias de Cláudio como historiador, o *Fundamento Histórico*. Resultado do empenho do poeta em vasculhar documentos e colher relatos sobre Minas, o *Fundamento Histórico* demonstra a nítida preocupação de fornecer autoridade à história que narra por meio da análise crítica e da escolha criteriosa das fontes. Sendo assim, a escrita da história contida no *Fundamento* e a utilizada no poema possuem características distintas, que respondem a pretensões específicas, que deveremos analisar. Pensar a maneira como se utiliza a História nestes dois níveis discursivos é tarefa imprescindível para iniciar qualquer consideração acerca do valor historiográfico do poema. E será este o motivo condutor do trabalho. Mostraremos enfim os critérios utilizados pela crítica já feita sobre o poeta e sua obra, que sempre tendeu à sua desvalorização do poema, para mostrar em seguida uma nova possibilidade de análise, comprometida em esboçar o valor historiográfico do poema a partir de sua própria constituição como discurso de gênero histórico. Assim percorreremos duas vias de análise. Em primeiro lugar procuraremos entender o poema como produto de sua época, definindo seus principais níveis de existência, desde a criação, passando pela circulação e leitura do mesmo. Desta análise passaremos a outra, comprometida com o entendimento dos pressupostos aplicados ao épico que o puderam definir como escrito de gênero histórico, reavaliando assim a obra. Discutiremos também a consciência, sempre presente na obra de Cláudio Manuel da Costa, de pertencer a uma nova terra, o que levou à afirmação do seu sentimento nacionalista e da motivação para a Inconfidência feita pelos críticos românticos. Veremos enfim as bases que conduzem este suposto patriotismo, a partir de uma análise dos preceitos poéticos utilizados pelo autor, tendo assim por tarefa perceber até que ponto este patriotismo deve ser entendido como expressão psicológica e individual de uma paixão pela pátria ou como mera aplicação de uma tópica de composição.

Palavras chave: Minas Gerais, historiografia, poesia épica, Cláudio Manuel da Costa, Vila Rica (poema).

Abstract

This work offers a new approach to the epic poem *Vila Rica*, by Minas Gerais-born poet Cláudio Manoel da Costa (1729-1789). Written in 1773, it was not published during the life of the author who, disenchanted with the poor repercussion of his works in the Portuguese metropolis, did not consider it worth of publication, which would only occur posthumously in 1839. Nevertheless, *Vila Rica* is a very important document for the history of the country, since it offers a rather accurate representation of the foundation of the Minas capital, a city that in this context means the country itself. His epic poem is, above all, one of the few documents written in colonial times that focus on the analysis of the social, political and economical formation of the captaincy of Minas. Furthermore, the editions of *Vila Rica* are relatively rare and little instigate historiographic studies that aim at perceiving the work as a historical document. It is imperative then, to the historiography of the colonial texts, to define new reading approaches to this epic text, contributing to enrich the colonial historiography. For that we must analyze the essential parts that make up *Vila Rica*, from *Carta Dedicatória* (*Dedicatory Letter*) and the poem itself, through the historic study that substantiates it, very revealing of Cláudio's literary talent as a historian, *Fundamento Histórico* (*Historic Foundation*). A result from the poet's application to search through documents and gather accounts on Minas, *Fundamento Histórico* clearly evinces the concern to provide authority to the story it narrates through critical analysis and a discerning choice of sources. That way, the history account in *Fundamento* and the one utilized in the poem have distinct characteristics, which aim at specific objectives, which we will analyze. To study the way he utilizes History in these two discursive levels is an indispensable task to approach any consideration as to the poem's historiographical value. And this will be the main motive of the work. We will show the criteria used by the critics on the poet and his work, which always tended to the depreciation of the poem, to later demonstrate a new possible analysis, one committed to sketch the poem's historiographic value from its own constitution as a historical discourse. We will therefore cover two lines of analysis. First we will try to understand the poem as a product of its own time, defining its main levels of existence, from its creation through its circulation and reading. From that we will proceed to the next one, committed to understanding the plans applied to the epic that could define it as a historical text, thus reevaluating the work. We will also discuss the conscience, always present in Cláudio Manuel da Costa's work, that he belonged to a new land, which led to the affirmation of his nationalist feelings and the motivation for the *Inconfidência* (*Disloyalty*) made by the romantic critics. Finally, we will see the bases that direct this presumed patriotism, from an analysis of the poetic principles utilized by the author, aiming at perceiving how much this patriotism should be understood as a psychological and individual expression of a passion for his country or as a mere application of an argument for composition.

Keywords: Minas Gerais, historiography, epic poetry, Cláudio Manuel da Costa, Vila Rica (poem).

Lista de Ilustrações

Ilustração 1: Armand Pallière. <i>Vila Rica</i> . Século XIX. Museu da Inconfidência, Ouro Preto.....	14
Ilustração 2: Retrato de Cláudio Manuel da Costa	27
Ilustração 3: Frontispício da primeira edição, de 1839, do poema <i>Vila Rica</i> , de Cláudio Manuel da Costa	43
Ilustração 4: Frontispício de <i>O Verdadeiro método de estudar</i> , de Luiz Antônio Verney).....	56
Ilustração 5: Retrato do Conde de Bobadela, Gomes Freire de Andrada.....	64
Ilustração 6: Frontispício da primeira edição da <i>História da América Portuguesa</i> , de Sebastião da Rocha Pitta.....	68
Ilustração 7: Mapa da viagem da Governador Antônio de Albuquerque às Minas Gerais.....	104

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08
O poema Vila Rica: um lugar historiográfico a ser evidenciado	09
1. O Cenário	14
1.1. O ambiente de produção	16
1.2. Renovações políticas e culturais no Estado do Brasil	19
2. O auctor e sua obra: A poesia e a história na obra épica de Cláudio Manuel da Costa	27
3. Por uma leitura histórica de <i>Vila Rica</i>: Considerações no âmbito da historiografia	43
3.1. Uma leitura histórica de Vila Rica.....	47
3.2. O decoro poético	59
3.3. A História, no épico <i>Vila Rica</i>	61
3.4. A Carta dedicatória	63
3.5. Prólogo	66
3.6. O Fundamento Histórico	67
4. A história como gênero discursivo no épico <i>Vila Rica</i>: entre preocupações documentais e utilizações teológicas e políticas	96
BIBLIOGRAFIA	171

INTRODUÇÃO

Também é manifesto que a estrutura da poesia épica não pode ser igual à das narrativas históricas, as quais têm que expor, não uma ação única, mas um tempo único, com todos os eventos que sucederam nesses períodos a uma ou várias personagens, eventos cada um dos quais está para os outros em relação meramente casual. Com efeito, a batalha de Salamina e a derrota dos Cartagineses na Sicília desenvolveram-se contemporaneamente, sem que estas ações tendessem para o mesmo resultado; e, por outro lado, às vezes acontece que em tempos sucessivos um fato venha após outro, sem que de ambos resulte comum efeito.

Aristóteles. Poética.

Introdução:

O poema *Vila Rica*: um lugar historiográfico a ser evidenciado

Entre as capitanias que compunham a parte americana do império colonial português, no século XVIII a mais promissora era Minas Gerais, rica região produtora de ouro. Ali, devido à urbanização impulsionada pela produção de ouro, autores árcades ligados a academia literárias evidenciam as relações da região com outros lugares coloniais e centros europeus.

Entre os textos produzidos nas Minas Gerais desses tempos está o poema épico *Vila Rica*, do poeta mineiro Cláudio Manoel da Costa (1729-1789). Escrito em 1773, não chegou a vir a público durante a vida do autor. Consta que, desiludido com a pouca repercussão de suas obras na metrópole portuguesa, não o teria considerado digno de publicação, o que viria a ocorrer somente em 1839, 50 anos após a morte do autor.

Ocorre, porém, que a epopéia de Cláudio Manuel da Costa é um documento de grande importância para a história do país, visto que faz a representação muito atenta da fundação da capital das Minas, cidade que aí significa a própria pátria. Seu poema épico é, antes de tudo, um dos poucos textos escritos em tempos coloniais que evidenciam perspectivas de análise da formação social, política e econômica da capitania de Minas. Não obstante tal peculiaridade, o poema praticamente não tem sido estudado sob esse aspecto. Sua relevância para a historiografia do período colonial tem sido pouco considerada. O que temos, em geral, são análises literárias – tais como a de Antonio Candido – acerca da sua qualidade artística e poética. Ademais, as edições do *Vila Rica* são relativamente raras e pouco ensejam leituras de caráter historiográfico que visassem compreender a obra épica de Cláudio Manuel da Costa como documento histórico. Faz-se imprescindível, portanto, à historiografia dos textos coloniais, definir novas possibilidades de leitura dela, contribuindo para enriquecer a historiografia que

abarca o conjunto de obras que poderiam ser agrupadas sob a denominação de “visões coloniais do Estado do Brasil”.

Para isso devemos percorrer em análise as partes essenciais que compõem o *Vila Rica*, desde a *Carta Dedicatória* e o poema propriamente dito, passando pelo estudo histórico que o fundamenta, bastante revelador das qualidades literárias de Cláudio como historiador, o *Fundamento Histórico*. Resultado do empenho do poeta em vasculhar documentos e colher relatos sobre Minas, o *Fundamento Histórico* é trabalho de historiador, visto que demonstra a nítida preocupação de fornecer autoridade à história que narra por meio da análise crítica e da escolha criteriosa das fontes.

Sendo assim, a escrita da história contida no *Fundamento* e a utilizada no poema possuem características distintas, que respondem a pretensões específicas. No *Fundamento*, a pesquisa documental confere valor de verdade histórica ao passado mineiro, ao passo que no poema ocorre uma utilização da História como elemento confirmador da lógica do Estado português, celebrando a hierarquia e o Império Luso. Pensar a maneira como se utiliza a História nestes dois níveis discursivos é tarefa imprescindível para iniciar qualquer consideração acerca do valor historiográfico do poema. E será este o motivo condutor do trabalho.

A fim de definir os pressupostos para esta possibilidade de leitura e valorização do *Vila Rica*, deveremos adentrar certamente no árduo terreno das considerações críticas a respeito das qualidades estéticas, poéticas e históricas do poema, discutindo a crítica feita sobre o *Vila Rica*.

Muitos críticos literários dos séculos XIX e XX, de José Veríssimo a Antonio Candido, viram *Vila Rica* como obra de importância ínfima entre as produzidas pelo autor, qualificando-a como obra menor, sem importância considerável para a história da literatura, quando não a deram por medíocre e enfadonha. No entanto, se entendermos

Vila Rica como contribuição para a historiografia de Minas produzida poeticamente dentro dos preceitos aristotélicos que definiam o gênero histórico no tempo de Cláudio Manuel da Costa, teremos uma nova possibilidade de critérios de julgamento qualitativo de *Vila Rica*. Mostraremos enfim os critérios utilizados por esta crítica que sempre tendeu à desvalorização do poema, para mostrar em seguida esta nova possibilidade de análise, comprometida em esboçar o valor historiográfico do poema a partir de sua própria constituição como discurso de gênero histórico.

O que buscaremos enfim é estabelecer uma crítica essencialmente histórica, preocupada com o *Vila Rica* como produto de sua época, o que nos leva a preocupações com a história da produção e circulação do poema, onde será necessário definir o público leitor à época de publicação de *Vila Rica*, bem como os níveis de circulação da obra em uma sociedade iletrada e a própria posição do próprio autor na hierarquia portuguesa, o que transparece nos próprios princípios presentes no *Vila Rica*, que valorizam a sobreposição da civilização europeia sobre a selvageria nativa e a constante reafirmação do princípio que unifica todos os súditos ao império português, sob a autoridade do Rei e os valores contra-reformistas do catolicismo. Ademais, percorrer a maneira como se constrói aristotelicamente o gênero histórico no poema deverá encerrar a análise.

Para esta análise, julgou-se imprescindível lançar mão de uma discussão de cunho metodológico que revelasse as diversas possibilidades de leitura do poema, rediscutindo a utilização de critérios nacionalistas, mais preocupados em definir a contribuição de Cláudio Manuel da Costa para a literatura brasileira, do que em entender-lhe a obra como produto definido por preceitos que em seu tempo especificavam a poesia épica e a história como gêneros legitimadores da sociedade subordinada ao poder de um império absolutista, religiosamente contra-reformista.

Assim percorreremos duas vias de análise. Em primeiro lugar procuraremos entender o poema como produto de sua época, definindo seus principais níveis de existência, desde a criação, passando pela circulação e leitura do mesmo. Desta análise, que chamaremos *externa*, passaremos a uma análise *interna* do poema, compreendendo os pressupostos aplicados a ele que o puderam definir como escrito de gênero histórico, reavaliando assim a obra.

Discutiremos também a consciência, sempre presente na obra de Cláudio Manuel da Costa, de pertencer a uma nova terra, o que levou à afirmação do seu sentimento nacionalista e da motivação para a Inconfidência feita pelos críticos românticos. Veremos enfim as bases que conduzem este suposto patriotismo, a partir de uma análise dos preceitos poéticos utilizados pelo autor, tendo assim por tarefa perceber até que ponto este patriotismo deve ser entendido como expressão psicológica e individual de uma paixão pela pátria ou como mera aplicação de uma tópica de composição. Munidos destas perspectivas de análise, buscaremos estabelecer novos parâmetros para compreender a história feita e utilizada em *Vila Rica*, propondo assim a crítica histórica dessa produção.

Para que possam ser definidas estas novas possibilidades, será imprescindível um estudo acerca da *Carta Dedicatória* e do *Prólogo* que iniciam *Vila Rica*¹, onde Cláudio Manuel da Costa revela valores como a submissão, a hierarquia e a maneira como concebe sua obra diante dos grandes épicos, dentre outros elementos bastante reveladores acerca da posição do autor perante a sua obra, seus valores e sua época. Posteriormente analisaremos o *Fundamento Histórico* que antecede o poema, revelando os aspectos da escrita da história neste documento. Ao final lançaremos olhares

¹ A Carta dedicatória e o Prólogo vieram à público junto da primeira edição em livro da obra, pela Typografia do Universal, no ano de 1839. A edição utilizada para análise, tanto desses textos, como do próprio Fundamento e do poema é a edição mais recente, publicada em *A poesia dos Inconfidentes*, Rio de Janeiro. Nova Aguilar, 1996.

analíticos a respeito da maneira como o gênero histórico se constitui e é utilizado no poema com fins específicos que definem mesmo a natureza do épico e a posição do próprio autor na hierarquia do Império Português.

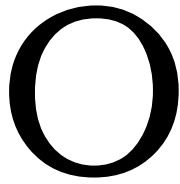
Capítulo 1.

O cenário.

(Minas Gerais e o épico *Vila Rica*)



(Ilustração 1: Armand Pallière. *Vila Rica*. Século XIX.
Museu da Inconfidência, Ouro Preto)



O poema celebra a obra civilizatória e administrativa do Império Português sobre a Capitania de Minas. Exemplo desta ação administrativa está expresso na fundação de cidades como Vila Rica de Ouro Preto e Ribeirão do Carmo. Vilas como estas, formadas muito a partir de movimentos de povoamento que ocorriam muito à revelia do controle metropolitano, tiveram seu processo de apaziguamento e instituição de uma estrutura administrativa ao longo de todo século XVIII. O processo, levado a cabo por administradores de origem reinol, implicava certamente em civilizar o elemento indígena e conter as revoltas destes que ocupavam as regiões auríferas de maneira desenfreada ao longo do processo de estabelecimento das regiões de exploração. Ao final do processo estas regiões vieram a incorporar-se a então capitania do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, criada no ano de 1693.

Nesse sentido, o *Vila Rica* tem por assunto justamente um desses processos de estabelecimento da administração portuguesa no território mineiro, percorrendo o caminho de Antônio de Albuquerque e sua comitiva até a chegada à região situada às margens do Monte Itacolomi, que viria a ser, por ação administrativa de Albuquerque, elevada à condição de Vila no ano de 1711. Antônio de Albuquerque aparece como grande pacificador e administrador das Minas, civilizando o indígena e contendo as revoltas, estabelecendo a ordem administrativa que aí representa uma celebração ao Império Português, o qual representa e se manifesta em obediência aos princípios fundados em uma lógica de Estado pré-definida na moral católica de seu tempo, representando mesmo a autoridade do próprio Rei.

Vejamos então os determinantes de produção do *Vila Rica*, tanto como objeto, como livro a circular entre o público leitor, quanto como evidência de um elemento

revelador da história de Minas, integrante da historiografia da capitania de Minas Gerais e, de maneira mais abrangente, da própria historiografia colonial.

1.1 O ambiente de produção

Definir os níveis de importância historiográfica do *Vila Rica* em seu tempo de produção exige do analista a tarefa de percorrer pelo menos duas vias de análise. Em primeiro lugar, deve-se situar o escrito em seu lugar de invenção, entendido como produto das determinações da dinâmica própria de um tempo que envolve maneiras de pensar, costumes, relações interpessoais específicas e, particularmente, a posição ocupada pelo autor-súdito em uma colônia de um Estado monárquico absolutista. Por outro lado, deve-se definir a perspectiva particular da interpretação do passado de Minas pelo autor, ou seja, a contribuição do mesmo para a invenção de uma memória a respeito de sua ‘pátria’, entendida como as próprias Minas Gerais, onde cabe certamente uma análise acerca da escrita e da utilização da história em toda a obra. Iniciaremos por uma compreensão do espaço em que surge o poeta e seu épico.

A primeira dessas vias de análise nos leva a definir aspectos da ação urbanizadora promovida pela Metrópole na devida efetivação do fisco em Minas e no controle sobre os habitantes daquela região e suas posteriores conseqüências que, por sua vez, deveriam definir aspectos da vida na sociedade mineira do século XVIII, bem como o posicionamento político do autor neste processo e na hierarquia do corpo místico-político representado pelo Império Português.

Os níveis de sociabilidade gerados na dinâmica de uma vida urbanizada já eram claramente perceptíveis e intensos a partir da segunda metade do século XVIII, o que tornou possível a existência de movimentos artísticos e científicos mais permanentes e estruturados em Minas. A cidade mineira nos tempos do ouro afetava a produção

artística na medida em que propunha condições adequadas à circulação de bens culturais, dinâmica esta que deve ser buscada na evidência daquilo que poderíamos chamar de *civilização aurífera*, perceptível na relação dos habitantes do lugar com a administração portuguesa.

As origens desta civilização datam dos tempos do descobrimento do ouro, quando, por ação dos bandeirantes paulistas, chegou-se em 1693 aos vales do Rio das Mortes e em 1695 do Rio Doce, onde foram descobertas as ricas jazidas que atraíam indivíduos de todas as partes, afoitos pela possibilidade de obtenção de riquezas sem grandes esforços. Naqueles locais, devido ao processo desenfreado de povoamento sofrido pela região, o aparato fiscal e administrativo metropolitano buscava moldar uma realidade que escapava mesmo a possibilidade de se estabelecer entre os arraiais que então se formavam. E assim devido à maneira pela qual fora realizada a organização da exploração da região, em seu momento mais primário – que remonta ao processo de ocupação do território – se formou em Minas uma verdadeira civilização do ouro, cujo domínio implicava dispor de outras formas de tributar um produto de fácil contrabando como o ouro, extraído normalmente em pó ou em pepitas. Muito embora a situação econômica de Portugal, à época extremamente dependente do ouro da Capitania de Minas, levasse a um acirramento dos mecanismos de controle e tributação – haja vista a instituição de uma rede de impostos que ia do quinto à capitação – submeter uma sociedade urbanizada não era o mesmo que submeter o meio rural e escravista, pois viver em meio urbano significava de fato usufruir de relativa independência nas mais diversas esferas da vida cotidiana. A proximidade e os contatos propiciados pelo meio urbano ao favorecer a troca de idéias ao mesmo tempo em que multiplicavam as relações pessoais de cada indivíduo impunha a dimensão ou uma percepção da existência muito mais abrangente do que aquela vivida no ambiente agrário, onde o

indivíduo, por ocupar normalmente uma única posição social em toda a vida, já possuía de antemão poucas perspectivas de mudança perante o mundo. Foi essa expansão das possibilidades de existência que fez da sociedade do ouro uma verdadeira civilização, com suas próprias características definidoras de um modo de vida diferenciado do meio agrário das sociedades geradas ao redor do engenho e claramente perceptível nas relações pessoais estabelecidas nesse ambiente e nas relações dele com a vida metropolitana.

Assim, à medida que a história do Estado do Brasil passa a confundir-se com a gradual erosão dos princípios sobre os quais a Metrópole constituiu-se como centro do sistema colonial - já que, para intensificar o processo de exploração da colônia, teve que necessariamente desenvolver as potencialidades da mesma – podemos verificar a concomitante produção de possibilidades de exercício de uma vida sustentada em princípios mais dinâmicos de existência; e o exemplo mais perceptível deste fator foi de fato a civilização do ouro, em seu processo de transformação das relações com a Metrópole.

Esta nova percepção de existência dará posterior ensejo a novas possibilidades de apreensão do viver no Estado do Brasil, dando espaço à gradativa existência de esferas de crítica à condição colonial. Embora ainda estejam presentes de maneira bastante tênue entre os poetas de Minas, é evidente que ali se gera e se desenvolve durante o fim do século XVIII e início do XIX, quando se avizinhará finalmente o processo político de enfraquecimento da dominação portuguesa e a constituição das condições propícias à Independência. Ademais, se as obras que se evidenciam nas Minas do período – fruto de uma renovação de gosto – não incluíam a crítica de maneira direta em seu próprio conteúdo, elas o fazem pelo simples fato da sua renovação poética, que opõe os princípios iluministas de simplicidade e clareza dos estilos ao

conceito engenhoso característico das sociedades aristocráticas do século XVII, configurando-se como evidências notórias de mudança no modo de vida das Minas do século XVIII como mudança do gosto. Mesmo que de um modo ainda não explícito, ou talvez mais como fundamento de seus projetos do que como base de suas intenções, a produção intelectual que se evidencia no espaço urbano das Minas do século XVIII traz em si esta nova perspectiva de existência aqui esboçada.

Seja então pela ação urbanizadora promovida pela Metrópole ou pelos níveis alcançados de existência autônoma na civilização do ouro – sem desconsiderar as relações existentes entre os dois fatores – os níveis de sociabilidade em meio à dinâmica de uma vida urbanizada, que já eram claramente perceptíveis e intensos a partir da segunda metade do século XVIII, impulsionaram movimentos artísticos e científicos, tornando possível a existência de permanentes expressões de identificação dos autores da capitania mineira com o local, sem, no entanto, negar sua posição de bons súditos da monarquia portuguesa, o que se dá em vários dos escritores do período, inclusive Cláudio Manuel da Costa.

1.2 Renovações políticas e culturais no Estado do Brasil

Malgrado a retomada da independência perante a Espanha em 1640 e a intensificação do domínio sobre as colônias, é somente no século XVIII que inovações no campo das idéias ensejarão, nas iniciativas dos dominadores, novas perspectivas para reaver a grandiosidade do Império Português. A inovação viria pela Filosofia das Luzes, sobretudo após o período de governo do primeiro ministro português, Sebastião de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal, entre os anos de 1750 e 1777.

Com a proposta de reaver e otimizar o ganho sobre a colônia, o governante português promove, ao longo do período, reestruturações constantes na administração

da mesma, sobretudo com a instalação de Companhias de Comércio destinadas a explorar bens como o algodão e as drogas do sertão no Norte e Nordeste, além de impor restrições mais precisas à extração de ouro no Sul. Aquilo que Kenneth Maxwell (1996, p. 38) aponta como o “desejo de voltar a ser grandioso com base na riqueza da América do Sul” colocaria Portugal na difícil posição de dependência diante das constantes flutuações do comércio colonial, ao mesmo tempo em que fazia com que a reestruturação do reino sob os moldes mais modernos da Ilustração só fosse possível por meios despóticos, dada a necessidade de intensificar a dominação colonial diante da profunda crise política e econômica vivida nos dois séculos anteriores. O resultado será marcado pelo processo de aperfeiçoamento dos instrumentos administrativos voltados à exploração de bens naturais brasileiros, incluindo a montagem de companhias de comércio atuando em regiões até então praticamente inexploradas pelos portugueses como o Norte, com a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, e a reestruturação do comércio com o Nordeste, praticamente abandonado por conta do maior interesse gerado pela descoberta do ouro ao Sul, sendo ali criada a Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba. Quanto às Minas, medidas administrativas foram tomadas com urgência visando essencialmente à organização e urbanização dos arraiais que surgiam ao redor da exploração do ouro, transformando-os em vilas sob administração portuguesa. Por outro lado, a tributação, caracterizada por impostos como o Quinto e a Capitação, tornava a vida dos mineiros algo insustentável, sobretudo no momento em que o ouro se tornava mais escasso.

Assim, o que de fato o então ministro conseguia com suas reformas administrativas – que se faziam possíveis por meio de nomeações de funcionários administrativos, fiscais e militares – era favorecer a existência de uma elite na colônia portuguesa, que buscasse nas relações entre portugueses e colonos o favorecimento

peçoal, numa espécie de relação entre as elites metropolitana e colonial definidas a partir de uma espécie de rede clientelista de troca de favores, onde a posição do fidalgo ou o título de nobreza impunha uma posição de destaque de modo a favorecer a obtenção de regalias ou privilégios dentro da lógica do Estado. Se as pretensões do ministro português eram as de fortalecer os vínculos entre Metrópole e colônia, o resultado prático era outro, conforme compreende Kenneth Maxwell:

A participa o dos grupos locais no próprio mecanismo governamental [...] não dava como resultado obrigatório o fortalecimento dos vínculos naturais entre metrópole e colônia [...] Na verdade, sendo divergentes as motiva es econ micas, dava-se exatamente o oposto. (MAXWELL, 1977, p. 87)

Ademais, visto que o Império Português   época de Pombal já dependia enormemente do Estado do Brasil como fonte de renda, as mudanças administrativas do monarca também vieram a significar uma mudança significativa na sociedade portuguesa. Mesmo a elite portuguesa ligada ao industrialismo inglês se tornava, diante do despotismo renovado, algo incompatível com a flexível política de reestrutura o do mercantilismo promovida por Pombal, na medida em que os interesses dessa elite divergiam das propostas pombalinas de restabelecer a grandeza do Império português. O que ocorria na prática é que a elite portuguesa, ainda que subordinada ao Império, passava a não mais sustentá-lo como antes, a não mais tomar como seus os problemas que o assolavam. Esses dois movimentos: as mudanças no ambiente urbano e administrativo na Colônia e a divergência entre interesses da elite e os do Estado Português davam a t nica deste momento inicial de dilui o do domínio metropolitano. Além disso, demonstravam que, mesmo diante das conseq ncias indesejáveis da reforma pombalina – que davam ensejo à existência de uma elite “pouco obediente” na colônia – as pretensões de resolver os problemas externos que afligiam o reino português, tais como a já antiga dependência econômica da Inglaterra, era de fato o

problema primordial que o ministro buscava resolver. O afrouxamento dos sustentáculos que até então mantinham os laços de domínio acabava sendo uma espécie de consequência inevitável diante da qual a política pombalina pouco podia fazer, apesar da boa estrutura administrativa montada pelo ministro. Ao longo de todo o auge da extração aurífera, muitas das transações comerciais internas e mesmo as externas se davam à revelia da Metrópole. E mesmo quando a produção tornou-se insuficiente para atender as demandas portuguesas – já que a cobrança do quinto e da derrama tornava-se inviável devido à escassez de ouro – a Coroa pouco fez para impor alguma resolução para o caso (MAXWELL, 1977). A queda de Pombal em 1777 iria tornar ainda mais notória as divergências das elites européias e americanas; conforme Kenneth Maxwell:

[...] após a queda de Pombal, dada a motivação econômica contraditória, a situação mudou drasticamente. A rigidez cada vez maior da política colonial elaborada em termos de um estilo neomercantilista e coincidente com o aumento do entusiasmo dos brasileiros pelo exemplo norte americano, reduziu, em muito a possibilidade de ser evitada uma crise nas relações imperiais. (MAXWELL, 1977, p. 102/103)

A tendência à Ilustração, da qual o Marquês foi um dos mais marcantes exemplares, não raras vezes tem sido vista como reação racional e antropocêntrica ao Antigo Estado, como oposição a explicações de base teológica dos fenômenos naturais e da ação humana fundadas na Contra-Reforma. Tratava-se da luz da razão humana a contrapor-se à escuridão dos tempos passados, marcados pelo poder absoluto do Estado. Ocorre que, no caso específico de Portugal, o movimento das Luzes misturou-se ao catolicismo e à ordem do antiga, renovando-os em certos aspectos, sem negá-los. Ali, o movimento assemelhava-se com o ocorrido na Inglaterra, onde o processo revolucionário dos Stuarts faz do parlamento burguês antes um aliado do poder monárquico, distanciando-se da violência do movimento francês, marcado pelo extermínio de aristocratas. Em Portugal as renovações políticas fundadas no despotismo

ilustrado do Marquês tinham promovido, na sociedade portuguesa, certo imobilismo travestido de renovação, que fez com que Portugal se mantivesse adepto da política despótica sustentada por “uma monarquia inativa, um clero estúpido e uma burocracia indigna” – conforme palavras de Oliveira Lima (1984, p. 167) – enquanto a revolução contra o Antigo Regime já se fazia perceber em toda Europa.

Embora esclarecida pelo movimento das Luzes e pelos valores da razão humana e laica em contraposição à razão de Estado católico, a administração pombalina em todo o Estado do Brasil deveria ser então percebida como uma demonstração de um poder individual mais acirrado que o da antiga Monarquia. Ademais, havia no Ministro a preocupação desenfreada de desestruturar a obra da catequese levada a cabo pelos padres da Companhia de Jesus no Brasil desde os tempos de reconhecimento e montagem das primeiras feitorias e engenhos.

Aqui é importante lembrar e discutir o fundamento da primeira obra colonizadora promovida pelos portugueses na América, para enfim chegarmos a explicar a oposição de interesses que havia entre a reforma de Pombal e a obra jesuítica. Em um primeiro momento, o início do processo de exploração, voltado à dinamização da economia portuguesa – o que levou à estruturação do comércio via Atlântico de bens naturais como o tabaco e o pau-brasil e, internamente, à montagem do engenho de açúcar trabalhado com mão-de-obra escrava – revelava também o princípio religioso da catequese; a grande cruzada para além dos oceanos, comprometida com a missão de reacender em todos os cantos do planeta o catolicismo pela obra da conversão. Esta grandiosa obra religiosa fora promovida por diversas ordens religiosas representantes da obra contra-reformista e pelo Tribunal do Santo Ofício da Santa Inquisição, entre elas aquela que mais esteve em terras brasileiras: a Companhia de Jesus, representada por padres como Nóbrega e Anchieta.

A Companhia de Jesus representava importante alicerce do Antigo Estado e uma estrutura essencial ao programa de continuidade da obra colonizadora responsável pelo enriquecimento da Metrópole. No caso específico americano, vê-se que a obra da catequese, embora marcada pela destruição cultural das bases da convivência indígena em nome da fé católica, colaborou na defesa da vida do indígena contra a reforma administrativa pensada por Pombal.

Com a reforma, Pombal pretendia, entre outras coisas, reaver as terras ocupadas pela ação jesuítica, além de combater a suposta idéia da grande exploração da mão de obra indígena nas reduções e promover a estruturação de um ensino de caráter laico, o que enfim foi realizado pela instituição das chamadas aulas régias.

Por conseqüência, a retomada do crescimento português pela instituição de um governo ilustrado, interessado em reaver um pouco do desenvolvimento perdido, resultou não só em maior exploração das riquezas coloniais, modernizando o reino, mas acabou por excluir da colônia o passado jesuítico responsável pelo pouco de ensino que se tinha nela na época, substituindo-o pelo ensino laico e régio orientado por fins utilitaristas mais adequados à técnica que ao estilo apurado dos letrados. Temos assim por certo que as reformas produziram modificações estruturais nos meios culturais, ao mesmo tempo que definiam um novo padrão para as letras que circulavam no Estado do Brasil, que passaram a direcionar-se no compromisso do louvor à política de Pombal. Revelaram-se gradativamente novos padrões culturais, definíveis na maneira de ler e compreender o texto poético e mesmo em uma nova dimensão significativa do discurso, tudo isso fruto do processo de renovação dos métodos de ensino que se faz perceber claramente na época de Pombal.

“As letras feitas no momento da Ilustração promovida pelo Marquês de Pombal mantinham elementos da imitação das agudezas do século XVII, como as da poesia de Góngora. Quando se tenta compreender as letras coloniais nesta

perspectiva, vê-se que se trata de letras construídas por padrões de invenção poética que definiam o gosto culto e agudo cujas bases estão na educação do cortesão. Quase sempre precedidos de dedicatórias e exaltações aos feitos de ‘superiores’, esses textos evidenciam antes a submissão ao Estado português, mesmo por aqueles que se definiam na renovação iluminista e pombalina, conhecidas e classificadas muitas vezes como ‘arcadismo’².”

O estudo das letras coloniais deve pressupor a existência de um público interessado pelo consumo de bens culturais. É claro que, quando falamos em consumo de bens culturais em tempos coloniais, não estamos tratando da grande indústria de consumo de bens culturais e do leitor moderno, que dispõe de acesso relativamente fácil ao livro. Nos tempos coloniais, não havia grandes sistemas de divulgação da obra impressa, as bibliotecas eram esparsas e o comércio de livros, praticamente inexistente. Inexistia o mundo de grandes editoras e da divulgação em massa do livro nos meios de comunicação e em congressos universitários, onde é oferecido ao especialista e ao público letrado em geral. A comparação pode, na superficialidade da análise, ser óbvia, ao contrário de suas conseqüências. O que temos por evidente é que o mundo das letras coloniais estava voltado à constante reprodução de padrões culturais e de normas de bom gosto que faziam com que o novo texto permanecesse depositário de um velho costume que poucos podiam compreender. Neste mundo, os textos exigiam um nível de leitura que ultrapassava em muito a noção de alfabetização que temos hoje, baseado muitas vezes na mera decifração do código escrito como critério definidor do alfabetizado. Ler, em tempos coloniais, pressupunha o entendimento de diversas tópicas da invenção bastante engenhosas, que ligavam termos de significação muito distante como agudezas e engenhosidades da linguagem. O autor já tem previamente definido o seu público culto, pressupondo que domina todas as tópicas do discurso poético. Trata-se, portanto, de um critério de educação muito mais específico, para poucos, e ao

² Ver: Hansen, J. A. Leituras Coloniais. Em: In: ABREU, Márcia (org.). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: Mercado das Letras; São Paulo: Fapesp, 1999.

mesmo tempo abrangente de muitas informações, pois cada tópica e cada figura de linguagem produzem a memória de textos antigos.

Nesse cenário, escritores que surgiam em Minas Gerais cuja educação na Universidade de Coimbra obedecia à razão de Estado monárquica, não chegaram a expressar essa ainda tênue incompatibilidade de interesses que era perceptível nas relações econômicas entre a Capitania e Portugal. Mesmo as *Cartas Chilenas*, de Tomás Antônio Gonzaga, e que devem ter tido alguma participação de Cláudio Manuel da Costa (respectivamente, o remetente e o destinatário das *Cartas Chilenas*), malgrado o ataque ao governador português Luis da Cunha Meneses travestido em um imaginário governante chileno de nome Fanfarrão Minésio, não pode ser definido em sua pretensão como ataque à administração portuguesa no Brasil. Antes disso é defesa de antigos administradores, citados nas *Cartas Chilenas* como parâmetro da comparação que vitupera a má administração de Meneses. Não obstante, a existência desses autores deve ser considerada um fator bastante importante de dinamização intelectual em terras do Estado do Brasil.

Capítulo 2.

O auctor e sua obra

(A poesia e a história na obra épica de Cláudio Manuel da Costa)



(Ilustração 2: Retrato de Cláudio Manuel da Costa)

Nascido em território Mineiro, na então chamada Vila do Ribeirão do Carmo, atual Mariana, no ano de 1729, vindo a falecer em Vila Rica, hoje Ouro Preto em 1789, Cláudio Manuel da Costa assistirá a essas transformações ocorridas na política metropolitana e que afetará mesmo a relação entre os súditos metropolitanos e aqueles que residiam em Minas. Embora pareça contraditório ao analista superficial ver em Cláudio Manuel da Costa um celebrador do Império Português contra a rebeldia nativa, justo ele que havia participado ao final da vida do maior movimento de contestação à ordem administrativa e tributária de Portugal sobre a capitania de Minas, a chamada Inconfidência Mineira.

Sabe-se hoje que não há incompatibilidade entre a participação do autor na Inconfidência e a clara submissão à mesma monarquia presente em suas obras. Como bom súdito formado em Cânones por Coimbra, dentro de princípios hierárquicos bastante contundentes, a participação de Cláudio Manuel da Costa na inconfidência é antes resultado de uma indisposição para com os desmandos locais de governadores que insistiam em cobranças abusivas de impostos para como mineiros que imaginavam ser, na condição de súditos iguais aos súditos portugueses.

Nesse sentido o pagamento de impostos não era o problema, pois se tratava de algo juridicamente justo e fundamental à manutenção do Império Português, mas feria, na apreensão dos mineiros este mesmo dispositivo quando desqualificava os súditos periféricos em oposição aos portugueses, tributando-os excessivamente. Enquanto os inconfidentes prezavam pela igualdade entre os súditos reinóis e coloniais como algo organicamente essencial ao funcionamento do corpo político e católico disposto no Império português, havia um tratamento diferenciado entre a elite metropolitana e a que residia em Minas, o que impulsionou a revolta.

Vemos assim que a inconfidência, antes de revelar um suposto sentimento de oposição ao império, estava comprometida em defender o direito à submissão justa e eficiente para o bom funcionamento do organismo político residente no Império. Em diversos momentos do épico *Vila Rica* veremos esta celebração a valores como submissão ao Rei, hierarquia, a obra civilizatória com relação ao indígena e a pacificação dos revoltosos pela ação do herói Albuquerque.

Quanto aos críticos literários que leram e escreveram sobre sua obra, sempre houve entre eles um olhar ao poeta como inadaptado à própria terra, já que não encontra aqui o repertório de tópicos poéticos próprias a cantar a terra em que viveu; já outros, mais empolgados, viram no canto à Vila Rica uma das primeiras manifestações de brasilidade na poesia feita no Brasil, já que o tema, por definição, era brasileiro.

As mais antigas críticas feitas ao poeta e sua obra épica compuseram uma imagem bastante negativa de ambos. José Veríssimo, por exemplo, deprecia de maneira contundente o *Vila Rica*, embora reconheça a qualidade das composições líricas do poeta, conforme se pode perceber no trecho transcrito abaixo:

“Influenciados sem dúvida pelo exemplo de Basílio da Gama e Durão, compôs Cláudio Manuel da Costa o seu poema brasileiro, senão pelo sentimento e inspiração, pelo assunto, Vila Rica. É uma obra medíocre, indigna do poeta dos Sonetos e ainda de outros versos, a qual apenas revê o apego à tradição que fazia anacronicamente viver um gênero na literatura da nossa língua.”³

Outros críticos, certamente embebidos de ideais ilustrados impróprios à análise da produção do poeta, implicaram em demasia com o caráter laudatório que aparentemente, para esta crítica, soava a adulação sem motivos, dado a renovação poética que já havia promovido referências à simplificação das técnicas de produção que, conforme veremos, aboliu o recurso à carta. Para exemplificar a leitura feita por

³ Em: VERÍSSIMO, José. História da literatura brasileira; de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908). 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954.

esta crítica à obra de Cláudio Manuel da Costa, podemos citar um trecho do ensaio de João Ribeiro que surge justamente com o nome de *Carta ao Sr. José Veríssimo*, na qual o ensaísta que responde à crítica anterior, mas nem por isso chega a elogiar o poema, conforme se pode perceber na citação abaixo:

“Não é somente a monotonia e a pobreza de inspiração que nos desinteressam no poema; mas é o tom laudatório, o odor do incenso que se traem em versos, porventura menos moídos do amor da pátria que pela lisonja.”

E adiante, ao comentar o episódio do Itacolomi – monte que no épico aparece a dialogar com os aventureiros e, como se sabe na realidade, serviu de guia a muitos desbravadores e que é bastante parecido com o episódio do *Gigante Adamastor* de *Os Lusíadas* – o crítico desqualifica totalmente o episódio, tratando-o com critérios totalmente impróprios ao poeta, como o pressuposto da originalidade. Vejamos como isso acontece:

“O episódio do Itacolomi, inspirado com pouca originalidade no Adamastor dos Lusíadas, não tem majestade alguma e nem lembra, pelas imperfeições de agora, a severíssima musa dos Sonetos. Tudo ali é desconchavado e sem arte, sem espontaneidade, como que esculpido, se é possível, a martelo. Decerto, o virtuose que ele era não deixaria sair à luz da publicidade tão despídos esboços.”⁴

Aristotelicamente pensada como repetição de tópicos consagradas como modelos de boa poesia, a poesia feita por Cláudio Manuel da Costa não pressupõe a originalidade como critério qualitativo. Sua poesia é definida na emulação desses modelos poéticos que pressupunham a utilização de certos preceitos de composição, ou certas imagens ou temas poéticos a que os quais o autor deveria dominar para o ato de composição.

⁴ RIBEIRO, João. carta ao Sr. José Veríssimo. Em: PROENÇA FILHO, Domício. A poesia dos Inconfidentes .Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996. 2ª ed. 2002.

Dentre esses preceitos estavam elementos como o lamento contra a rusticidade, a melancolia, o furor heróico, o bucolismo do *locus amoenus*, a devoção católica e sobretudo a subserviência à Monarquia, perceptível no encômio aos poderosos. Esses procedimentos definiam mesmo a própria posição do autor dentro da hierarquia definida no interior da política contra-reformista do Estado Português, adquirida a partir da formação letrada do poeta, adquirida em seus anos de estudante de direito em Coimbra, entre 1949 e 1953. Submetido à lógica deste Estado, o autor, como bom súdito do rei português, deveria reproduzir em sua obra a constância deste poder, a universalidade do catolicismo bem como a verdade única representada por este grande corpo político e teológico que era a Monarquia Portuguesa. Em termos de definição do estilo épico na poesia, (o que aqui nos interessa mais dado a natureza do objeto a que se propõe analisar: o poema épico Vila Rica), vemos na história a principal fonte de informações e recursos para a poesia, visto que será pela repetição dos grandes feitos passados e pelo elogio encomiástico aos grandes heróis que se constituirá a épica. Resultará disso uma valorização constante da memória, como depositária desta herança, que se define em maneira adequada de se fazer poesia, na aplicação correta de tópicos e preceitos de composição que definem estilos e gêneros, em uma espécie de decoro poético aplicado pelo poeta e reconhecido pelo leitor *discreto*, em oposição ao *vulgar*, ao qual se dirigia.

Dos preceitos aqui citados, o lamento contra a rusticidade do ambiente nativo é algo recorrente à obra de Cláudio Manuel da Costa, sobretudo em sua épica. Nele o autor se lamenta de não conseguir adequar os preceitos próprios à produção poética, sobretudo aqueles ligados à mitologia e ao ambiente pastoril e bucólico do *locus amoenus*, conforme se pode perceber no trecho a seguir:

“A desconsolação de não poder substabelecer aqui as delícias do Tejo, do Lima e do Mondego me fez enternecer o engenho dentro do meu berço, mas nada bastou para deixar de confessar a seu respeito a maior paixão. Esta me persuadiu a invocar

muitas vezes, e a escrever a Fábula do Ribeiro do Carmo, rio o mais rico desta Capitania, que corre e dava o nome à cidade Mariana, minha pátria, quando era villa. (COSTA Apud LOPES, 1985, p. 48)

Temos claramente evidenciado no trecho acima um poeta que não encontra um repertório de tópicos adequado ao engenho tropical, à rudeza das Minas. Um poeta que se põe na difícil tarefa de confessar em poesia a paixão pela terra natal, mas que não consegue situar as ninfas, acostumadas a povoar '*as delícias do Tejo, do Lima e do Mondego*', entre a '*grossaria do sertão*' e '*a ganância de mineirar a terra*'. A saída inicialmente parece deixar-se levar pelo ócio e ignorância, conforme se pode perceber em outro trecho do prólogo às *Obras*:

“[...] e destinado a buscar a Pátria, que por cinco anos havia deixado, aqui entre a grossaria de seus gênios, que pudera eu fazer, que entregar-me ao ócio e sepultar-me na ignorância. Que menos do que abandonar as fingidas ninfas destes rios, e no centro deles adorar a preciosidade daqueles metais que tem atraído a este clima os corações de toda a Europa.” (COSTA Apud HOLANDA, 1991, p. 229)]

Conforme se percebe, o ambiente bucólico não encontra lugar na Pátria de Cláudio Manuel da Costa, restando-lhe o ócio e a melancolia de não poder revelar sua maior paixão devido ao enternecimento do próprio engenho em sua Pátria. Alí ele não encontra algo como o Tejo e o Mondego, residências permanentes das Ninfas, e mesmo após longos anos de permanência em ambiente nativo, jamais deixará de lamentar por seu destino em poemas compostos com tópicos melancólicos que condenam seu engenho à própria terra onde nasceu. O seguinte soneto bem o exemplifica:

Aqui não é como no fresco Tejo
Ou como no Mondego, onde já vimos
Um e outro pastor cantar sem pejo.

Ao jeito desta serra nos cobrimos

De um bem tosco gibão, qual n'outra idade
Não trouxe algum, de música fugimos.

Vivemos só da vil necessidade.
Da luta, jogo ou dança, algum vaqueiro.
Bem livre está de vir aqui se agrada.
Triste de nós neste país grosseiro.⁵

A melancolia é preceito próprio aos poetas à época de Cláudio Manuel da Costa, quando não encontram no real o ambiente pastoril e bucólico, caracterizado pelo *locus amoenus*. O Bucolismo, ou gênero pastoril, é característico das convenções clássicas provenientes, sobretudo, das *Bucólicas* de Virgílio e dos *Idílios* de Teócrito de Siracusa. O gênero enunciava um ideal de vida que cantava as belezas da vida do campo, o espaço dos pastores, a ingenuidade dos costumes, a quotidiano tranqüilo em simples contacto com a natureza. Tratava também dos amores, alegrias e penas dos pastores que contrastam com os sobressaltos e inquietações da vida urbana.⁶

Sendo assim a busca pelo mundo natural e simples, cuja entrada corresponde invariavelmente a uma evasão, não só em termos de espaço (da cidade para o campo) como também em termos de tempo (do presente para o passado), representava, na poesia de Cláudio Manuel da Costa, uma espécie de idealização do modo de viver campesino, onde se criava um ambiente imaginário de paz e perfeição, no qual não existe qualquer tipo de corrupção. Todo o cenário bucólico pressupõe a descrição de uma utopia passada para onde se foge em busca de um lugar idealizado, o *locus amoenus*, ou local ameno, paisagem ideal de campos frescos e verdejantes, cheio de árvores e flores que compõem uma vasta vegetação e uma imensidão de terras férteis

⁵ Extraído de FRANCO, Afrânio de Mello. *Cláudio Manuel da Costa*: conferência feita no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 5 de junho de 1929. Em: Revista do Archivo Público Mineiro. Direcção e Redacção de Aurélio Pires. Ano XXIII – 1929. Belo Horizonte. Imprensa de Minas Geraes. 1929. P.. 43- 67

⁶ As definições de bucolismo e do *locus amoenus*, neste ponto comentadas, foram retiradas do E-Dicionário de termos literários, de Carlos Seia, publicado por meio eletrônico no sítio da Faculdade de Ciências Sociais e humanas da Universidade Nova Lisboa na Internet, no endereço: <http://www..fcs.h.unl.pt/edtl/verbetes>.

não afetadas pela ação do tempo. Ambiente que remetia o poeta à infância perdida, ao encantamento sensorial e espiritual do Homem, que se integra na perfeição de tal plenitude, marcada pela harmonia e homogeneidade.

O tópico teve origem na literatura clássica, com Homero, entre os séculos IX e VIII a.C., mas começou a ser empregado com mais frequência na poesia bucólica, com Teócrito no século III a.C. e Virgílio em I a.C. No espaço literário português, no que diz respeito à poesia de inspiração bucólica, encontramos Sá de Miranda e Diogo Bernardes que, influenciados pelos clássicos greco-latinos, como Teócrito e Virgílio, por outros seus contemporâneos, como é o caso de Petrarca, e ainda pelo lirismo galaico-português, apresentam na sua produção literária o ideal da comunhão com a natureza, que assume o papel de confidente.

Bernardes, por exemplo, glorifica a beleza do mundo natural e a felicidade do Homem ao viver em tal ambiente de perfeição. A sua poesia apresenta-nos as águas límpidas do rio Lima, rodeado de campos floridos e verdejantes, onde aqui e ali se vislumbra uma aldeia típica. O Minho é, assim, uma nova Arcádia, idílica e perfeita. O próprio autor revê-se na figura do pastor, inserido no cenário campestre, pleno de virtuosidade. Inspirando-se na herança clássica, Diogo Bernardes celebra ainda a vida contemplativa, ociosa e prazenteira – estamos perante um lirismo altamente bucólico.

Também Camões, que prima pela descrição pormenorizada da paisagem amena, deixa transparecer nas suas obras a preferência pelo tópico, conforme se percebe em sonetos como o que se pode ler a seguir:

A fermosura desta fresca serra
E a sombra dos verdes castanheiros,
O manso caminhar destes ribeiros,
Donde toda a tristeza se desterra;

O rouco som do mar, a estranha terra,
O esconder do Sol pelos outeiros,
O recolher dos gados derradeiros,

Das nuvens pelo ar a branda guerra;

Enfim, tudo o que a rara natureza
Com tanta variedade nos oferece,
Me está, se não te vejo, magoando.

Sem ti, tudo me enoja e me aborrece;

A imagem da melancolia do poeta, perdido de amores entre o ambiente bucólico da floresta, a mesma que perde o sentido pela ausência da amada, é perceptível também em Cláudio Manuel da Costa que utiliza a mesma imagem melancólica como tópica, porém relacionada ao lamento da perda de um sentido passado, perdido entre as montanhas do ambiente rude de Minas:

Este é o rio, a montanha é esta,
Estes os troncos, estes os rochedos;
São estes inda os mesmos arvoredos;
Esta é a mesma rústica floresta.

Tudo cheio de horror se manifesta,
Rio, montanha, troncos, e penedos;
Que de amor nos suavíssimos enredos
Foi cena alegre, e urna é já funesta.

Oh quão lembrado estou de haver subido
Aquele monte, e às vezes, que baixando
Deixei do pranto o vale umedecido!

Tudo me está a memória retratando;
Que da mesma saudade o infame ruído
Vem as mortas espécies despertando.

Assim, em outros momentos em que o *locus amoenus* é buscado em sua pátria, verifica-se uma espécie de inadequação do ambiente nativo diante das paisagens de perfeição e tranquilidade definidas pela tópica. O que move o poeta a escrever textos como a *Fábula do Ribeirão do Carmo* (e provavelmente o posterior poema épico *Vila Rica*), conforme as palavras do próprio poeta na introdução de suas *Obras Completas*, é a paixão pela terra natal, basta lembrarmos do trecho já citado acima: "mas nada bastou para deixar de confessar a seu respeito a maior paixão", porém o repertório de tópicos

da antiga poesia colocava as Ninfas em outro lugar, muito mais ameno do que o ambiente grosseiro das montanhas, rochedos, arvoredos e a rústica floresta que compõe a natureza mineira. Neste ambiente, conforme se pode perceber no poema a pouco transcrito, "Tudo cheio de horror se manifesta", e o amor, que "nos suavíssimos enredos / Foi cena alegre", se transforma em algo funesto, perdido entre lágrimas deixadas nos vales de Minas.

No caso do poema *Vila Rica*, ao não encontrar um *locus*, um *preceito adequado*, para a expressão pessoal de um sentimento, de uma *paixão*, o poeta lança mão de um recurso bastante interessante: o de inventar um próprio repertório de preceitos de composição poética. Essencialmente marcados por uma espécie de mitologia nativa para poder lançar mão de uma maneira adequada de tratar de uma natureza rústica e grosseira, o autor lança mão da utilização do gênero encomiástico, de modo a promover o louvor às ações de Albuquerque utilizando, para tanto, de ornatos e figuras ligadas à antiga mitologia latina aplicados à natureza mineira, de modo a promover o cenário adequado para as ações gloriosas do desbravador. Tudo isso possui uma pretensão bem evidente: produzir no leitor a reafirmação constante da autoridade. Os recursos retóricos da elocução, as figuras empregadas, os efeitos de engenhosidade poética estão inseridos nesta pretensão de mover os efeitos da audiência ou leitura dos discursos para um fim específico; a saber o de compor uma espécie de tentativa de inclusão de sua pátria, incapaz de sugerir-lhe por si só o engenho, ao repertório de tópicos e preceitos da poesia clássica envolta sincreticamente a elementos de uma mitologia nativa inventada pelo poeta. Na ausência de modelos, Cláudio Manuel da Costa lia os mitos tropicais com base na mitologia clássica, que junto à efetiva administração que sufoca a rebeldia nativa, tende a promover a inclusão das Minas ao Império português. A mitologia serve

enfim como elemento unificador ao longo do poema. A citação de Sérgio Buarque de Holanda bem o exemplifica:

"Em todo o poema pode dizer-se que a presença do fabulista busca suprir a mudez do lírico. A própria trama épica parece destinar-se, por momentos, a constituir um simples suporte para as diferentes criações míticas. Antecipando-se àquele tipo de brasileiro em quem, na célebre descrição de Joaquim Nabuco, a imaginação é européia, posto que já seja americano o sentimento, Cláudio Manuel da Costa não teria outro recurso mais apropriado para celebrar devidamente sua terra e seus conterrâneos. Na lírica juvenil ainda podiam falar sem percalços o desencanto e a nostalgia do degredado. Agora, porém, quando se trata expressamente de honrar o pátrio berço, importa-lhe primeiramente abolir os aspectos mais sórdidos da realidade circunstante e substituí-los por imagens forjadas segundo os padrões antigos e ilustres de que se saturara uma fantasia educada no assíduo comércio dos clássicos latinos. Em outras palavras, tirar do nada uma espécie de mitologia, por onde o seu mundo natal viesse a ganhar dignidade e decoro."⁷

Veremos adiante em mais detalhes, como esta utilização de uma mitologia híbrida, inventada pelo autor, de certa maneira serve a colocar a pátria de Cláudio Manuel da Costa no eixo evolutivo marcado pela reafirmação constante da autoridade real sobre suas capitânicas. Outra consideração importante quando analisarmos o poema é avaliar os dois níveis discursivos existentes na obra para a História, enquanto gênero discursivo. Um deles é aberto no *Fundamento Histórico* ao poema, onde o poeta dispõe em estudo histórico das fontes utilizadas na composição do poema, bem como situa o estudo que daí resulta entre a historiografia já produzida acerca da capitania de Minas. Outro momento importante é a utilização da história no poema, procedida sob preceitos da Arte Poética aristotélica, e sob o princípio da defesa dos interesses do corpo místico contra reformista e absolutista representado pela monarquia portuguesa, o que se faz pela reafirmação constante do mesmo princípio de autoridade, repetido constantemente ao longo da história como exemplo, a ser seguido e mantido.

⁷ HOLANDA, Sérgio Buarque. Capítulos de Literatura Colonial. Organização e introdução de Antônio Candido. São Paulo: Brasiliense, 1991.

Nesse sentido a História como gênero se define como discurso didático que visa a utilidade e o ensinamento de uma virtude considerada verdadeira e manifestada retoricamente para a sua constante reafirmação. No entanto, o que vemos na maior parte das primeiras críticas já feitas sobre a obra do poeta são opiniões que buscam ver em uma mera inadequação entre preceitos de composição que definiam o decoro poético e o tema a ser tratado – sua paixão pela pátria – conforme era o caso de Cláudio Manuel da Costa, uma espécie de critério que viabilizaria ou não a sua brasilidade, buscando ver na aceitação do ambiente nativo a evidência do quanto o poeta construía algo de brasileiro em seus escritos. Por traz disso é evidente que havia uma busca incessante desta crítica em evidenciar critérios de classificação e qualificação das obras que tinham temas relacionados com a então colônia portuguesa, de modo a estabelecer uma linha evolutiva de onde se poderia facilmente demarcar parâmetros iniciais para uma *literatura brasileira*, supondo-se que poderiam definir a história de um país recente para um povo interessado em criar referências positivas acerca de seu passado.

Autores como Antonio Candido, interessados na definição de uma linha evolutiva que contivesse níveis cada vez mais expressivos de identificação com a nação, contribuíram para a formação do patrimônio cultural do povo brasileiro, o que resultava na atribuição de uma dimensão histórica e sociológica a essas letras que pouco ou nada pode ter a ver com seu tempo e com a dinâmica da sociedade em que foram geradas. Chegaram, assim, a resultados que definem visões discutíveis sobre as letras coloniais, uma vez que atribuíram a elas aquilo que nelas não há, ou seja, a evidência do sentimento nacional em um período onde nem mesmo existia a menor idéia de “nação brasileira”.

Em contrapartida, autores como Silvio Romero, em suas análises deterministas, concebia o olhar de Cláudio Manuel da Costa sobre seu ambiente nativo como uma

espécie de “deixar-se levar” pelas belezas da natureza brasileira, mesmo diante da constante e frustrada tentativa de substituir a paisagem de Portugal pela beleza rude da natureza de sua terra natal, impondo assim um olhar naturalista a um poeta cujo modelo de natureza reside na arte poética e não no ambiente empírico.

Enquanto Candido buscava ver em temas brasileiros elementos que evidenciassem a identificação do autor com o nacional e a definição precisa do termo ‘brasileiro’; Romero fez dessa busca algo mais incisivo, ao considerar o nacional sob determinantes biológicos ligados à miscigenação responsável pela formação de um povo que unia uma pretensa pureza do sangue europeu com a “inferioridade” do autóctone e do elemento negro africano. Em suma, se tivermos por intuito apreender a dinâmica social do texto em sua época de produção, é preciso abandonar os critérios evolutivos.

Em contrapartida, outros críticos, como Hélio Lopes, impregnado de uma espécie de mineirice imprópria que o faz quase um apologista dos poetas mineiros, viram no universo narrativo e poético de Cláudio Manuel da Costa manifestações de elementos locais, definidores do ‘espírito esquivo mineiro, trancado pelas montanhas e centros de mineração’⁸. Tratam-se claramente de qualificações discutíveis, visto que Cláudio Manuel da Costa não expressa esse suposto espírito mineiro, valor idealista e romântico por excelência e, por conta disso, impróprio à compreensão dos seus textos anteriores ao romantismo. Antes, as referências a Minas e o patriotismo que conduz sua narrativa não podem ser compreendidos como expressão direta dos sentimentos do homem Cláudio Manuel da Costa, despido do poeta aplicador das tópicas. O patriotismo, como uma dessas tópicas, não se compreende como identificação com a natureza mineira em oposição à portuguesa, conforme supôs a crítica romântica nacionalista, mas sim como imitação de modelos de uma natureza já artificial, pautada

⁸ Ver.: LOPES, Hélio. Introdução ao poema Vila Rica. Juiz de fora: Esdeva, 1985.

na *Arte Poética* de Horácio⁹, onde o pensador italiano dispõe acerca das especificidades da poesia diante da realidade, assim como é perceptível no trecho a seguir:

"Princípio e fonte da arte de escrever é o bom senso. [...] Quem aprendeu os seus deveres para com a pátria e para como os amigos, com que amor devemos amar o pai, o irmão, o hóspede, qual a obrigação dum senador, qual a dum juiz, qual o papel do general mandado à guerra, esse sabe com segurança dar a cada personagem a conveniente caracterização. Eu o aconselharei a, como imitador ensinado, observar o modelo da vida e dos caracteres e daí colher uma linguagem viva. Uma peça abrilhantada pelas verdades gerais e pela correta descrição dos caracteres, porém de nenhuma beleza, sem peso nem arte, por vezes deleita mais fortemente o público e o retém melhor do que versos pobres de assunto e bagatelas maviosas. (...)"

A obra do poeta aparece aí como imitação da realidade, de onde o poeta deve predispor, pelo engenho dos modelos grandiosos de composição poética, a beleza que deve impor à leitura uma linguagem viva em breve espaço de tempo, para que o leitor tenha por visualizável o que se predispõe. E ainda, tratando mais especificamente sobre a poesia, escreve o preceptista:

"Os poetas desejam ou se úteis, ou deleitar, ou dizer coisas ao mesmo tempo agradáveis e proveitosas para a vida. O que quer que se preceitue, seja breve, para que, numa expressão concisa, o recolham docilmente os espíritos e fielmente o guardem; dum peito já cheio extravasa tudo que é supérfluo. Não se distanciem da realidade as ficções que visam ao prazer; não pretenda a fábula que se creia tudo quanto ela invente, [...] Arrebata todos os sufrágios quem mistura o útil e o agradável, deleitando e ao mesmo tempo instruindo o leitor; esse livro, sim, rende lucros aos Sósias; esse transpõe os mares e dilata a longa permanência do escritor de nomeada."¹⁰

⁹ Cabe ressaltar aqui que se pode compreender por *Arte Poética* toda uma série de discussões acerca das funções, preceitos e a maneira correta de se fazer poesia aberta pela poética de Aristóteles e discutida posteriormente por preceptistas como Horácio, Candido Lusitano, Verney entre outros, que desenvolveram considerações acerca de preceitos técnicos e funcionais para a poesia. No ponto em questão reproduzimos as considerações de Horácio acerca da poesia, um dos modelos seguidos por Cláudio Manuel da Costa.

¹⁰ Esta e a anterior citação à *Arte Poética*, de Horácio, foram retirados de: ARISTÓTELES, HORÁCIO, LONGINO. *A Poética Clássica*. São Paulo: Cultrix, 1990. Tradução direta do grego e do latim de Jaime Bruna. (p. 60-65)

Se o poeta não conseguiu achar um lugar apropriado para seu sentimento de amor à sua terra pátria, a crítica feita à sua obra tendeu a colocá-la em locais impróprios, historicamente anacrônicos. A crítica às letras coloniais mineiras, estabelecida por critérios românticos do século XIX, padeceu desse anacronismo de maneira contundente: a proposta nacionalista romântica, movida pelo recente processo de Independência do Estado do Brasil em 1822, visava, entre outras coisas, definir elementos essencialmente brasileiros, identificando-os em suas antecipações coloniais. Recriar o passado com perspectivas futuras, a partir da invenção de critérios evolutivos de classificação dos textos coloniais, era enfim a proposta do romantismo brasileiro, em uma adaptação ao movimento europeu marcado pela ideologia revolucionária burguesa, por vezes utópica, da realização de um mundo caracterizado pela igualdade de direitos – sobretudo o direito à propriedade particular – e pela liberdade de opinião, comércio e participação política.

A definição é claramente aceitável e fundamental para a criação da noção de ‘nossa literatura’, tranquilizando seus autores diante de seu passado cultural. Por outro lado, pressupõe claramente a existência, entre os autores coloniais, de uma vontade de construir o Brasil independente. Sabemos bem, hoje, da vontade de submissão que residia em autores como Cláudio Manuel da Costa. Seu *Vila Rica* exalta antes de tudo o bom cumprimento da empreitada do ouro para enriquecimento e glória do Estado do Brasil subordinado à Metrópole, não sendo propriamente um texto que evidencie qualquer forma de estímulo ou referência à Inconfidência, ainda que para muitos nacionalistas seja tentador identificar nele a exaltação de feitos bandeirantes para constituir a redescoberta do Brasil por olhos nativos.

Tentemos assim estabelecer novas possibilidades de leitura dos textos coloniais, compreendidos em sua especificidade histórica, buscando apreender enfim a dinâmica

do texto em seu tempo de produção. Para isso é necessário deixar de lado algumas interpretações já feitas e repetidas na história da literatura brasileira. É preciso evitar critérios classificatórios como já aplicaram, cada um a seu modo, nomes consagrados da crítica literária como Antonio Candido e Silvio Romero, sempre preocupados em identificar critérios comuns que pudessem unir textos literários distintos para assim definir critérios formativos e evolutivos para a literatura brasileira¹¹.

¹¹ Uma das obras de maior representatividade de Candido chama-se justamente *Formação da Literatura Brasileira*; já Silvio Romero em *História da Literatura Brasileira* utiliza claramente critérios evolutivos que beiram mesmo o determinismo biológico preocupado em identificar o genuinamente brasileiro em nossa literatura. As referências completas são: CÂNDIDO, Antônio. *Formação da Literatura Brasileira (Momentos Decisivos)*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 6ª ed., 1981, 1º vol. e ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: INL, 7ª ed., 1980, 5 vols.

Capítulo 3.

Por uma leitura histórica de *Vila Rica*

(Considerações no âmbito da historiografia)



(Ilustração 3: Frontispício da primeira edição, de 1839, do poema Vila Rica, de Cláudio Manuel da Costa)

A final, entendemos que o discurso histórico deve pressupor a correta pergunta que se deve fazer ao passado, evitando perguntar aquilo que não pode responder. O documento pertence à outra época e deve revelar valores de homens e mulheres cujas maneiras de viver e de encarar a morte eram também outros, se comparados aos do tempo presente. Certamente algumas perguntas serão incompreensíveis se as fizermos munidos de valores de nosso tempo. Se as fizermos, estaremos em última instância a colocar palavras na boca dos homens e mulheres do passado. Sendo assim, ‘ler’ o passado universalizando critérios que devem pertencer ao presente é um equívoco a ser evitado tanto em estudos de cunho literário quanto de caráter histórico. Em linhas gerais, o que ocorre em muitos casos é o uso de critérios impróprios, que anacronicamente unem aquilo que possui existência limitada a seu tempo e espaço com as categorias interpretativas de quem as aplica.

A busca incessante de respostas às inquietações presentes pode levar o historiador a manipular o documento passado, lendo-o a partir do que deseja encontrar no mesmo, em uma espécie de busca de definição do que é seu presente a partir das sociedades, práticas culturais, formas de governo, elementos simbólicos e religiosos existentes no passado. É como se existisse nele "aquilo que fomos" ou como se houvesse na mente dos homens do passado uma noção prévia do que seria o futuro, de modo a fazê-los agir de maneira a favorecer a realização de suas pretensões e desejos projetados nele. Podemos citar alguns exemplos: uma das exposições de arte brasileira feitas no ano de 2000 em comemoração dos 500 anos de Brasil¹² buscou ver na arte de Aleijadinho o primórdio do Modernismo, como se o artista mineiro do século XVIII já

¹² Aí se considerava, é evidente, que o Brasil existia desde a chegada dos portugueses em 1500. Idéia anacrônica, visto que o país só pode ser pensado enquanto nação a se constituir de maneira independente após o processo de independência, em 1822.

revelasse em sua obra que a capitania de Minas pertenceria no futuro a uma nação independente em busca de sua identidade passada, conforme a proposta modernista.¹³

Ademais, a utilização do conceito de “propriedade intelectual” por parte desses críticos unida a um nacionalismo impróprio ao período fez com que menosprezassem as letras do século XVIII produzidas na América Portuguesa por conta de uma suposta falta de originalidade que, na verdade, não lhes era própria. O próprio conceito de “originalidade” não exalta o autor colonial, sendo mais fácil que seja motivo de desprezo, como o indivíduo dito “vulgar”, que desconhece os preceitos do bom gosto que são, antes de tudo, anônimos, coletivos e retóricos. A crítica nacionalista e sociológica – esta última contando com Antonio Candido como seu maior expoente – ao definir a função social do autor na sociedade, imprimiu-lhe uma função que parece beirar a antiga noção de “processo civilizatório” que sempre preocupou os grandes analistas do Brasil, sendo, portanto, uma leitura direcionada por um princípio predeterminado de análise.

Para Candido, a própria posição do autor em sua sociedade deveria ser definida na relação com seu leitor, visto que este fundamenta a sua existência, já que o escritor só será reconhecido como tal pelo público que lê suas obras. A obra literária “esculpe na sociedade as suas esferas de influência, cria o seu público, modificando o comportamento dos grupos e definindo relações entre os homens”; e, além disso, só sobrevive enquanto o público a alimenta, ao decifrá-la ou lhe atribuir novos

¹³ O projeto modernista data da segunda década do século XX e é próprio de um Brasil modernizado pela indústria e pela economia cafeeira em alta, que se manifesta em uma sociedade aristocratizada e de desigualdades profundas. A ligação com a Europa efetivada por uma aristocracia industrial e cafeeira interessada nos modelos sofisticados da civilização europeia, sobretudo a francesa, levou os brasileiros ao contato com as vanguardas artísticas europeias, o Futurismo, o Cubismo, o Expressionismo e o Surrealismo. Nesse sentido a proposta do grupo modernista, encabeçado por Oswald de Andrade e Mário de Andrade, estabelecia uma busca pela identidade brasileira, expressa sobre os moldes da moderna arte europeia a partir de uma investigação profunda, um ato de devoração – como propunha o movimento antropofágico – na essência do povo brasileiro. A expressão deveria obedecer aos modelos mais modernos que vinham da Europa que, obviamente, nada tinham a ver com Aleijadinho, artista cuja obra data de quase dois séculos antes do modernismo.

significados. Para o mesmo autor, “um público se configura pela existência dos meios de comunicação, pela formação de uma opinião literária e a diferenciação de setores restritos que tendem a liderança do gosto – as elites” (CANDIDO, 1967, p. 89). Nesse sentido, depreende que literatura e sociedade evoluem num plano linear a partir da tomada de consciência do autor diante de sua 'função' definida historicamente.

A definição do lugar do autor na sociedade parece coerente. No entanto, quando estamos diante de um autor como Cláudio Manuel da Costa, vemos que situá-lo na sociedade de Minas como autor reconhecido como tal implica a compreensão de uma complexa rede simbólica que então define a recepção como reconhecimento do autor pelo seu bom desempenho na aplicação das tópicos que definem a autoridade dos gêneros efetuada no decoro de modelos poéticos, retórico-políticos e éticos imitados nas obras.

Se empreendemos a análise das belas letras coloniais como produto de seu tempo e lugar, chegamos a conclusões mais precisas sobre elas, ainda que não muito agradáveis ao *Espírito Brasileiro* tão caro aos românticos dos tempos da Independência e da formação do Estado Brasileiro. Assim, se consideramos que a ficção transforma as sociedades e é transformada pelas mesmas, poderemos entender que as letras produzidas na sociedade do *Vila Rica*, subordinada ao controle metropolitano como parte do Império Português, são o resultado de práticas definíveis nos limites dos condicionamentos sociais que as envolvem. Nesse sentido, essas letras devem revelar a própria condição colonial da capitania e a posição de súdito ocupada pelo autor, além do estabelecimento de uma relação causal constituída no limite entre o homem do passado e o espaço-tempo de sua experiência.

Da mesma forma, quando se trata de poesia, não se pode crer em uma continuidade direta entre a poesia e o poeta, o que equivale dizer que a poesia, na época

de Cláudio Manuel da Costa, é regrada por modelos retóricos de boa poesia aceitos pelo público leitor e, por consequência, legitimadores do próprio autor, enquanto autoridade na escrita. Na crítica nacionalista já feita sobre essas letras se crê, por exemplo, que poemas melancólicos expressam a psicologia de homens melancólicos que foram poetas, quando na verdade essas letras não pressupõem a correspondência entre o 'eu' poético e o 'eu' do homem. Nelas, a aplicação do preceito produtor da ficção é adaptação à regra do costume coletivo, como um fingimento bem de acordo com a definição aristotélico-latina do ato inventivo da poesia. Nesse sentido, é importante compreender a poesia de Cláudio Manuel da Costa como aplicação desses modelos apreendidos no ato da sua leitura em sua época de produção.

3.1 Uma leitura histórica de Vila Rica

Partiremos então para uma análise do Vila Rica propriamente dito. De início é importante destacar o texto como publicação, como livro a circular entre os leitores de um mundo colonial, como produto e objeto de uma época. Posteriormente passaremos a uma compreensão da leitura que se fez do Vila Rica em sua época, passando pelos pressupostos de leitura e decoro poético que definiam o leitor do século XVIII, o mesmo decoro que definiam a prática poética do autor, conforme mostraremos na seqüência. Veremos aí como um conjunto de tópicos, aristotelicamente fundamentados em uma verdadeira arte de composição poética, puderam definir uma série de preceitos aplicados pelo poeta à composição do épico que ao fim definiam mesmo a posição do mesmo em uma hierarquia política e católica cujo princípio servia de reafirmação constante de verdades definidas na autoridade do Império Português, definindo-o como bom súdito desta monarquia.

Inicialmente, para que se possa fazer uma análise histórica de Vila Rica deve-se contemplar e relacionar o plano histórico da obra, como produção de um tempo, e a representação deste, no plano poético ou ficcional. Para tanto, será necessário definir o espaço propício à existência de uma “vida das letras” enquanto campo social capaz de fundamentar níveis de aceitação e de inteligibilidade da obra, compondo assim sua razão de ser no grupo ao qual pertence. É nele que devemos buscar inclusive as posições sociais, os “lugares ocupados” por cada um dos atores sociais, o que se deixa revelar na investigação dos níveis de circulação do escrito poético entre um pequeno grupo de homens letrados que compreendem, na sociedade colonial de analfabetos, a imensidão de preceitos e tópicos imprescindíveis à boa apreciação da poesia antiga, base do bom gosto civilizatório e parâmetro de composição utilizado por poetas como Cláudio Manuel da Costa.

Buscar o específico acerca do texto produzido no passado torna-se tarefa fundamental para que se faça uma leitura adequada do mesmo, o que deve implicar a especificação do próprio ato da leitura e de seus efeitos e significados no tempo em que foi produzido. Fenômenos como a leitura, bem como o significado de objetos como o manuscrito e o livro, enquanto bens simbólicos, são práticas e produtos datados e como tais devem ser compreendidos. Produções textuais como a de Cláudio Manuel da Costa devem ser entendidas como produtos de sua época a revelar práticas sociais compreensíveis tanto no interior do texto como temas tratados, bem como nos motivos práticos que impulsionaram sua existência, incluindo aí o próprio movimento objetivo da comunicação do objeto “livro” ou do manuscrito, compreendidos na mediação entre a produção e o consumo da obra.

O livro e o texto manuscrito podem ser entendidos, no caso, como manifestações materiais de transmissão do código escrito, tendo seus lugares de produção definidos em

algum lugar institucional do passado. Por conseqüência, a maneira como devemos ler o que ali se põe como código deve modificar-se ao longo da história. Mesmo a alfabetização, que geralmente é proposta como critério universal, nem sempre esteve presente como elemento único e imprescindível na difusão de idéias e crenças. A difusão portuguesa do catolicismo teve que inventar meios para aquém ou além da escrita, que compuseram o pensamento por imagens pintadas ou pelo discurso oral endereçado ao povo iletrado, como na oratória jesuítica de Antônio Vieira ou de Anchieta, missionários ligados à obra contra-reformista de difusão do catolicismo pela catequese. Esses padres, inseridos no processo de colonização – que possuía não apenas um fundamento exploratório voltado à expansão do capitalismo comercial de base européia, mas um princípio religioso de catequização do povo gentio – tiveram por árdua tarefa pregar o catolicismo aos nativos do Estado do Brasil e do Estado do Maranhão e Grão-Pará numa época em que a não-alfabetização e a diversidade das línguas faladas faziam do código escrito algo pouco útil, porque só compreendido por poucos alfabetizados. Em suma, os critérios de literalidade também são produções históricas, como também o são os critérios que determinam aquilo que foi feito para ser lido. Considerando tais fenômenos como históricos, é possível trilhar dois caminhos metodológicos quando se faz uma história da recepção dos textos coloniais; primeiro se pode fazer uma história da leitura em sua época, com a compreensão do significado do ato de ler e do valor atribuído ao texto no tempo da sua produção; por outro lado, é também possível definir o texto em sua perenidade ao longo do tempo, aprendendo os diversos significados dados a ele de acordo com as diversas recepções, como em um movimento de sua recriação constante pelo leitor de diversas realidades históricas. Nesse sentido, não há “erro de leitura” nos usos das letras coloniais feitos por autores

românticos e modernos, mas apropriações particulares, produtoras de valores-de-uso também particulares, que é preciso historicizar.

Para fazer uma leitura mais adequada dos textos produzidos na América Portuguesa, deve-se fazer uma história normativa das recepções coloniais¹⁴ e definir a provável intencionalidade autoral da representação no texto escrito e especificar o seu valor-de-uso em seu presente de produção, evitando assim as interpretações anacrônicas que definem o objeto de análise segundo critérios exteriores ao tempo do objeto, o que pode levar ao menosprezo do antigo ou à sua exaltação imprópria como antecipação do futuro.

Ao utilizar o texto composto no passado como elemento revelador das dinâmicas sociais que envolviam sua utilização como código de comunicação, ou seja, ao buscar entender o valor-de-uso da recepção, tem-se a possibilidade de estabelecer algo da dinâmica social do período analisado. O mecanismo se estabelece da seguinte maneira: compreender como se lê em uma determinada época implica compreender o valor-de-uso do texto, ou seja, o significado, o valor atribuído ao objeto e ao próprio ato da recepção em uma determinada época; valores estes atribuídos pelo público que, neste ponto, aceita a autoridade do autor. Sendo assim, a utilização do escrito define lugares, relações, formas de ser, na dinâmica social de uma época.

Desta maneira, para fazer uma leitura adequada dos textos produzidos na época colonial, devem-se compreender os pressupostos de sua invenção refeitos pela sua recepção contemporânea e de sua repercussão no plano social, sempre a tornar notório algo dos desígnios do Estado monárquico. Sendo assim, a leitura desses textos pelo historiador deve observar um correto entendimento das ‘chaves de leitura do passado’,

¹⁴ Adota-se aqui a linha interpretativa aberta por João A Hansen. Ver, entre outros escritos o texto: Leituras Coloniais. Em: ABREU, Márcia (Org^a). Leitura, história e história da leitura. Mercado de letras: Associação de leitura no Brasil; São Paulo. Fapesp. 1999 (Coleção História de leitura)

dos valores de uso que definiam a razão de ser da recepção em determinado contexto. Trata-se de aproximar-se ao máximo do receptor de tempos passados, para definir com clareza a dinâmica das suas recepções.

O trabalho de Rubens Borba de Moraes sobre os livros e bibliotecas existentes nas capitanias do Estado do Brasil revela a existência de agremiações literárias ou a ocorrência de reuniões de letrados em capitanias como Pernambuco, Bahia, São Paulo e também Minas Gerais, nascidas entre os séculos XVI e XVIII. Elas evidenciam a existência de uma vida cultural relativamente dinâmica nessas localidades.¹⁵ No caso de Minas Gerais, muitas são as referências sobre a circulação de livros e a ocorrência de leitores, incluindo-se aí diversos livros da Antigüidade, o que inclui boa parte das letras latinas, como também livros ligados ao movimento da Ilustração, como *O Contrato Social*, de Rousseau, e *O Espírito das Leis*, de Montesquieu, que, segundo informação de Felício dos Santos, circulavam em Francês, Latim e Português. Quanto a Cláudio Manuel da Costa, consta que possuía uma biblioteca particular de mais de 280 volumes distribuídos por obras de Direito e letras antigas. A consulta a diversas fontes orais para obter as informações necessárias a fundamentar historicamente seu poema foi levada a cabo entre a gente letrada de Minas e de outras localidades, o que atesta a dinâmica social da circulação de informações em Minas nesse período. Segundo Moraes, na biblioteca particular de Pereira da Fonseca constava inclusive um volume intitulado *Villa Rica, Poema de Cláudio Manuel da Costa, em Português, um volume em quatro*, certamente um manuscrito que antecedeu à obra definitiva impressa em Ouro Preto no ano de 1839.

Também as contribuições de Pedro Taques ao *Vila Rica* evidenciam algo da dinâmica cultural provocada pela circulação de livros em Minas ou da ligação que os

¹⁵ Ver: Moraes, Rubens Borba. *As bibliotecas Particulares*. Em: Livros e Bibliotecas no Brasil Colonial. Rio de Janeiro: Livros técnicos e Científicos, 1979. (Biblioteca Universitária de literatura brasileira: Série A; v. 6) Pg.23-38

letrados brasileiros mantinham com a cultura européia. Na carta que escreve a Cláudio Manuel da Costa e que depois servirá de fonte ao poeta para a composição do *Vila Rica*, Taques lamenta não poder contribuir no que diz respeito à genealogia dos Albuquerque, visto que Cláudio pretendia louvar a ação heróica do Governador Antonio de Albuquerque na pacificação da Guerra dos Emboabas. O motivo, segundo Taques, seria a ausência de um livro, deixado em Lisboa, com o nome de *Genealogia dos Grandes de Portugal*, de autoria de um clérigo chamado D. Antônio Caetano de Souza.

É por tal princípio que cremos na necessidade de ir além da crítica nacionalista e fazer uma crítica histórica que considere as letras coloniais como produto de sua época, depreendendo deste movimento aquilo que o texto pode ser e não aquilo que queremos que seja. É necessária uma crítica comprometida em definir as letras coloniais como fenômeno datado. Temos, portanto, como parâmetro de análise, o universo micro-histórico das transformações estruturais definidoras de práticas relacionadas à cultura e ao consumo de bens simbólicos.

A investigação da natureza das representações textuais e dos níveis de sua circulação na obra, conforme pensa Bourdieu, deve ser compreendida como operação capaz de evidenciar aspectos das relações sociais e econômicas de um dado período a partir da definição de “quem lê” e “como se lê” nele. Devemos compreender o *Vila Rica* na dimensão simbólica constituída na inter-relação de um conjunto de manifestações de caráter lingüístico e econômico que definem a dinâmica da sociedade colonial mineira.

Portanto é imprescindível analisar inicialmente as noções de produção e recepção da obra de Cláudio Manuel da Costa. Temos por evidente que o texto faz sentido, tanto para quem o escreve como para quem o lê, como exemplo de uma experiência artística herdada dos modelos antigos, os mesmos capazes de definir critérios de bom gosto assimilados devidamente pelo público, de modo a confirmar a

existência de uma espécie de “produção do bom gosto” pela qual o público deve reconhecer os recursos utilizados pelo autor nas referências imitadas do passado, compondo um movimento constante de repetição e inovação do mesmo recurso transmitido de autor para autor. Nesse sentido, o que tornava bem aceito o texto colonial era sua verossimilhança prescrita aristotelicamente como semelhança da obra com as opiniões tidas por verdadeiras, o que devia revelar, em suma, os preceitos que todo bom autor devia dominar.

Visto tratar-se de uma produção poética, o que a faz antes de tudo fictícia, as impurezas das referências à realidade objetiva aparecem filtradas ou estilizadas por preceitos do gênero épico, que ajustam o discurso à unidade e coerência de doutrinas retóricas, lógicas e éticas antigas, nela imitadas como modelos provenientes de uma longuíssima série de textos, que incluem Aristóteles, Ovídio, Petrarca, passando por Lope de Vega, Baltasar Gracián, Suárez e Camões. Nestes tempos o autor é tão bom e aceito quanto melhor utiliza o bom costume retórico-poético no ato da emulação desses modelos antigos. Ao contrário dos dias de hoje, onde a originalidade é uma das regras maiores de definição do bom autor, neste mundo antigo a obediência a um decoro poético composto de preceitos aceitos e difundidos como apropriados à arte poética definem o bom autor, ao contrário da atual sociedade pós-moderna, que privilegia o individualismo burguês que fez surgir, no universo das produções culturais, a noção de propriedade intelectual como lei e a de plágio como transgressão. Nas sociedades do século XVIII europeu o auctor é aquele que domina a autoridade de escrever, que domina os preceitos reconhecidos como adequados pelo leitor. Antes de ser um proprietário do que escreve, como nos dias atuais, o autor desses tempos é um reafirmador constante da autoridade do império português pela repetição constante dos mesmos preceitos.

Nessa época, os maiores preceptistas da renovação poética e do ensino, tais como Candido Lusitano e Luis Antônio Verney, definiam a noção de verdade como caminho para aquilo que todo ser humano ajuizado deveria seguir e obedecer por consciência; a saber, o Estado e a religião, traduzidos em poesia. O ato da invenção poética é conceituado por eles como produtor da ligação entre o poema e a verdade, não a verdade cultivada pela razão iluminista, mas uma verdade definida na razão de um Estado absolutista e católico.

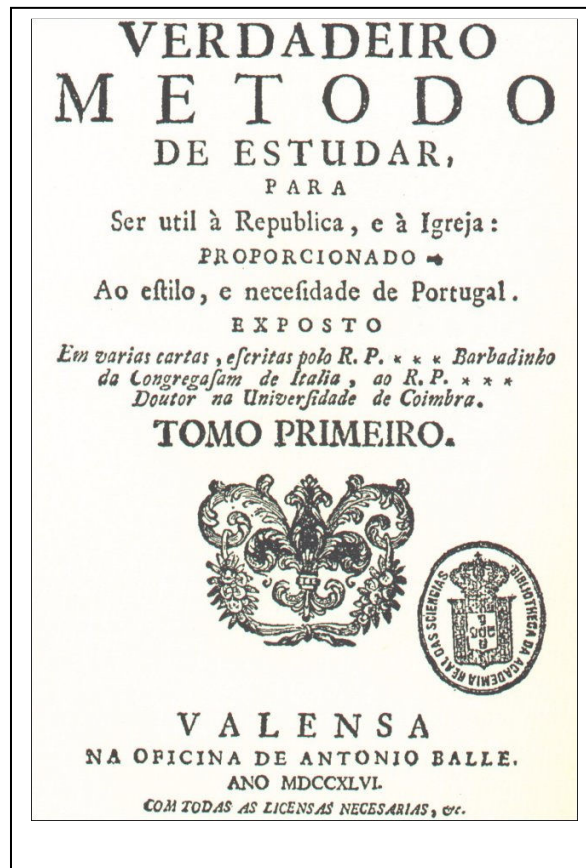
O primeiro desses preceptistas, Candido Lusitano, pseudônimo de Francisco José Freire, era frade oratoriano português, inspirador do movimento estético-literário da Arcádia Lusitana. A sua obra *Arte Poética*, de 1748, marcou em Portugal a afirmação da chamada estética neoclássica que ficaria conhecida posteriormente na literatura pelo nome de arcadismo. A *Arte Poética* de Cândido Lusitano acabou por se constituir como um verdadeiro código estético para a poesia de seu período, o que o tornou numa das figuras mais influentes na introdução na literatura portuguesa das ideias estéticas e da poética e retórica neoclássicas. Com fortes ligações ao humanismo da fase inicial do Renascimento europeu, Cândido Lusitano era um defensor acérrimo dos cânones literários e estéticos da Antiguidade Clássica, tomando como modelos Aristóteles, Cícero, Horácio e Quintiliano. Em consequência, a sua obra centra-se na divulgação do pensamento estético-literário dos clássicos, através da sua tradução para a língua portuguesa, e na defesa de uma concepção da poesia como imitação da natureza, na esteira da Poética de Aristóteles, a teorização também aristotélica do verossímil, o problema das relações entre o útil e o deleitável, a arte, a natureza e o exercício e, ainda, a reflexão em torno das relações entre a fantasia e o entendimento, na elaboração da obra poética.

Já Verney vê na estética e nas formas de composição modos específicos de dispor o discurso poético de acordo com o público ao qual se dirige, fundamentando ao fim uma diferenciação entre os súditos, conforme se pode perceber no trecho:

“Isto que digo das expressões comuns e naturais deve-se entender com proporção. Não quero dizer que um homem civil fale como a plebe, mas que fale naturalmente. A matéria do estilo humilde não pede elevação de figuras, etc., mas nem por isso se deve exprimir com aquelas toscas palavras de que usa o povo ignorante. Não é o mesmo estilo baixo que *estilo simples*. O estilo baixo são modos de falar dos ignorantes e pouco cultos: o estilo simples é modo de falar natural e sem ornamentos, mas com palavras próprias e puras. Pode um pensamento ter estilo sublime, e não ser pensamento sublime; e pode achar-se um pensamento sublime, com estilo simples. Explico-me. Para ser sublime o estilo, basta que eu vista um pensamento e o orne com figuras próprias, ainda que o pensamento nada tenha de sublime. Pelo contrário, chamamos simplesmente *sublime* (com os retóricos) àquela beleza e galantaria de um pensamento que agrada e eleva o leitor, ainda que seja proferida com as mais simples palavras. De sorte que o *sublime* pode-se achar em um só pensamento nu figura, etc. Importa muito entender e distinguir isto, para não ser enfadonho nas conversações e nas obras que pedem estilo humilde.”¹⁶

Esta diferenciação entre súditos, expressa na disposição de discursos específicos para cada um deles, reflete mesmo a funcionalidade da obra, o que estava presente em praticamente todas as *Artes Poéticas* de seu tempo, a saber fundamentar a autoridade do Império Português fazendo continuar a funcionar a partir do dispositivo de submissão que deveria pontuar a relação de cada súdito dentro da hierarquia do corpo político-católico. O título completo de sua obra maior bem exemplifica este princípio: *Verdadeiro método de estudar, para Ser útil à República, e à Igreja: proporcionado Ao estulto, e necessidade de Portugal*.

¹⁶ Verney, Luiz Antônio. *carta VI. Verdadeiro método de ensinar*. Valença. Oficina de Antônio Balle. 1748.



(Ilustração 4: Frontispício de *O Verdadeiro método de estudar*, de Luiz Antônio Verney)

Sendo assim, a Arte Poética de Candido Lusitano contrapõe em certos aspectos o pensamento de Luís António Verney expresso no *Verdadeiro Método de Estudar*, defendendo que *é na proporção, na ordem e na unidade é que consiste a beleza poética* e que a fantasia e a imaginação eram a alma da poesia, embora devessem ser refreadas através da adoção de cânones que regulassem a relação entre a *arte* e o *juízo*. Neste contexto, defendia o predomínio da lógica sobre a estética, afirmando que *os antigos chamavam-lhe Juízo e isto é que é propriamente o bom gosto. É proceder com juízo e discernimento nas obras que compomos e não menos nas que lemos*. Outro trecho da obra de Verney serve-nos para bem entender a essência dessa polêmica, que, ao fim, representa mesmo a mudança de um método antigo para algo de renovação, que existia em Verney:

“Ao estilo sublime contrapomos o estilo simples ou humilde. Assim como as coisas grandes devem explicar-se magnificamente, assim o que é humilde deve-se dizer com estilo mui simples e modo de exprimir mui natural. As expressões do estilo simples são tiradas dos modos mais comuns de falar a língua; e isto não se pode fazer sem perfeito conhecimento da dita língua. Esta é, segundo os mestres da arte, a grande dificuldade do estilo simples. Fácil coisa é a um homem de alguma literatura ornar o discurso com figuras; antes todos propendemos para isso, não só porque o discurso se encurta, mas porque talvez nos explicamos melhor com uma figura do que com muitas palavras. Pelo contrário, para nos explicarmos naturalmente e sem figura, é necessário buscar o termo próprio, que exprima o que se quer, o qual nem sempre se acha, ou, ao menos, não sem dificuldade, e sempre se quer perfeita inteligência da língua para o executar. Além disto, as figuras encantam o leitor e impedem-lhe penetrar é descobrir os vícios que se cobrem com tão ricos vestidos. Não assim no estilo simples, o qual, como não faz pompa de ornamentos, deixa considerar miudamente os pensamentos do escritor...”¹⁷

Se por um lado Candido Lusitano põe em valores subjetivos como a imaginação e fantasia a essência da poesia, também é ele quem impõe a esses valores limites pautados no juízo e no bom gosto, em preceitos racionais de discrição e bom gosto. Em contrapartida um Verney mais apegado aos modelos de composição, aos estilos apropriados para cada público revela a necessidade de simplificação dos discursos, pensando aí na simplificação da linguagem visando facilitar o entendimento do público, afastando-se assim das engenhosidades exageradas dos antigos métodos que viam na poesia uma arte em demasia engenhosa, que se convencionou chamar barroca. Uma série de autores que se iniciava em nomes como Aristóteles, passando por Ovídio, Petrarca, Lope de Vega, Baltasar Gracián e Suárez, chegando até mesmo a Camões.

Outro preceptista, Quintiliano, fundamentou neste mesmo período as normas da oratória, seguido por diversos autores. Em suas obras dispõe sobre a maneira de ensinar, recomendando a emulação como incentivo para o estudo, sugerindo assim que a leitura

¹⁷ IDEM nota anterior.

como elemento fundamental na formação de um orador. Apresenta também o conjunto de qualidades que deve reunir quem se dedicar à Oratória, tanto no que se refere à conduta quanto ao caráter.

Vê-se assim que o ato de escrever à época de Cláudio deveria obedecer a princípios educativos, instrutivos e determinantes da escrita que compunham verdadeiras regras para a escrita e preceptivas de composição, todas elas ligadas aos modelos antigos. Nesse sentido torna-se minimamente questionável identificar em autores como Cláudio Manuel da Costa uma continuidade entre os preceitos que aplica em sua poesia e a personalidade do autor. É neste sentido que algo subjetivo, como o amor à pátria não encontra o lugar e espaço apropriado para se formar, conforme se viu neste trabalho.

É neste caminho que se devem buscar os gêneros e os procedimentos retóricos que definiam e ordenavam o bom uso da história no discurso poético, no intuito de estabelecer as tópicos adequadas para evidenciar a racionalidade do Estado católico. Neste sentido, o bom estilo deveria possuir algo fundamentado nos modelos greco-romanos de beleza que já haviam definido polemicamente os critérios renascentistas entre os séculos XV e XVI. Sendo o caminho da verossimilhança encurtado pela noção de verdade aplicada à poesia e comprovado na revelação do exemplo, o estilo deveria revelar tanto a obediência política quanto o preceito da exaltação do gênero humano à totalidade divina.

Se vamos à essência da *História da Leitura*, compreendida como história de um fenômeno social definido no próprio ato da circulação do escrito enquanto bem capaz de simbolizar algo fundamental à constituição de referências históricas, míticas, científicas de um dado grupo ou sociedade, veremos, no caso de *Vila Rica*, a investigação dos

significados atribuídos à obra em sua época de surgimento e circulação primária, assim como de sua circulação ou seu esquecimento em tempos posteriores, revela o surgimento de outros valores atribuíveis ao ato da leitura. Para definir as dinâmicas sociais que tornaram possível o *Vila Rica*, é imprescindível compreender o passado (re)inventado pelo mesmo, conforme veremos adiante.

3.2 O decoro poético

Como imitação da realidade, transformada pelo engenho poético cujo repertório está no domínio e na aplicação correta das tópicas, a poesia épica de Cláudio Manuel da Costa situa-se, portanto, entre a paixão pelo tema proposto, sua terra natal, e a impropriedade das tópicas, que ali não encontram um lugar adequado. Tal possibilidade de interpretação da obra do poeta, quando vista em uma perspectiva nacionalista, cristalizou uma imagem do poeta como o “exilado na própria pátria”, onde um dualismo entre o ideal natural e o meio hostil parece pôr um novo conflito fundado na dupla possibilidade de existência que dividia o poeta, o que o constituiria constantemente como um cultista que permanecia mais ligado à arte aguda do século XVII que às determinações da renovação da arte ligada ao pombalismo¹⁸. O próprio poeta deixa claro no prefácio de suas *Obras Poéticas* que aprovava o novo, mas na prática ainda realizava o antigo:

"(...) Bastará para te satisfazer, o lembrar-te que a maior parte destas Obras foram compostas ou em Coimbra ou pouco depois (...) tempo em que Portugal apenas principiava a melhorar de gosto nas belas letras. É infelicidade confessar que vejo e aprovo o melhor, mas sigo o contrário na execução. "

É perceptível aí que o poeta admite a contradição que existe entre os preceitos poéticos, definidos aristotelicamente, e a realidade de sua obra. Se o engenho do poeta

¹⁸ Ver: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Capítulos de literatura colonial*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

mal se adaptava à grosseria nativa, o seu sentimento de pertencimento à pátria não o deixaria negar sua terra nativa, seja *n'O Vila Rica* ou mesmo na anterior *Fábula do Ribeirão do Carmo*, onde busca assegurar, conforme palavras de Sérgio Buarque de Holanda, “dignidade artística e literária aos cenários nativos, projetando-os sobre um fundo imaginário”, o que é perceptível também em outros versos do poeta:

Aonde levantado Gigante, a quem tocara,
Por decreto fatal de Jove irado,
A parte extrema, e rara
Desta inculta região, vive Itamonte,
Parto da terra, transformado em monte;

De uma penha, que esposa
Foi do invicto Gigante,
Apagando Lucina a luminosa,
A lâmpada brilhante,
Nasci; tendo em meu mal logo tão dura,
Como em meu nascimento, a desventura.

Fui da florente idade
Pela cândida estrada
Os pés movendo com gentil vaidade;
E a pompa imaginada
De toda a minha glória num só dia
Trocou de meu destino a aleivosia.

Pela floresta, e prado
Bem polido mancebo,
Girava em meu poder tão confiado,
Que até do mesmo Febo
Imaginava o trono peregrino
Ajoelhado aos pés do meu destino.

Não ficou tronco, ou penha,
Que não desse tributo
A meu braço feliz; que já desdenha,
Despótico, absoluto,
As tenras flores, as mimosas plantas,
Em rendimentos mil, em glórias tantas.¹⁹

¹⁹

Ibid. P. 123 / 124.

É clara aí a visão de um poeta tomado gradativamente pela beleza do ambiente nativo figurado na tópica bucólica da rudeza pastoril. Sendo assim não se trata da natureza empírica de Minas que, supostamente, de uma desventura ao nascimento pudesse se transformar, por intermédio da “florete idade” e “cândida estrada”, em “rendimentos mil, e glórias tantas; sempre sob o “braço feliz” do poeta “despótico, absoluto”. Assim, o que se revela em tributo ao braço do poeta, que se rende a manifestar a braveza do sertão em glórias, é a própria tópica da rudeza pastoril que se transpassa em patriotismo.

3.3 A História, no épico *Vila Rica*

No épico *Vila Rica*, uma espécie de afeto patriótico que reafirma o sucesso da obra colonizadora da Metrópole é construído sobre dois níveis discursivos distintos, um aplicado ao *Fundamento Histórico* que antecede o poema, outro ao próprio texto poético, o que resulta em duas maneiras de escrever e de utilizar a história. Analisá-las permite-nos evidenciar características da escrita de Cláudio Manuel da Costa, que bem evidenciam a tênue linha divisória que à sua época se moldava entre uma história providencialista, que sempre reafirmava preceitos do Império Católico, e uma história crente na possibilidade de dar fundamentação objetiva à narrativa, afastando-a da teologia.

A primeira se mostra na preocupação de fundamentar com impressionante trabalho de erudição documental a mesma história que mimetiza no poema. Neste ponto se revela o trabalho com as fontes e a preocupação com a verdade dos fatos, critérios aristotélicos que nesse tempo estavam sendo redefinidos pelo Iluminismo. Nela, todas as informações acerca do processo de efetivação do domínio metropolitano sobre as terras mineiras, as ações bandeirantes de descobrimento e contato com o elemento

indígena, além das informações específicas acerca do estabelecimento administrativo português sobre as principais cidades e as notícias dos primeiros governadores das Minas revelam Cláudio Manuel da Costa a se fazer historiador, dando assim efetiva contribuição à historiografia das Minas, na medida em que nele se pode observar claramente condensado o início de uma tradição de imagens e de impressões da vida entre os locais de sua pátria Minas, sem descuidar dos exemplos retirados da história, definidores de alguns aspectos da formação social, política e econômica da Capitania.

A segunda delas se vê claramente delineada na utilização da história no poema épico, sempre a comprovar o sucesso da obra colonizadora por meio da história da administração e do povoamento de Minas, o que faz com que em *Vila Rica* o encomiástico das ações pacificadoras e ordenadoras de homens como Albuquerque se confunda com o épico da aventura bandeirante do desbravamento dos sertões e do contato com o elemento indígena.

No caso específico do discurso poético de Cláudio Manuel da Costa, a análise revela a consciência do autor; não a consciência nacionalista, que é uma construção pós-iluminista, mas a consciência de sua poesia celebrar a sua pátria, Minas, integrando-a à sua nação, Portugal. Temos assim por pressuposto que o poema épico de Cláudio Manuel da Costa inaugura uma memória, um passado heróico para uma terra que se descobre pátria, petrificada nas palavras de seu discurso poético, o mesmo que busca incessantemente situar seu petrificado ambiente entre pastores e ninfas da Arcádia, colocando-o no *eixo da História* civilizacional católica e absolutista na qual se situava enquanto súdito e na qual aprendeu as regras de sua arte em modelos, Lucano, Camões e Milton, além das epopéias de Virgílio, Tasso e Voltaire

Por outro lado, embora o poema se baseie em eventos fundamentados historicamente no *Fundamento*, o mesmo por definição habita, como todo o poema, o

universo do verossímil e não do real narrado, além de ser preenchido por todas as partes por elementos da mitologia latina e Tupi, que possuem uma função específica no poema, que mostraremos adiante. O que se deve ter em mente inicialmente é que há uma maneira de se utilizar este discurso mitológico e a própria história do povoamento e fundação administrativa de Vila Rica de modo a colaborar para que se exalte os feitos do herói Albuquerque como intermediador do Rei Português em território mineiro, civilizando o elemento indígena, pacificando os revoltosos – maus súditos do Império – até a efetiva inclusão da pátria do autor aos domínios administrativos de Albuquerque e, em uma esfera maior, do próprio Império Português.

3.4 A Carta dedicatória

Cláudio Manuel da Costa sempre foi visto como autor dividido entre as renovações abertas pela ilustração que afetava as engenhosidades dos modelos antigos. O autor, em suas próprias palavras, aprovava o melhor mas executava o pior, conforme já citamos neste trabalho. Homens como Montesquieu, uma das principais figuras do pensamento ilustrado, afirmava em uma de suas obras: "Não faço carta dedicatória: os que fazem profissão de dizer a verdade não devem esperar proteção sobre a terra"²⁰. Em *Vila Rica*, Cláudio Manuel da Costa mantém o recurso à carta dedicatória, em homenagem ao Conde de Bobadela, porém faz questão de ressaltar que a escreve não por lisonja, mas pela verdade, elemento valorizado pela Ilustração, o que resulta em elogio honesto ao conde. A exaltação eufórica e o aplauso do seu homenageado, o governador da capitania, se lêem logo no início da Carta Dedicatória:

“Há muito, que ansiosamente solicito dar ao mundo um testemunho de agradecimento aos benefícios, que tenho recebido da Exm. Casa de Bobadela: este me persuado que o pode ser, se

²⁰ Citado em: Muzzi, Eliana Scotti. *Epopéia e História*. Ensaio publicado em: *A poesia dos Inconfidentes*. Rio de Janeiro. Nova Aguilar. 1996. pg 351

não pelo mais completo, ao menos pelo mais puro: a idade que o ler confessará ingenuamente que não obrou a lisonja, aonde sobressai a verdade. Dirão que adornei de louvores os preclaríssimos nomes de V. Ex., e do Exm. Sr. Gomes Freire de Andrada, seu digno Irmão, mas poder-se-ha conhecer ao mesmo passo, que me deo dilatadíssimo campo um merecimento a todas as luzes sólido, grande, e incontestável."

Segundo consta, a dedicatória é agradecimento por benefícios recebidos, revelando a prática do mecenato. Embora reconheça a possível crítica ao louvor excessivo que poderia sofrer, o autor pretende claramente demonstrar que bem merece seus louvores a casa de Bobadela.



(**Ilustração 5:** Retrato do Conde de Bobadela, Gomes Freire de Andrada.)

Ademais, o sentido de unidade que ocorre entre os súditos em Minas e Portugal deve ser intermediado pela boa administração dos irmãos Freire. Ou seja: louva-se a harmonia do Império, a boa efetivação da administração portuguesa em Minas, de modo que nada há que evidencie o prévio sentimento nativista ou nacionalista por tratar-se de uma epopéia sobre Vila Rica. É evidente o impulso patriótico que movimenta a realização de *Vila Rica*, o que não significa a suposta consciência de Cláudio na tarefa

de enfim cantar a pátria em oposição ao reino. O que satisfaz o autor é ser filho da Capitania de Minas que tanto mantém enriquecido o Império, estabelecendo assim a felicidade de todos, do mais simples súdito ao próprio Rei. O prosseguimento da citação anterior bem o evidencia:

Quem ignora que por quase trinta annos descansarão com felicidade nas mãos dos Exm. Freires as Minas do ouro do nosso Portugal? "Quem não vio alegres os povos, satisfeito o monarcha, e conseguida em toda a sua extensão a igualdade da justiça por todo este espaço do saudoso governo d'aqueles Heroes? (...) Parece que o Rei desejava fazer eternos na protecção destes vassallos, tão apartados do seu throno, aquelles espíritos, que tanto apetezia ter ao seu lado; Esta foi a maior significação de amor, com que distinguio aos moradores das Minas; E este o testemunho maior, com que qualificou o conceito, que formava dos Exm. Freires." ²¹

A modéstia do bom súdito, submisso à hierarquia do corpo místico do Império, aparece claramente no trecho em sentimento claro de patriotismo. Conforme já se citou, o tema foi sempre matéria, na crítica literária, de opiniões diversas e por vezes anacrônicas acerca do poeta de Minas Gerais. Entre elas, as de uma crítica disposta a defender o amor do poeta árcade à sua pátria Vila Rica – que representaria toda a capitania de Minas – como manifestação clara de um sentimento nativista facilmente transformável, quando interpretado como antecipação do futuro, em antilusitanismo, o mesmo que levaria ao processo de Independência. Cláudio Manuel da Costa passaria assim à posteridade como antecipador do sentimento de ser brasileiro em um momento no qual nem mesmo existia noção, ainda que remota, de autonomia do trecho americano do Império Português. Ao contrário disso, o autor se mostra ‘Humilde Servo’ do Império – conforme se observa na sua assinatura da *Carta Dedicatória* do *Vila Rica*. Se ama Minas, é justamente porque sua pátria é povoada de bons súditos a enriquecer o Império Português.

²¹ Op. Cit. [Carta Dedicatória]

Como se pode perceber, as cartas dedicatórias bem serviam a engrandecer a obra poética com a humildade do súdito em um mundo onde a maior virtude residia naquilo que se fazia em nome de outrem. Do administrador da capitania, a imprimir a ordem real entre os súditos, ao próprio Rei, a definir na Terra os desígnios divinos, o autor de *Vila Rica* se coloca na posição mais subalterna possível, à espera que alguma ‘*melhor pena que louve a Minas*’ em ‘*um mundo que sempre acusaria-o de diminuto*’. No encerramento da carta, o autor, Humilde Servo, reconhece com modéstia afetada a própria insignificância perante as epopéias já consagradas:

“Levantara uma nova epopéia, que fizesse emudecer o rapto dos mantuanos nos seus Marcelos; mas que posso dizer, se reconheço tão desigual o canto à vista do objeto que concebo! O mundo me acusaria sempre de diminuto: e eu receberei grande vaidade de acabar com a ponderação deste embaraço o meu obséquio.”²²

3.5 Prólogo

Posteriormente, já no *Prólogo* à obra, exalta a verdade como condutora de seu discurso. A homenagem ao herói Albuquerque e a modéstia como a melhor maneira de se portar diante do leitor são valores típicos das sociedades de Corte dos séculos XVI e XVII:

"Eu te dou a ler uma memória por escrito das virtudes de um Herói que fora digno de melhor engenho para receber um louvor completo. Não é meu intento sustentar que eu tenho produzido ao mundo um Poema com o caráter de épico; [...] Mas dou-te, que eu não te ofereça mais que uma composição em metro, para fazer ver o distinto merecimento de um General que tão prudentemente pacificou um povo rebelde, que segurou a Real Autoridade e que estabeleceu e firmou, entre as diferentes emulações de uns e outros Vassalos desunidos, os interesses que se deviam aos Soberanos Príncipes de Portugal: dirás que é digna de repressão a minha empresa?"²³

²² Costa, C. M. *Carta Dedicatória*. Em: *Vila Rica*. 1773. Extraído de: *A poesia dos Inconfidentes*. Pp. 357

²³ Costa, C. M. *Prólogo*. Em: *Vila Rica*. 1773. Extraído de: *A poesia dos Inconfidentes*. Pp. 359

A pergunta feita ao leitor no final opõe os objetivos elevados do poema e a afirmação de que não pretende sustentar que ele tenha valor épico. Logo, os prováveis defeitos do poema são compensados pela elevação dos serviços aos “interesses que se deviam aos Soberanos Príncipes”. Assim, o leitor só pode responder negativamente à questão: o poeta não pode ser objeto de repreensão ou censura, pois sua empresa de celebrar o herói, celebrando os Soberanos Príncipes, é evidentemente digna:

"Se eu fiz alguma deligência por averiguar a verdade, digam-te as muitas Ordens e Leis que vês citadas nas minhas notas, e a extensão de notícias tão individuais com que formei o plano desta obra: pode ser que algum as conteste pelo que tem lido nos escritores da História da América; mas esses não se familiarizam tanto com os mesmos que intervieram em algumas das ações e casos acontecidos neste País; e ultimamente não nasceram nele, nem o comunicaram tantos anos como eu."²⁴

O caráter verdadeiro dos documentos oficiais é chamado para legitimar o discurso poético. O poeta afirma ter averiguado a verdade com o exame de papéis e o cuidado com a veracidade dos depoimentos. Mostra não só conhecer o que até então já havia sido escrito sobre Minas, como também se julga, pela própria naturalidade, pelo "amor da Pátria, que me obrigou a tomar este empenho" e pela natureza das fontes que possui, mais capacitado para escrever sobre aquela que julgava ser "a mais importante capitania dos domínios de Portugal."²⁵

3.6 O Fundamento Histórico

Conforme já se citou brevemente, o Fundamento histórico é um estudo de natureza documental onde o poeta, em um exaustivo trabalho de historiador, busca fundamentar com a verdade da História, os eventos citados no posterior poema épico. Nele cita as fontes em que se baseou para escrever sobre a história de Minas, dentre elas

²⁴ [Idem nota anterior]

²⁵ [Idem]

narrativas, textos escritos e documentos obtidos em arquivos. Conta, por exemplo, com os relatos de Pedro Taques, e textos de grande importância para a historiografia de Minas, tais como a *História do Brasil*, de Sebastião da Rocha Pitta e o poema épico de Diogo Grasson Tinoco. Resulta daí um importante trabalho sobre a história de Minas, baseado inclusive em fontes até então desconhecidas ou nunca utilizadas anteriormente, conforme se verificará adiante, quando analisarmos este documento.



(Ilustração 6: Frontispício da primeira edição da História da América Portuguesa, de Sebastião da Rocha Pitta)

Sabe-se que o *Fundamento* fora escrito e publicado duas vezes antes do poema. A primeira dessas edições foi publicada em 1813, com o nome de *Memória histórica e geográfica do descobrimento das minas*, pelas páginas do jornal *O Patriota*, em seu volume número 4. A segunda versão do estudo, ainda com o mesmo nome, fora publicado em 1819, no volume 22 do *Correio Brasiliense*. As edições sofreram poucas

modificações desde sua primeira publicação. O estudo só viria a aparecer com o nome *Fundamento Histórico e geográfico do descobrimento das minas* em 1839, quando ocorre a primeira publicação em formato de livro do poema *Vila Rica* pela *Typografia do Universal* em Ouro Preto.

Visto que, tanto o estudo histórico quando o épico mineiro vieram a público após a morte do autor, não se sabe bem porque demoraram a vir à público. É bem provável que Cláudio Manuel da Costa não tenha considerado o poema, e conseqüentemente o estudo que deveria acompanhá-lo, dignos de publicação, desiludido que estava quanto a repercussão de suas obras na metrópole. Outra questão que fica sem resposta é porque o estudo foi por duas vezes publicado sem o poema, inclusive com outro nome. É provável que isso tenha sido feito para que fosse dado ao estudo certa independência, sem ligação com o poema, o qual, por algum motivo, deve ter julgado impróprio ou de pouca qualidade para vir ao prelo, pelos editores que publicaram o estudo em 1813 e 1829. O título *Fundamento*, que enfim aparece junto à primeira edição do poema, teria a função de estabelecer a desejável ligação do *Fundamento* como justificativa aos eventos históricos que seriam narrados em *Vila Rica*, não se sabe bem se por vontade expressa pelo poeta quando em vida, ou por ação do editor em 1839. O que bem se sabe é que o texto permaneceu praticamente inalterado desde que veio a público em 1813, revelando-se um sério trabalho de pesquisador da história das Minas.

Pouco menos de quatro décadas depois, entre os anos de 1876 e 1877, uma primeira investida de análise acerca das duas edições do importante texto do poeta árcade será promovida por Teixeira Melo, em estudo publicado nos *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro* em duas partes, entre os anos de 1876 e 1877, sob o título de *Cláudio Manuel da Costa [estudo]*. Entre abril e junho de 1897, o *Jornal O Estado de Minas* publica novamente apenas o estudo, baseando-se na edição de 1839 e dividido

em treze folhetins, que são por fim reunidos no mesmo ano, em formato de livro, acompanhado da uma segunda edição do poema. A terceira edição, também baseada na versão de 1839, e também acompanhada do *Fundamento Histórico*, data de 1903 e faz parte das *Obras Poéticas de Cláudio Manuel da Costa*, preparada por João Ribeiro para a Editora Garnier. Uma nova edição do estudo, acompanhada da enfim quarta edição do poema, será possível apenas no ano de 1957, em Ouro Preto, novamente em um periódico, o *Anuário do Museu da Independência*. Por fim uma das mais recentes edições é a de 1969, por empenho de Augusto de Lima, que faz novamente vir à tona o poema junto ao estudo introdutório pela *Imprensa Oficial de Belo Horizonte* sob o nome de *Cláudio Manuel da Costa e seu poema Vila Rica*; a edição inclusive possui interessantes características: consta que fora feita a partir de um manuscrito do próprio poeta, entregue por D. Silvério Pimenta a Antonio de Lima Junior, pai do organizador da edição de 1969. A mais recente das edições a que se tem notícia está na coletânea *A poesia dos Inconfidentes*, reunião do que há de melhor entre os poetas mineiros, bem como de muito da crítica feita sobre os mesmos, data do ano de 1996, por empenho da editora Nova Aguilar.

À exceção desta última, todas as demais edições são bastante raras e de difícil acesso – sobretudo quando se trata das primeiras três edições. No Brasil há cópia da primeira edição da *Memória Histórica*, de 1813 na Biblioteca do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da Universidade de São Paulo, onde também se encontra exemplar da edição promovida por Augusto Lima Júnior em 1969. A reedição do estudo, publicada no *Correio Brasiliense* em 1819, está incluída no acervo do Arquivo do Estado de São Paulo. As demais edições do poema, a de 1839 e 1897, bem como *As Obras Poéticas* reeditadas por João Ribeiro em 1903, constam do acervo da *Biblioteca Mário de Andrade* em São Paulo.

O estudo obedece a critérios de erudição que compõem os eventos do gênero histórico como a matéria a ser imitada no poema. Nele, o autor interpreta o processo de fundação e urbanização de algumas das localidades que surgiram e se organizaram em torno da extração do ouro, dispondo inclusive de considerações sobre o processo de crescimento dessas localidades. De arraiais a vilas ou mesmo cidades, elas evidenciam a realização dos desígnios portugueses de firmar seu domínio sobre a gente rebelde, o forasteiro emboaba existente em Minas, celebrando assim o sucesso da obra colonizadora. A Guerra dos Emboabas, que em 1708 opôs os paulistas povoadores e os forasteiros (os emboabas), tem em seu posterior processo de apaziguamento pela Coroa relação intrínseca com a fundação de Vila Rica. Talvez decorra daí a pretensão de relatar o evento. A ação é do então governador nomeado pela Metrópole para o Rio de Janeiro, Antônio de Albuquerque Coelho Mendonça, que destituiu o governo criado pelos emboabas e restituiu o domínio das Minas aos paulistas, sob a chefia de seu então líder, Manuel de Borba Gato. Para completar a intervenção, funda em 1709 a capitania de São Paulo e Minas de Ouro, e no mesmo ano eleva à condição de cidade os três maiores arraiais de então: o Ribeirão do Carmo, Vila Rica e Sabará, cujas comarcas contavam com representação em igual proporção de emboabas e de paulistas. No decorrer da colonização, o núcleo das Minas Gerais e São Paulo, sob o impulso do ouro, constituiria de fato o último grande momento de povoamento do interior do território do Estado do Brasil. Anterior a este, pode ser citado o núcleo de Pernambuco e Bahia, no século XVI, e o do Rio de Janeiro, no XVII. Sobre as fontes que irá utilizar, o poeta-historiador faz a seguinte consideração:

“Persuadido o autor desta obra de que não serão bastantes as notas com que ilustrou os seus Cantos a instruir ao Leitor da notícia mais completa do descobrimento das Minas Gerais, da sua povoação e do aumento a que têm chegado os seus pequenos Arraiais, se resolveu a escrever esta preliminar histórica, (...) e só se regula pelo mais crítico e incontestável exame, e por si e

por pessoas de conhecida inteligência e probidade pôde conseguir sobre fatos que ou a tradição conserva de memória, ou escreveu raramente algum gênio curioso, que o testemunhou de vista."²⁶

Dentre essas fontes, o historiador-poeta faz referências às contribuições de Pedro Taques e Bento Fernandes Furtado, tanto no que diz respeito à memória das Minas quanto ao envio de documentos ao poeta. Sobre o primeiro, paulista e antigo morador do distrito de Mariana que levava o nome de Arraial de São Caetano, consta no *Fundamento Histórico* que contribuiu com o autor em alguns apontamentos, os quais colocam o mesmo em dúvida, visto serem dissonantes se comparados ao que o poeta havia consultado em alguns historiadores da América Portuguesa, tais como Sebastião da Rocha Pitta, e entre aquilo que pôde pesquisar nos documentos das Câmaras e Secretarias de Governo das Capitanias de Minas e de São Paulo. A crença na objetividade do documento permeia em todos os aspectos a história escrita pelo poeta-historiador, tanto que a 'desconfiança' com relação aos apontamentos do Coronel Fernandes Furtado dá lugar a outro posicionamento do autor diante das contribuições do Sargento-Mor Pedro Taques de Almeida. Sobre o mesmo, diz o autor:

"O Sargento-Mor Pedro Taques de Almeida Paes Leme, natural também da mesma Cidade de São Paulo, e ali morador, de estimável engenho e de completo merecimento, remeteu ao Autor desde aquela Cidade todos os documentos que conduziam ao bom discernimento desta obra, e regendo-se o Autor por Ordens-Régias, Cartas de Governadores e atestações de Prelados Eclesiásticos, e manuscritos desde a era de 1682 achados nos arquivos que foram dos padres denominados da Companhia de Jesus naquela província, facilmente poderá desculpar-se se oferece ao público este Poema, sem o receio de ser insultado nas opiniões que sustente, ainda quando mais contestadas uns dos outros sectários."²⁷

²⁶ Costa, C. M. *Fundamento Histórico*. Em: Vila Rica. 1773. Extraído de: A poesia dos Inconfidentes. Pp. 360

²⁷ Costa, C. M. *Fundamento Histórico*. Em: Vila Rica. 1773. Extraído de: A poesia dos Inconfidentes. Pp. 360

A educação aristotélico-escolástica de Cláudio o faz ter clara em sua mente a distinção e o uso preciso dos discursos, sendo evidente que o uso que faz das fontes colabora em construir um discurso representativo do Império português, do qual se orgulha como um bom súdito. Ademais, sendo aristotélicos os preceitos da invenção de sua narrativa histórica, a história que escreve é narração de fatos particulares, feita com vivacidade e clareza, sem ser imparcial. O afeto de bom patriota e súdito o leva a defender o povo paulista contra a fama de gente insubordinada que sempre pairou sobre o povo de São Paulo. O trecho a seguir bem o comprova:

“Os naturais da Cidade de São Paulo, que têm merecido a um grande número de geógrafos antigos e modernos serem reputados por uns homens sem sujeição ao seu Soberano, faltos do conhecimento e do respeito que devem às suas leis, são os que nesta América têm dado ao Mundo as maiores provas de obediência, fidelidade e zelo pelo seu Rei, pela sua Pátria e pelo seu Reino.”²⁸

A época do Marquês de Pombal é também a época de Cláudio Manuel da Costa e, embora a submissão, o louvor da monarquia e outros valores tipicamente próprios da sua educação jesuítica estejam por toda a obra, o antijesuitismo, aspecto da política reformista pombalina, transparece em certo trecho *d'O Fundamento Histórico*, como se o antigo dever de súdito definisse a posição do autor diante do Marquês. Sendo assim, torna-se curioso ver a deliberada defesa de Pombal diante do ato da expulsão dos padres da Companhia de Jesus, como uma mostra de adesão irrestrita à política reformista, malgrado toda a educação de caráter jesuítico obtida em seus estudos em Coimbra. Ocorre que, ao centralizar o poder, a política pombalina reforça a estrutura de dominação que definia a relação Metrópole-Colônia e a noção de hierarquia que definia a posição do súdito, das quais Cláudio tem plena consciência. Eis o trecho:

²⁸ Idem nota anterior.

" A vigilância com que atendiam pela harmonia e utilidade econômica do seu país os aconselhou, muito antes que a todo Portugal, a fazer sair das suas terras aos padres denominados da Companhia de Jesus; por sediciosos e maus, os puseram eles em um total extermínio em o mês de julho de 1640 e, por força de caridade indiscreta de Fernão Dias Paes contra o voto comum, foram depois restituídos a São Paulo em o ano de 1653."²⁹

Quando a ação colonizadora toma novos rumos, buscando outros produtos para se manter, a ação jesuítica se torna empecilho. O poeta, apesar do jesuitismo que compõe sua educação, parece preferir estar em harmonia com os interesses do Estado, como já se pode perceber na *Carta Dedicatória* e que se repete em outros trechos da obra, tanto no *Fundamento* quanto no poema, conforme ainda se verá.

Nesta pretensão de louvar a ação dos paulistas bandeirantes segue o poeta-historiador na reconstrução dos interesses do Império Português no Brasil, a glorificar os feitos de Carlos Pedroso da Silveira e Bartolomeu Bueno Siqueira, primeiros paulistas a apresentar o ouro das Minas ao então Governador do Rio de Janeiro, Antônio Paes Sande, em 1695, conforme se pode perceber no trecho a seguir:

"Trabalham incessantemente por adiantar os interesses do real Erário e se gloriam de que fossem Carlos Pedroso da Silveira e Bartolomeu Bueno da Silveira os primeiros Paulistas que apresentam as mostras do ouro das Minas Gerais ao Governador do rio de Janeiro, Antônio Paes de Sande, pelos anos de 1695."

Outros nomes, como o de Sebastião de Castro Caldas, incumbido de levar o ouro à Metrópole; e o de Artur de Sá e Meneses, nomeado por carta régia Governador e Capitão General do Rio de Janeiro, aparecem a intermediar a manutenção das boas relações entre portugueses e colonos paulistas, dignos de honras e recompensas. Conforme se pode perceber no trecho abaixo:

"Falecendo o dito Sande, ficou com o governo Sebastião de castro Caldas, o qual remeteu a El-Rei D. Pedro as mostras do

²⁹ Idem: pg 361

dito ouro em carta datada em o Rio de Janeiro, a 16 de junho do mesmo ano.

Por esse tempo se serviu Sua Majestade de despachar a Artur de Sá e Meneses por Governador e Capitão General do Rio de Janeiro; e por Carta Régia de 16 de dezembro de 1695 lhe ordenou passasse aos descobrimentos das minas do Sul a executar o que se havia encarregado a Antônio Paes de Sande, praticando com os Paulistas beneméritos as mesmas honras, e mercês de Hábitos, e foros de Fidalgos da Casa, conteúdos na Real Instrução, que pela secretaria do Estado se expedira ao dito Sá com seiscentos mil réis de ajuda de custo em cada ano, além do soldo."³⁰

O que chama a atenção na maneira de dispor os acontecimentos, exemplificado acima, é a riqueza de detalhes que faz do estudo algo que beira a narrativa factual. A precisão das datas em que ocorreram os fatos narrados, descritos em dia, mês e ano, mostra que tudo fora fundamentado em documentos relacionados com a História de Minas Gerais. A precisão com que narra o acontecimento é amostra da seriedade que imprimiu a sua pesquisa documental.

É evidente que, ao ver em Cláudio um historiador, não deparamos com o discurso analítico, por vezes beirando a imparcialidade, dos discursos historiográficos modernos. Vemos sim um homem de seu tempo e bom súdito de *El Rei* buscando definir o descobrimento, povoamento e exploração das Minas coloniais como uma grande empreitada de fiéis súditos, louvando o ouro como metal a reluzir e iluminar ainda mais a glória portuguesa. Desta maneira, ainda que paire sobre o historiador-poeta a impressão de isenção, de mero apresentador quase acrítico das fontes que utiliza, há posicionamentos claros dele, sobretudo quando o assunto envolve o contato dos naturais de Minas com a gente portuguesa colonizadora, conforme se pode depreender do trecho transcrito a seguir:

“É sem controvérsia, que o primeiro objecto dos conquistadores de São Paulo foi o captiveiro dos índios, que

³⁰ IDEM: pg:361

elles substituíam a falta de escravos, que depois entrarão em grande cópia das Costas da África.

Desde o estabelecimento daquela Povoação, que foi em 25 de Janeiro de 1554, dia da conversão de São Paulo, de onde derivou o nome, se deve presumir que giravam muitos dos conquistadores pelo Centro dos Sertões, e atravessavam as Minas, saindo em Bandeiras (...), e recolhendo-se ao depois com a presa que facilmente podiam segurar."³¹

Transparece aí novamente a conciliação de interesses, a inexistência do conflito entre indígenas e mineiros, ou pelo menos nada se cita a respeito. Claro defensor do bom funcionamento do Império Português e, portanto, da boa submissão dos súditos, Cláudio defende a pátria-Minas como terra de gente civilizada e obediente, como deve ser, a Portugal. Ao mesmo tempo, a montagem da estrutura administrativa e fiscalizadora em Minas é tratada como etapa final de realização de uma espécie de marcha civilizatória dos conquistadores sobre o trabalho negro e indígena na capitania, presumindo assim a existência de conquistadores paulistas pelos sertões de Minas desde a época da fundação de São Paulo, em 1554.

Prossegue o autor com referências ao processo de conquista dos territórios que levam às Minas, onde se destacam regiões como a chamada Casa da Casca, às margens do Rio Doce, cujo curso chega à região do Espírito Santo. Ainda em Minas, o seu desaguar dá origem ao córrego de Ouro Preto, que posteriormente dará nome a Vila Rica, quando alçada à categoria de cidade.

Das mais antigas referências da descoberta do ouro cita o poeta-historiador as descobertas de Antônio Rodrigues Arzão às margens do Rio Doce, cujo princípio está em um córrego de Ouro Preto chegando à Capitania do Espírito Santo, local para onde Arzão leva suas oitavas de ouro descobertas ao conhecimento de seu capitão-mor. Após prosseguir passando para os sertões do Rio de Janeiro e São Paulo, passa o comando da

³¹ Idem; pg 361

continuidade das descobertas a Bartolomeu Bueno, seu cunhado, que logo aceita a empreitada por pretensões de enriquecimento particular e, seguindo o roteiro baixado por Arzão em 1697, norteia-se pelos picos de serras, como Itaverava, situado a oito léguas de Vila Rica, passando à margem fértil do Rio das Velhas e, posteriormente, encontrando-se em Itaverava com Salvador Furtado e Manuel Garcia Velho:

"Convocados todos e guiados pelo roteiro que lhes deixara o falecido [Arzão], saíram da Vila de São Paulo pelos anos de 1694. Romperam os matos gerais, e servindo-lhes de norte o pico de algumas serras, que eram os faróis na penetração dos densíssimos matos, vieram estes venturosos aventureiros sair finalmente sobre a Itaverava, (...)

No ano seguinte, que foi de 1695 (...) estando na Itaverava foram encontrados do Coronel Salvador Fernandes Furtado e do Capitão Manuel Garcia Velho e outros, conquistadores também do Gentio e povoadores das Vilas que ficam ao leste de São Paulo (...)"³²

E, mais adiante:

"Despedidos uns sertanistas dos outros, partiu ufano para São Paulo Capitão-Mor Manuel Garcia Velho; entrando na Vila de Taboaté, aí o foi visitar Carlos Pedroso da Silveira; e porque lhe não faltava habilidade e engenho para se conciliar com os patrícios, houve a si as doze oitavas de ouro; com elas se passou ao Rio de Janeiro, apresentou-as ao Governador (...) e foi premiado com a patente de Capitão-Mor da Vila de Taboaté."³³

A seqüência obedece a uma ordem semelhante; Cláudio Manuel da Costa descreve a saga bandeirante como uma sucessão de feitos heróicos, cujas glórias e conhecimentos sobre os sertões são transferidos de herói a herói, marcando assim o sucesso da administração portuguesa nas capitanias de Minas. Como se pode perceber, o bandeirante descobridor do ouro, no *Fundamento*, é súdito da Monarquia Portuguesa, levando assim ao conhecimento do Governo de Minas – representante desta Monarquia – qualquer descobrimento que venha a realizar, demonstrando novamente o valor da hierarquia entre os seus contemporâneos.

³² IDEM: PG 362

³³ IDEM: PG 363

A carência de instrumentos de ferro para o prosseguimento das conquistas leva Miguel de Almeida a estabelecer a troca de ouro obtido nas conquistas junto à sua comitiva por armas de fogo pertencentes ao coronel Salvador Fernandes. Posteriormente Manuel Garcia Velho, desejoso que estava em 'aparecer com todo aquele ouro em São Paulo' vende duas índias escravizadas por sua comitiva, de nomes cristãos Aurora e Célia (nomes cristãos para duas índias, mãe e filha) pelo preço de duas oitavas de ouro. O primeiro, agora munido de armas, parte para o Rio de Janeiro pela Vila de Taboaté, sendo nomeado capitão-mor desta capitania pelo governador. Nessas terras é que Antônio Rodrigues Arzão, ao descobrir o ouro, teve de ceder a sorte a Carlos Pedroso Silveira. Foi este o primeiro a apresentar o ouro aos governantes portugueses, devido ao falecimento, por essa época, de Arzão. A descoberta era assim recompensada com a concessão de posições e cargos na estrutura administrativa do Império Português, o que era garantia de sobrevivência e tranquilidade:

“Conseqüentemente o nomeou o mesmo Governador Provedor dos Quintos, concedendo-lhes as ordens necessárias para estabelecer fundições na mesma Vila, por ser ela a povoação onde desembarcavam primeiro os conquistadores. Por este modo se vê que, posto que Antônio Rodrigues Arzão denunciasse primeiro que Carlos Pedroso conseguindo a glória de apresentar o ouro que ele não descobrira.”³⁴

A análise de Cláudio Manuel da Costa sobre tal acontecimento revela claramente sua pretensão de louvar o povo paulista; contrapondo a ocupação por duas frentes: Taboaté e São Paulo. Conforme conta, a obra bandeirante paulista fora impulsionada mais pela vontade aventureira da descoberta do ouro do que propriamente pela caça do gentio. O posicionamento e as necessidades que levaram os paulistas às bandeiras têm relação direta com o estabelecimento da casa de fundição de Taboaté:

³⁴ IDEM: PG 363

" O descobrimento pois denunciado pela interposta pessoa de Carlos Pedroso da Silveira e o estabelecimento da Casa de Fundição de Taboaté foram os dous fortes estímulos que animaram os Paulistas a armarem tropas, a prevenirem-se de algumas fabricas mais proporcionada ao uso de minerar, e a desampararem a Pátria , rompendo os matos gerais (...) até penetrarem o mais recôndito das Minas, menos já na conquista do Gentio, que na diligência do ouro."³⁵

Entre os descobridores e povoadores, está a gente de São Paulo e da Vila de Taboaté. A eles é atribuída antes a contribuição à marcha dos descobrimentos e do avanço da civilização do que propriamente alguma rivalidade que porventura pudesse existir entre eles. Sobre esses povos, diz o historiador:

“O grande número de concorrentes que buscavam as Minas, e a emulação que logo se acendeu entre os da Vila de São Paulo e os naturais de Taboaté fez que, estendidos por várias partes buscasse cada um novo descobrimento em que se estabelecesse, não se contentando os Paulistas de entrarem em parte nas repartições das faisqueiras que denunciavam os de Taboaté, nem estes nas que denunciavam os Paulistas. Esta opinião, que tinha um semblante de fanatismo, por serem todos da mesma Pátria, posto que de diferentes distritos, veio finalmente a produzir a grande utilidade de se desentranharem em toda a sua extensão as minas do nosso Portugal, de serem penetradas de uns e de outros, não se perdoando ao rio mais remoto e caudaloso, nem à serra mais intratável e áspera, se bem que o conhecimento do ouro nas montanhas e serras veio a conceber-se mais tarde que o dos rios e taboleiros, que são as margens planas que os cercam os lados.”³⁶

Percebe-se assim que, do conflito entre os povos do Taboaté e São Paulo, gente da mesma pátria – segundo palavras do poeta – veio a surgir a descoberta de diversas regiões ricas em ouro, o que impulsiona o povoamento da região. Estabelecido o domínio e a ocupação da região, a administração portuguesa cuidará de ordenar, através de medidas de urbanização e fiscalização, a região do ouro. O estabelecimento deste domínio é o motivo que impulsiona a continuidade do *Fundamento Histórico*, onde o

³⁵ IDEM: PG 363

³⁶ IDEM: PG 363

historiador relata brevemente o processo de formação de alguns dos arraiais e vilas surgidos com a exploração do ouro, como fora o caso de sua própria pátria Vila Rica e de outras, como Vila do Carmo – hoje a cidade de Mariana – e Sabará.

Neste ponto do *Fundamento*, chama a atenção do leitor a riqueza de detalhes da narrativa, por exemplo, quando conta a chegada de Miguel Garcia à localidade que daria origem à Vila do Carmo, hoje Mariana. Ali são citados os nomes de quem participou das repartições administrativas da localidade, tais como o Guarda-Mor Garcia Rodrigues Velho e o Coronel Salvador Fernandes Furtado. Além disso, cita o autor a dificuldade de estabelecer trabalho humano naquelas localidades, devido às baixas temperaturas das águas, além da penúria de alimentos. No caso, não há nenhuma referência a como o poeta-historiador chegou a tais informações, decerto que as contribuições terão vindo de fontes orais, conforme se pode perceber no trecho a seguir, onde se trata do descobrimento do Ribeirão do Carmo:

"O Ribeirão chamado o do Carmo descobriu pelo mesmo tempo João Lopes de Lima, natural de São Paulo, e o manifestou em 1700: repartiu-se, e porque as faisqueiras eram invencíveis pela grande frialdade das águas, despenhadeiros e matos cerradíssimos que o cercavam de ambas as margens, tanto, que só permitia trabalhar-se dentro dele quatro horas do dia, além da grande penúria dos mantimentos, que chegou a trinta, e quarenta oitavas o alqueire do milho, e o do feijão a oitenta oitavas, foi fácil desampararem os mineiros por algum tempo a sua Povoação, e só permaneceu nela o Coronel Salvador Fernandes Furtado."³⁷

As informações sobre as divisões das faisqueiras, as condições de trabalho dentro delas e a penúria de mantimentos são informações de tal modo corriqueiras que seria improvável que tivessem sido retiradas de documentos oficiais. São certamente informações colhidas a partir de relatos acerca do povoamento da Vila do Carmo, o que é mais provável ainda se levarmos em conta que não há nesta parte do estudo nenhuma

³⁷ IDEM: PG 363

nota ou referência que comprove qualquer origem documental da informação. É bem provável que o autor-historiador tenha realmente utilizado o recurso à história oral de Minas Gerais.

Apesar da oposição entre os habitantes de São Paulo e os de Taboaté em certas localidades, a contribuição de uns para com os outros é perceptível em alguns pontos da narrativa, como ocorre em *Vila Rica de Ouro Preto* com gente de Taboaté, como o Padre João de Faria Fialho, junto de paulistas, como Pascoal da Silva e Francisco Bueno da Silva, todos envolvidos às obras de descoberta e estabelecimento das cidades mineiras que, conforme nos cita o autor 'de todos eles tomaram nome alguns bairros de Vila Rica'. Esta contribuição é perceptível no trecho em que trata da fundação de Vila Rica de Ouro Preto:

"O Ouro Preto [...] teve por descobridores nos mesmos anos de 1699, 1700, 1701 Antônio Dias, natural de Taboaté, ao Padre João de Faria Fialho, natural da Ilha de São Sebastião, que viera por capelão das Tropas de Taboaté, a Tomás Lopes de Camargo, que se sitiou nas lavras, que ao depois vieram a ser Pascoal da Silva, e a Francisco Bueno da Silva, ambos Paulistas, e este último primo do primeiro descobridor da Itaverava, Bartolomeu Bueno [...]"³⁸

Prossegue com os relatos acerca da constituição do Distrito de Sabará, de onde consta ocorreram as primeiras descobertas, por ação do conhecido bandeirante paulista Manuel da Borba Gato. O relato soa como a descrição de uma verdadeira aventura de desbravamento dos sertões mineiros:

"[...] porque os primeiros conquistadores demandavam o rio das Velhas, cujas dilatadas Campinas eram mais povoadas dos Gentios e férteis de caça, e as primeiras diligências do ouro e pedras se fizeram ao norte de São Paulo, consta que seu descobridor, ou denunciante das suas faisqueiras, fora o Tenente-General Manuel de Borba Gato, natural de São Paulo, [...]"³⁹

³⁸ IDEM: PG 365

³⁹ IDEM: PG 365

Quanto à efetivação da administração do território, a ação é de Artur de Sá e Menezes, governador da primeira repartição, quando esta chegar à condição de vila por obra urbanizadora de Antônio de Albuquerque, em 1711. A figura de Albuquerque como grande responsável pela formação administrativa de Minas aparece envolvida no processo de urbanização de diversas localidades, conforme se pode ler logo em seguida, quando o autor destaca o processo de constituição de Caethé, elevada à condição de vila em 1714, conforme instruções dadas a D. Braz da Silveira pelo mesmo Albuquerque:

"Entre o Sabará e o Arraial de Santa Bárbara se criou a vila Nova da Rainha, conhecida ainda pelo nome brasílico de Caeté, que vale o mesmo que mato bravo, sem mistura alguma de campo: foi descobrimento do sargento-Mor Leonardo Nardes, Paulista, e de uns fulanos Guerras, naturais de Vila dos Santos."⁴⁰

Para finalizar, cita informações sobre a constituição de duas outras localidades surgidas às margens do Rio das Mortes, as Vilas de São João e São José, região das mais interioranas de Minas, distantes mais de cinco dias a pé de Ouro Preto. Também formadas por gente de Taboaté, como Tomé Portes d'El-Rei e José Siqueira Afonso. O autor dispõe, neste ponto e em outras partes, de informações geográficas de localização latitudinal, demonstrando preocupação com a minúcia descritiva de Minas. Informações que situam *Serro Frio*, antiga *Vila do Príncipe*, descobertos por ação de Antônio Soares e Antônio Rodrigues Arzão, bem exemplificam esta precisão:

"As grandes preciosidades deste continente em ouro, diamantes e todo o gênero de pedras estimáveis são bem conhecidas por toda a Europa: nele se estabeleceu o Real Contrato Diamantino, que tem devido aos senhores Reis de Portugal a maior vigilância e zelo. A capital denominada Vila do Príncipe foi criada por D. Brás da Silveira, em 29 de janeiro de 1714. Está situada em 18 graus e 23 minutos."⁴¹

⁴⁰ IDEM: PG 365

⁴¹ IDEM: PG 366

Segundo informações do autor, a região rica em metais preciosos, Serro Frio ou Vila do Príncipe, conforme seria chamada posteriormente, fora descoberta por um dos descendentes de Antonio Rodrigues Arzão, de mesmo nome que o primeiro. Ali, devido às riquezas que havia, estabeleceu-se o Real Contrato Diamantino, órgão administrativo a serviço de Portugal.

A divisão administrativa das Comarcas entre as vilas que se constituíam em Minas é o tema utilizado por Cláudio Manuel da Costa para o prosseguimento de sua narrativa. A divisão fora estabelecida, conforme consta, no ano de 1714, quando os arraiais e vilas que se formavam a partir do descobrimento bandeirante, por ação das gentes de Taboaté e São Paulo, já estavam devidamente estabelecidos, em alguns casos com o necessário e às vezes conflituoso contato com o elemento nativo.

O trecho é curto e resumido, sem ser superficial; ao contrário, é rico em detalhes, como grande parte das informações de todo o *Fundamento*. Cita limites geográficos que incluem tanto morros e rios quanto fazendas particulares, demonstrando assim o árduo trabalho de pesquisa das fontes, citadas com minúcia. O trecho a seguir demonstra a riqueza de detalhes da narrativa:

"O Ribeirão das Congonhas, junto do qual está um sitio chamado *Casa Branca*, servirá de divisão entre as Comarcas de Vila Rica e de São João d'El-Rei, devendo tocar a Vila Rica tudo o que se compreende até ela vindo do dito ribeirão para as Minas Gerais; e do mesmo pertencerá à Comarca de São João d'El-Rei tudo o que vai até a Vila de Guaratinguetá pela Serra da Mantiqueira e assinaram nela todos os Procuradores das Vilas. Consta do Livro dos Termos da Secretaria do Governo, à fl. 36."⁴²

No caso específico das Minas Gerais, o povoamento fugia aos olhos da fiscalização metropolitana, dada a diversidade dos tipos que o realizavam, vindos das mais diversas partes e adeptos dos mais diversos modos de vida. O povoamento gerou

⁴² IDEM: PG 367

nos historiadores do Estado do Brasil a necessidade de rever a questão do nativismo colonial, buscando no seu processo desenfreado algo que pudesse definir a vida autônoma na colônia, visto tratar-se de um movimento de ocupação territorial cujos indivíduos, nem todos a serviço da Metrópole, não necessariamente pretendiam explorar as Minas Gerais para o enriquecimento dos cofres metropolitanos, como nos tempos da exploração do açúcar. A exploração do ouro de Minas Gerais decerto fugia ao efetivo controle metropolitano, sendo assim perceptível que grande parte do metal fugiu à fiscalização real, o que tornou necessário posteriormente instituir em Minas mecanismos de controle fiscal mais efetivos e por vezes violentos, como foi o caso da ameaça da “derrama”, motivo maior do movimento da Inconfidência. No entanto, deve-se crer que este movimento físico do povoamento das Minas não chegou a causar grandes transtornos ao fisco metropolitano a ponto de ser clara pretensão separatista. O que muito houve foram revoltas contra os desmandos dos órgãos fiscalizadores, como no caso dos levantes comandados por Felipe dos Santos, em 1720, e da Inconfidência Mineira, em 1789.⁴³

A participação efetiva de Cláudio Manuel da Costa no levante levou-o à morte não muito bem explicada pela historiografia do levante. Ainda assim, muitas dessas revoltas contra os órgãos da fiscalização metropolitano decorriam de uma espécie de insatisfação com o fato de que tais órgãos, ao exagerar na cobrança de impostos, feriam o grande corpo político formado pela “cabeça” metropolitana e os “membros” pertencentes à colônia americana, como se houvesse ali uma espécie de afronta aos deveres recíprocos dos bons súditos e da Coroa, e assim, ao atacar os súditos, o imposto acabasse por ferir a ordem do corpo composto pela Metrópole e a Colônia. Assim, mesmo o desejo de autonomia expressa por uma classe de abastados naturais da terra

⁴³ Para maiores informações consultar: MAXWELL, Kenneth. *A Devassa da devassa: A inconfidência Mineira, Brasil-Portugal, 1730-1808*. [1ª ed. 1973]. Tradução de João Maria. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985

existente na Inconfidência fazia crer numa afronta ao princípio de submissão que definia a posição da Colônia perante a Metrópole, como se o braço colonial desejasse ocupar lugar semelhante ao da cabeça metropolitana, o que em si faria do funcionamento do corpo algo minimamente defeituoso ou monstruoso.

A digressão serve-nos para definir pressupostos para a análise do discurso do autor em sua *Memória Histórica* ao sair em defesa dos “insubordinados paulistas”, provando sua exemplar submissão. Em qualquer breve observação acerca dos escritos da juventude do poeta – onde se destacam poemas de cunho encomiástico – vê-se a submissão clara revelada por ele como membro da Colônia, conforme já se demonstrou neste trabalho. Neste sentido, é notória a intenção do autor árcade na *Memória Histórica* em cumprir uma espécie de tarefa, atribuível ao súdito-poeta: a de dar ao conhecimento de todos o heróico ato de descobrimento daquelas terras cujas riquezas estavam agora incluídas.

A seguir, dispõe ao leitor informações acerca da série de governadores que administraram as Capitânicas de São Paulo e Rio de Janeiro, ou mais particularmente as vilas que as formavam, assuntos que serão retomados, como tantos outros que estão no *Fundamento*, no poema que o segue.

Neste ponto da narrativa, o texto *d’O Fundamento* faz o relato da obra de Albuquerque no processo de apaziguamento da Guerra dos Emboabas. O conflito opõe os paulistas e os chamados emboabas (Buabas) portugueses, que haviam monopolizado, a alto custo, os preços dos mantimentos em Minas. O conflito, nas considerações do autor, é fruto da desordem provocada pela ausência do governador Artur de Sá. Aqui aparece o governante português na obra de Cláudio Manuel da Costa como o mantenedor da lei e da ordem na capitania, definindo assim a defesa deliberada pelo autor da marcha da civilização portuguesa sobre a barbárie ou a desordem:

“Com a ausência de Arthur de Sá, como corpo sem cabeça, tornaram as Minas à primeira desordem as distâncias das quatro Comarcas já penetradas, e cheias de um grande número de povoadores de diferentes Capitâneas, que tinham entrado, dificultavam as providências de um só homem, em quem ainda não acabavam de reconhecer os povos a jurisdição de que estava encarregado.

E ainda:

Por estes tempos começaram a suscitar os ódios entre os filhos de São Paulo e os naturais de Portugal, que eles denominavam *Buabas*. Dois religiosos cujos nomes e religiões se não declaram por se evitar o escândalo, fomentaram todo o calor desta desunião. Viviam eles na liberdade que permitia o país, e a impulsos de uma desordenada ambição atravessaram com três arrobas de ouro o fumo e a cachaça, ou aguardente da terra, para a venderem monopolizadamente pelo mais alto preço. Quiseram logo praticar o mesmo com a carne dos gados, e encontrando a oposição dos Paulistas, resolveram acabar com eles, expelindo-os de uma vez das Minas, que eles haviam conquistado, e em que estavam estabelecidos com as suas famílias e fábricas.”⁴⁴

É importante reparar que, mesmo diante da grande movimentação de colonos contra os abusos da administração portuguesa – o que mostra certa unidade de interesses entre a gente do Rio, Bahia e Minas contra governadores como Manuel Nunes Viana – a defesa da administração portuguesa para vencer a desordem que corrompe a harmonia do Império está sempre presente em vários pontos da narrativa. Conforme se pode observar no trecho transcrito a seguir:

"Fazendo, porém, justiça, é certo que entre os rebeldes e levantados daquele tempo, tinha melhor índole que todos o suposto Governador Manuel Nunes Viana: não consta que cometesse, por si ou por algum de seus confidentes, positivamente ação alguma nociva ao próximo; desejava reger com igualdade o desordenado corpo que se lhe ajuntava; acolhia afavelmente a uns e outros; socorria-os com os seus cabedais; apaziguava-os, compunha-os, e os serenava com bastante prudência; ardia porém por ser Governador das Minas e, se tivesse letras, se podia dizer que trazia em lembrança a máxima

⁴⁴ Costa, C. M. *Fundamento Histórico*. Em: Vila Rica. 1773. Extraído de: A poesia dos Inconfidentes. Pp. 360

de César – *Si violandum est jus, regnandi gratia violandum est.*”⁴⁵

Como resultado da ação também prudente de apaziguamento do conflito, Antônio de Albuquerque destituiu enfim o governo emboaba e restituiu o domínio das Minas aos paulistas, sob a chefia de Manuel de Borba Gato. Completa a intervenção fundando, em 1709, a capitania de São Paulo e Minas de Ouro, elevando à condição de cidades os três maiores arraiais de então: o Ribeirão do Carmo, Vila Rica e Sabará cujas comarcas contavam com representação em igual proporção, tanto de emboabas quanto de paulistas. Nesse sentido, o autor chega ao ponto de citar um suposto pedido de perdão dos emboabas por terem afrontado a harmonia da administração portuguesa na capitania de Minas, tudo a fim de reaver a harmonia do Império:

“Prostaram-se aos pés de Albuquerque os rebeldes, e desculparam como lhes foi possível os seus crimes: o Governador os recebeu afavelmente, não querendo usar do poder e das ordens de que dessem a conhecer para o futuro; e não tardou a capacitar a Manuel Nunes e Antonio Francisco que não convinha a assistência deles nas Minas Gerais, por sossegar de uma vez o tumulto dos povos.”⁴⁶

A ação do governante na manutenção da ordem e da paz em Minas é enfim descrita como obra civilizatória feita em nome de El Rey:

“Retiraram-se com este conselho os dous para as fazendas que tinham nos sertões: sossegou o povo com a ausência dos Patronos, e prosseguiu Albuquerque na criação das Vilas e estabelecimento da Capitania. Bem é de ver quanto suor e fadigas empregaria o prudente General em segurar o fim de uma tão escabrosa como interessante empresa. Foi ele o primeiro que susteve com desembaraço as rédeas do governo; que pisou as Minas com luzimento e firmeza de caráter, em que El-Rei o pusera; que promulgou as leis do Soberano, e fez respeitar neste continente o seu nome.”⁴⁷

⁴⁵ IDEM: PG 370

⁴⁶ IDEM: PG 372

⁴⁷ IDEM: PG 37

O *Fundamento* se encerra com algumas considerações acerca do descobrimento das esmeraldas. A fonte principal para o estudo foram os manuscritos do paulista Diogo Grasson Tinoco, que compôs um dos primeiros textos poéticos comprometidos em tratar dos feitos heróicos que culminaram na descoberta das Minas. Como muito já se escreveu e se constatou em muitos livros e pesquisas, Tinoco sempre foi uma das principais fontes literárias sobre as Minas até então produzidas, servindo assim como uma das principais bases de composição *d'O Vila Rica*.⁴⁸

A fonte traz como principal informação as ações do também paulista Fernão Dias Paes na empresa do descobrimento das pedras preciosas. Ademais é notório o contato que teve o poeta Cláudio Manuel da Costa com documentos pertencentes à corte portuguesa de D. Afonso VI. Consta que foi em seu reinado que houve a nomeação de Agostinho Barbalho para a empresa do descobrimento das esmeraldas, em documento datado de 27 de setembro de 1664, onde Fernão Dias Paes dispunha, por ordem do mesmo Rei, de todo o apoio de Barbalho para que fosse possível a boa realização dessas descobertas, tudo bem documentado nas citações que faz a partir dos textos de Tinoco:

"Lendo-a Fernão, achou que El-Rei mandava
dar-lhe ajuda e favor para esta empresa.
E em juntar mantimentos se empenhava
Com zelo liberal, rara grandeza;"⁴⁹

Consta aí que, diante da morte de Barbalho, não pôde ter efeito o auxílio que Fernão Dias Paes estava disposto a conceder à descoberta das esmeraldas. No entanto, o mesmo Fernão é quem escreve ao então Governador da Capitania, Afonso Furtado, para que este lhe conceda o auxílio para que possa dar cabo da empreitada como chefe de

⁴⁸ Conforme se pode perceber em: HOLANDA, Sérgio Buarque. *Arcádia Heróica*. Em: Capítulos de Literatura Colonial (Organização e Introdução de Antônio Candido). São Paulo. Editora Brasiliense. 1991

⁴⁹ Trecho do poema panegírico de Diogo Grasson Tinoco, utilizado por Cláudio Manuel da Costa na composição do *Fundamento* histórico. Citado em: Costa, C. M. *Fundamento Histórico*. Em: Vila Rica. 1773. Extraído de: PROENÇA FILHO, Domicio (org) *A poesia dos Inconfidentes* (Poesia completa de Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga, Alvarenga Peixoto. Artigos, ensaios e notas de Melânia Silva de Aguiar et al. Rio de Janeiro. Nova Aguilar, 1996. Pp. 374. (Oitava 27 do panegírico, segundo informações do autor)

uma expedição, o que ocorre em 30 de abril de 1672. Mais uma vez os versos de Tinoco lhe servem de referência:

"Parte enfim para os serros pretendidos
Deixando a pátria transformada em fontes.
[...]
Os rios vadeando mais temidos
Em jangadas, canoas, balsas, pontes,
Sofrendo calmas, padecendo frios
Por montes, campos, serras, vales, rios."⁵⁰

Desta empreitada, Fernão Dias vem a chegar à regiões como o chamado Sumidouro e o Sabará Bussu. Vendo-se ao longo desta empreitada pouco a pouco abandonado por seus companheiros, a única saída vista por Fernão Dias é escrever à própria esposa solicitando recursos financeiros para a continuidade da expedição. A maneira como procede soa com certa graça e espíritosidade para quem a lê, ao supor que se devam vender mesmo as *jóias das filhinhas*, para lhe enviar recursos:

"Determina à fiel consorte amada
Que a nada, do que pede ponha embargo,
Inda que sejam por fim vendidas
Das filhinhas as jóias mais queridas."⁵¹

Recebidos os recursos, Fernão Dias prossegue seu caminho. Nesta empreitada, chega às terras de Tucumbira, passando também por Itamirindiba, chegando finalmente em Vupubussu, mantendo sempre o cuidado com as invasões gentílicas. Nessas terras, busca por informações acerca das pedras preciosas que tanto busca. É deste momento o encontro do descobridor com um indígena que, bem recebido entre os homens de Fernão Dias, acaba por dispor aos aventureiros importantes informações acerca do local onde se poderiam encontrar as tão almejadas esmeraldas. O estudo então se encerra, com Fernão Dias a se estabelecer, junto aos seus companheiros, nas terras descobertas,

⁵⁰ IDEM. Pp. 374. (Oitava 35)

⁵¹ IDEM. Pp. 375. (Oitava 4)

embora tenha voltado a São Paulo e aí falecido, sem ter conseguido mostrar ao Rei suas descobertas:

"Chegou enfim a ver o que tanto desejava, e fazendo na volta de São Paulo, donde era natural, não quis o Céu que ele tivesse a glória de apresentar ao seu Soberano o testemunho do seu zelo e da sua lealdade."⁵²

Se o que vemos no *Fundamento Histórico* é a preocupação com a pesquisa documental, com o trabalho incansável diante de atas da administração de Minas ou relatos de confiável procedência, todos a tratar de alguma maneira do povoamento e o conseqüente processo de constituição da administração das cidades mineiras surgidas ao redor da exploração do ouro. Quando vamos ao poema, observamos a mímese dos fatos elencados para o elogio da boa realização dos desígnios católicos que fundamentavam o Império Português em terras americanas e que implicavam no processo civilizacional necessário desde a pacificação dos indígenas ao ordenamento político das capitanias.

A relação entre os dois discursos, o histórico e o poético, é mimética, e explica-se da seguinte maneira: o *Fundamento Histórico* funciona como a matéria histórica imitada no *Vila Rica* que o segue. O grande número de notas de rodapé que citam sua matéria histórica funciona como procedimento técnico de legitimação da verossimilhança épica com a veracidade do discurso histórico. O poema é novo, mas sua invenção não é original, pois se faz como variação de normas e preceitos já conhecidos e aceitos pelo bom gosto fundado harmonicamente no *meio termo* aristotélico que evita a afetação de poeta pedante. No Cláudio poeta pouco há de renovação – o próprio poeta reconhece essa ‘falha’. Porém, ao escrever o texto de gênero histórico, dá ao poema um fundamento conformado por preceitos retóricos e

⁵² Costa, C. M. *Fundamento Histórico*. Em: Vila Rica. 1773. Extraído de: A poesia dos Inconfidentes. Pp. 376.

teológico-políticos escolásticos, que em seu tempo mostravam os primeiros sinais ilustrados.

Ao fundar a invenção poética em dados coletados em pesquisa documental, o poeta faz abstração ou ação seletiva, tanto no ato da escolha das fontes citadas como no tratamento dado a elas. Se não é possível extrair da fonte o que nela não há, as possibilidades de interpretações possíveis diante das mesmas fontes são várias e, ainda que o autor acredite na imparcialidade e na objetividade dos documentos que possui, é certo que as trabalhou no *Fundamento* de modo que comprovassem a narração épica que desejava construir imitativamente no poema como narração reveladora da legitimidade da verdade manifesta no poder da monarquia portuguesa, providencialista e divulgadora da fé católica. Trata-se, portanto, no poema, de um discurso imitativo da verdade histórica composta por Cláudio Manuel da Costa, que no *Fundamento* historiciza eventos de sua pátria, Minas. Por outras palavras, o que temos em *Vila Rica* é um Cláudio Manuel da Costa mimético do Cláudio Manuel da Costa historiador, que utiliza a verdade histórica da pesquisa documental como discurso legitimador da verossimilhança do seu poema, pautado claramente na imitação do resultado do trabalho erudito com as fontes orais e escritas, especificadas no *Fundamento Histórico* e nas notas do mesmo. Daí advém o valor-de-uso do poema, que pressupõe os níveis significativos atribuíveis à obra escrita que se incluem, no caso de Cláudio e dos poetas de seu tempo, nos modelos retóricos e poéticos consagrados de boa poesia. Compreendê-los será de fundamental importância para poder definir com maior clareza as características poéticas impressas por Cláudio Manuel da Costa no poema *Vila Rica*. Vejamos enfim a natureza destes modelos e como eles se aplicam ao épico.

As bases destes modelos e preceitos possuem essencialmente bases Aristotélicas e Horacianas. A diferenciação feita por João Adolfo Hansen, desenvolvendo o

pensamento de Michel de Certeau, acerca das especificidades dos gêneros histórico e poético a partir de Aristóteles são elucidativos para iniciarmos a discussão:

“[...] desde a 'Poética', de Aristóteles, o discurso da história foi diferenciado do da ficção não propriamente pelo compromisso de dizer a verdade sobre o passado, antes pelo compromisso de afirmar que a história é uma versão do passado, despojado de ficção (...) o discurso da história constituía ficção como irrealidade e, (...) o irreal da ficção o define como real "foi assim" (...) tanto o historiador quanto o poeta aplicam esquemas retóricos nos discursos que narram.”

A História, na concepção Aristotélica, se define assim como gênero demonstrativo, que deve ser dividido em partes diversas, com a finalidade de mostrar o evento relevante. A concepção de História no período, deve portanto ser definida como reprodução constante de uma memória gloriosa. Inclusive os próprios textos que surgem, e que se utilizam da História como matéria (sobretudo poemas de natureza épica e encomiástica) devem não só fazer referência aos grandes feitos já narrados e transcritos, como copiá-los, a fim de deixar clara a discricção e o conhecimento dos modelos, por parte do autor, que aí compõe de maneira bastante parecida com o pintor, dentro de um conceito muito comum entre esses autores, o de *Ut Pictura Poesis*, ou poesia como pintura. Sendo assim, cada elemento deve ser representante de algo já feito no passado, reconhecível pelo leitor educado nesses preceitos. Ao contrário do que se passa hoje, em um mundo marcado pela noção de propriedade intelectual e continuidade psicológica entre o autor e aquilo que escreve, a imitação e a aplicação desses preceitos não é algo mal visto, na verdade define o bom autor como o bom conhecedor e aplicador das tópicas que definem o bom gosto. O bom autor é aquele que aplica o preceito correto para produzir no leitor o efeito desejado; o que existe no lugar do sujeito psicológico e da noção de propriedade material daquilo que escreve, é simplesmente aquele que ocupa, na hierarquia do Império Português a posição de

letrado, pertencendo a ordens maiores, umas subordinadas às outras, encabeçadas pelo Rei.

Nesse sentido a História ocupa o lugar das chamadas artes miméticas, onde o real se sente representado ao contrário da poesia. O primeiro comprometido com a verdade, a segunda com o verossímil. Nas palavras de Eduardo Sinkevisque percebe-se claramente essa compreensão. Para o autor a escrita da história é mimética, por representar "ações sucedidas e particulares metonimicamente, a partir de exemplos narrados." Mesmo Sebastião da Rocha Pitta, nas Dedicatórias, um dos autores citados e criticados por Cláudio Manuel da Costa no *Fundamento*, escreve: "[...] um só membro basta para representar a grandeza de um só corpo, um só simulacro para simbolizar as monarquias do mundo."

Reproduzia-se assim, no gênero História, verdades absolutas que se reduziam, em última instância à maior das verdades: a universalidade do catolicismo, unido à autoridade das monarquias, o que resultava, no caso do Estado do Brasil, na reafirmação constante da superioridade da civilização europeia, em uma reprodução constante dos mesmos exemplos, onde a memória assume portanto, um papel de destaque, chegando mesmo a educar, com seus exemplos, aqueles que a ela recorrem. Nas palavras de Cícero, a história verdadeira é "testemunha dos séculos, luz da verdade, vida da memória, mestra da vida e mensageira da antiguidade."

Os modos de realização do discurso histórico passa por preceitos que devem estar de acordo com um fim específico, que em parte deve revelar a harmonia do todo, expresso politicamente na harmonia do império. Sendo, portanto, utilitarista por definição, a História é prescrita como fundamentação providencialista e teológico-política, da monarquia absoluta católica, o que resulta num texto escrito como evidência encomiástica da boa administração portuguesa como beneficiamento e arrecadação na

região aurífera de Minas, controle da rebeldia dos primeiros povoadores e estabelecimento da civilização portuguesa em terras americanas.

No caso de Vila Rica esta parte é representada pela viagem de Albuquerque, que aí representa a própria autoridade do Rei, civilizando o elemento indígena, contendo as revoltas e estabelecendo o controle sobre a Capitania de Minas, encerrando sua empreitada no processo de fundação e administração de Vila Rica. O herói age aí de acordo como uma lógica de Estado pré-definida e da moral católica de seu tempo.

Para escrever o *Fundamento*, Cláudio age como o historiador da definição aristotélica: não inventa o possível, como fazem os poetas, mas disserta sobre a particularidade de eventos realmente ocorridos. Assim, o extenso levantamento documental sobre a conquista das Minas forneceu-lhe a matéria que mimetiza no texto histórico, fazendo o louvor de grandes homens e suas ações civilizatórias, em uma disposição essencialmente epidídica, de gênero alto, formulada sobre a legitimidade das fontes históricas no *Fundamento* e emulada no poema. Sendo assim, à medida que a história é pensada como aplicação de tópicos poéticos definidoras de maneiras de fazer poesia, a poesia de Cláudio Manuel da Costa é escrita sob a obediência de preceitos tais como o lamento contra a rusticidade, a melancolia, o furor heróico, o bucolismo do *locus amoenus*, a devoção católica e sobretudo, a subserviência à Monarquia, perceptível no encômio aos poderosos.

Conclui-se que, tanto no texto de gênero histórico quanto no poema de gênero épico, Cláudio é um autor mimético, que aplica preceitos retóricos aristotélicos e latinos que especificam a boa imitação. Grande parte da crítica sobre sua obra propõe, desde o século XIX, que ele era homem pouco adaptado à suposta “realidade brasileira” do seu tempo, a qual ele julgou grosseira e incapaz de dar espaço às Musas e Ninfas. A crítica romântica não considera os preceitos retóricos, que em seu tempo também

determinavam a escrita como ação civilizatória que dá polimento à rudeza de sua terra natal. Seu poema imita a história, como vemos em outros épicos de seu tempo, definindo a ação humana como processo essencialmente providencialista, guiado pela vontade de Deus.

Capítulo 4.

A história como gênero discursivo no épico *Vila Rica*: entre preocupações documentais e utilizações teológicas e políticas.

(Uma análise do gênero histórico na épica de Cláudio Manuel da Costa e no Fundamento Histórico que antecede o poema épico Vila Rica)

Pelas precedentes considerações se manifesta que não é ofício do poeta narrar o que aconteceu; é, sim, o de representar o que poderia acontecer, quer dizer: o que é possível segundo a verossimilhança e a necessidade. Com efeito, não diferem o historiador e o poeta, por escreverem verso ou prosa (pois que bem poderiam ser postas em verso as obras de Heródoto, e nem por isso deixariam de ser histórias, se fossem em verso o que eram em prosa), - diferem, sim, em que diz um as coisas que sucederam, e outro as que poderiam suceder. Por isso a poesia é algo de mais filosófico e mais sério do que a história, pois refere aquela principalmente o universal, e esta o particular. Por “referir-se ao universal” entendo eu atribuir a um indivíduo de determinada natureza pensamentos e ações que, por liame de necessidade e verossimilhança, convém a tal natureza; e ao universal, assim entendido, visa a poesia, ainda que de nomes aos seus personagens; particular, pelo contrário, é o que fez Alcibíades ou o que lhe aconteceu.

Aristóteles. Poética.

Neste ponto do trabalho deveremos considerar então a maneira como o gênero histórico se apresenta na obra, visualizando os princípios que regem a constituição do gênero no poema comparando-os com a maneira como isso ocorre no anterior *Fundamento Histórico*, evidenciando assim duas maneiras específicas de se escrever a história: a primeira em favor da verdade dos acontecimentos a partir da pesquisa documental contida na fundamentação histórica e a segunda disposta no poema propriamente dito.

Imitando preceitos adequados a fins determinados – que, no caso do *Fundamento*, definem a especificidade do gênero histórico a tratar das coisas feitas, distinto da poesia ou de outros gêneros – Cláudio Manuel da Costa crê que sua obra reproduz os princípios grandiosos da humanidade que determinam, em última instância, a educação do bom súdito.⁵³ O gênero histórico, na compreensão aristotélica, é definido como discurso dos eventos que realmente aconteceram, ao contrário da poesia, que é discurso da ficção ou do verossímil, daquilo que é passível de ser compreendido dentro da adequação da ficção a verdades pressupostas. Nesse sentido, o autor de *Vila Rica* certamente tomado de algumas doses da renovação iluminava a épica – imitação da história – om a verdadeira história doutrinada por Aristóteles.

Em Aristóteles, a unidade da obra disposta com começo, meio e fim é prospecto da totalidade universal. Nesse sentido, as obras podem adquirir formas modelares que devem estar de acordo com a revelação de um aspecto dessa totalidade. Isto faz com que o filósofo grego se disponha a sistematizar os modelos de composição artística.

⁵³ Em diversos pontos da obra de Aristóteles, sobretudo na *Poética*, há reflexões acerca do caráter do discurso histórico.. Ao compará-lo com o discurso poético, o filósofo classifica este como um discurso da ficção ou algo verossímil, ou seja, passível de ser compreendido dentro dos limites da adequação da ficção a verdades pressupostas, enquanto que define a história como discurso dos acontecimentos que realmente aconteceram. Daí Cláudio Manuel da Costa não se contentar com as notas de rodapé que estão por todo o poema, mas anteceder o épico com um ‘ Fundamento Histórico’ Ver: ARISTÓTELES.Arte retórica e Arte Poética. Tradução de Antônio Pinto de Carvalho . Rio de Janeiro/ São paulo: Ediouro Publicações, [s.d.]

Posteriormente aqueles que seguirão sua linha, tais como Horácio, Pope e Boileau, irão compor tratados doutrinários sobre a composição artística, tais como a *Arte Poética*; de Horácio, *O Ensaio Sobre a Crítica de Pope*, publicado em 1711 e a *Arte Poética*, de Boileau, de 1674⁵⁴. Desta maneira, o sentido do poema é dado por seu encaixe em uma perspectiva cultural, humana e retórica herdada, quase a fazer do poema um lugar simbólico do racional e do eterno. As palavras de Roberto Brandão são bastante elucidativas nesse sentido:

“Os poemas (...) expressavam em resumo um pacto, que lhes garantia comunicação e continuidade, um aparato retórico, que lhe dava contorno plástico comum, e um lugar ideal permanente, que equivalia a possuir um ser sentido como elemento ordenador do pensamento.”⁵⁵ (BRANDÃO, 2001, pg. 42)

Assim, podem-se identificar pelo menos duas perspectivas de análise da obra *Vila Rica*, compreendida como um todo, desde a Carta Dedicatória ao épico em si. Inicialmente a invenção poética do autor revela o súdito a louvar, por meio da epopéia, os feitos heróicos capazes de definir a implantação definitiva e gloriosa da administração portuguesa sobre a próspera capitania de Minas; posteriormente percebemos que a estrutura da obra mostra a disposição do autor em enfrentar os documentos históricos sobre Minas a fim de não mascarar o passado com valores meramente fantásticos diante da obra da colonização que naquele local se estabelecia. As relações entre essas duas perspectivas não são antagônicas, ao contrário, colaboram para a realização de um único princípio: o comprometimento do autor com a *veracidade* dos eventos citados no poema leva-o à pesquisa documental cujos resultados se apresentam no formato do *Fundamento Histórico*, escolhendo fontes e tratando-as com

⁵⁴ Entre esses textos se destacam *A arte Poética*, de Horácio (14-13 a.C) ; *Ensaio sobre a crítica* de Pope, publicado em 1711 e a *Arte Poética* de Boileau, de 1674.

⁵⁵ Ver: Brandão. R. O. *Poética e poesia no Brasil (Colônia)*. São Paulo: Editora UNESP: Imprensa Oficial do Estado, 2001.

o intuito maior da obra: o de celebrar o bom funcionamento da obra colonizadora em Minas.

Ao se compreender o texto do poeta como prática do tempo e lugar em que foi produzido, entende-se que a escolha das fontes colabora para a definição de um bem simbólico – o próprio poema e seu *Fundamento* – constituído por adequação ao costume, à ordem, à razão do Estado monárquico. Ainda que não pretenda “alterar a verdade em benefício de alguma paixão”, como escreve, mas é perceptível que nele existe a consciência de que a verdade discursiva pode ser manipulável em favor de uma paixão. Por mais que pretenda chegar à objetividade da *verdade Histórica desprovida de paixões*, são elas que direcionam a escolha e a leitura que faz das fontes sobre o passado de Minas. Para ele, o relato da história de Minas feito segundo os preceitos do gênero histórico era verdadeiro; e isso bastava ao discurso. Além disso, o texto de Cláudio Manuel da Costa permite inferir que certamente acreditava ser um revelador de mais um aspecto da *verdade* da realização dos desígnios divinos manifestos na superioridade incontestável da monarquia portuguesa. Escrever a história de Minas e celebrá-la em poema épico decerto significavam para o poeta revelar mais uma sagrada obra do Império Católico em terras americanas: a extração do ouro e a efetivação do povoamento e controle da então Capitania de Minas Gerais no Estado do Brasil.

Essa apreensão é perceptível logo no início do épico, onde o poeta invoca a musa à celebração da fundação primeira da Capital das Minas, onde deve residir também a glória de Albuquerque. Ambos os assuntos parecem aí se confundir em uma poética que ora tende ao encomiástico, ora efetivamente ao épico, como se a história da capitania jamais pudesse ser gloriosa sem a presença de Albuquerque e de outros que marcaram sua história:

"Cantemos, Musa, a fundação primeira
Da Capital das Minas, onde inteira
Se guarda ainda, e vive inda a memória
Que enche de aplauso de Albuquerque a história."⁵⁶

Daí em diante é comum aos versos que louvam o Ribeirão do Carmo com o pedido de que as ninfas e musas aceitem o ambiente hostil das Minas, já que a paixão à terra natal e o desejo de vê-la incorporada ao Império Ultramarino e pacificada pela ação administrativa de representantes metropolitanos, como Albuquerque, conduziram o poeta na tarefa de escrever o épico. Daí clama às musas para que bem aceitem a grosseria de uma terra que parece não sugerir o engenho por sua rudeza, mas que deve merecê-lo pelo amor patriótico que seu autor nutre por ela:

"Tu, pátrio Ribeirão, que em outra idade
Deste assunto a meu verso, na igualdade
De um épico transporte, hoje me inspira
Mais digno influxo, porque entoe a Lira,
Por que leve o meu Canto ao clima estranho
O claro Herói, que eu sigo e acompanho:
Faze vizinho ao Tejo, enfim, que eu veja
Cheias as Ninfas de amorosa inveja."
(Vila Rica, Canto I, vv.5-12)

O descobrimento das jazidas, assim como o próprio estabelecimento da administração portuguesa nas Minas, são figurados claramente no poema como realização dos desígnios do Império Português em terras americanas. Os administradores que vencem a rebeldia e o difícil trato com o elemento indígena com a organização política – e portanto repressora de toda agitação – garantem a paz que nas Minas se expande em novas possibilidades de riqueza para o Império, para além de outras capitanias como Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, conforme se lê no trecho:

"Rotos os mares, e o comércio aberto,
Já de América o Gênio descoberto
Tinha ao Rei Lusitano as grandes terras,

⁵⁶ Esta e outras referências ao poema Vila Rica que aqui se fizeram foram todas retiradas da publicação integral do poema feita em *A poesia dos Inconfidentes*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996. O trecho em questão foi retirado da p. 377, desta edição.

Que o Sul rodeia de escabrosas serras.

O título contavam de Cidades
Pernambuco, Bahia; e as crueldades
Dos índios superadas, já se via
O Rio de Janeiro, que fazia
Escala às naus: buscando o continente
De Paulo, uma conquista está patente,
Que aos Portugueses com feliz agoiro
Prometia o diamante, a prata, o oiro.
O arbítrio de um só braço moderava
Toda a Capitania; e projetava
Albuquerque, que a gente ao cetro alista,
Fazer mais dilatada esta conquista."
(Vila Rica, canto I – vv 21-36)

Assim como nestas terras se estabeleceu com efetividade a administração portuguesa a conter a rebeldia nativa e superar as “crueldades” indígenas, deve também ser celebrada a inclusão das Minas entre o Império Português. Contar, de maneira gloriosa, a viagem de Albuquerque e sua comitiva até o estabelecimento deste como governador da a partir daí chamada Vila Rica de Albuquerque é o tema condutor de toda a narrativa poética.

O gênero escolhido para a elocução do poema é o encomiástico, de modo a promover o louvor às ações de Albuquerque, utilizando para tanto de ornatos e figuras ligadas à antiga mitologia latina aplicados à natureza mineira, de modo a promover o cenário adequado para as ações gloriosas do desbravador. Tudo isso possui uma pretensão bem evidente: produzir no leitor a reafirmação constante da autoridade. Os recursos retóricos da elocução, as figuras empregadas, os efeitos de engenhosidade poética estão inseridos nesta pretensão de mover os efeitos da audiência ou leitura dos discursos para um fim específico. Nesse sentido a História como gênero se define como discurso didático que visa a utilidade e o ensinamento de uma virtude considerada verdadeira e manifestada retoricamente para a sua constante reafirmação.

O épico se inicia em um momento onde algumas das principais expedições em busca do ouro já estavam acontecendo. Nesse sentido são diversas as narrativas que se entrecruzam no caminho da comitiva de Albuquerque. Entre elas estava a expedição chefiada por Antônio Rodrigues Arzão, cujas conseqüências, conforme se verá, afetarão também os rumos da expedição de Albuquerque. Conforme já se citou anteriormente quando analisamos o *Fundamento Histórico*, a expedição de Arzão fora uma das expedições a adentrarem pelos Sertões mineiros situados às costas do chamado Rio Doce, às margens do Espírito Santo, em uma região conhecida como Casa da Casca, sendo esses recebidos pelo Capitão-Mor Regente da Vila, momento em que os homens de Arzão recebem três oitavas de ouro da Câmara daquela localidade, além de víveres e vestuários de que precisavam.⁵⁷

Um dos membros principais desta expedição é Garcia Rodrigues Pais, que anteriormente já esteve envolvido na expedição de Arzão. Companheiro mais próximo do herói Albuquerque, é ele quem vigia o sono deste no momento em que a comitiva descansa às margens do rio que se chamará posteriormente de Rio das Velhas, momento onde se inicia a narrativa poética. Neste momento, em sonho, D. Rodrigo de Castelo Branco, primeiro governador das Minas, assassinado pelo também bandeirante Borba Gato por motivos que se explicará adiante, aparece em sonho à Albuquerque, alertando-o dos perigos da expedição, sobretudo no que tange o contato com o elemento indígena. O recurso, utilizado nos primeiros versos do épico, tem por função certamente ilustrar a grandiosidade da empreitada da comitiva do herói Albuquerque, que a tudo vence, apesar das dificuldades, além de iniciar um recurso que se fará verificar por toda a narrativa, o de contrapor a grandiosidade da tarefa civilizacional das expedições a

⁵⁷ Costa, C. M. *Fundamento Histórico*. Em: Vila Rica. 1773. Extraído de: PROENÇA FILHO, Domicio (org) A poesia dos Inconfidentes (Poesia completa de Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga, Alvarenga Peixoto. Artigos, ensaios e notas de Melânia Silva de Aguiar et al. Rio de Janeiro. Nova Aguilar, 1996. pg 361-362

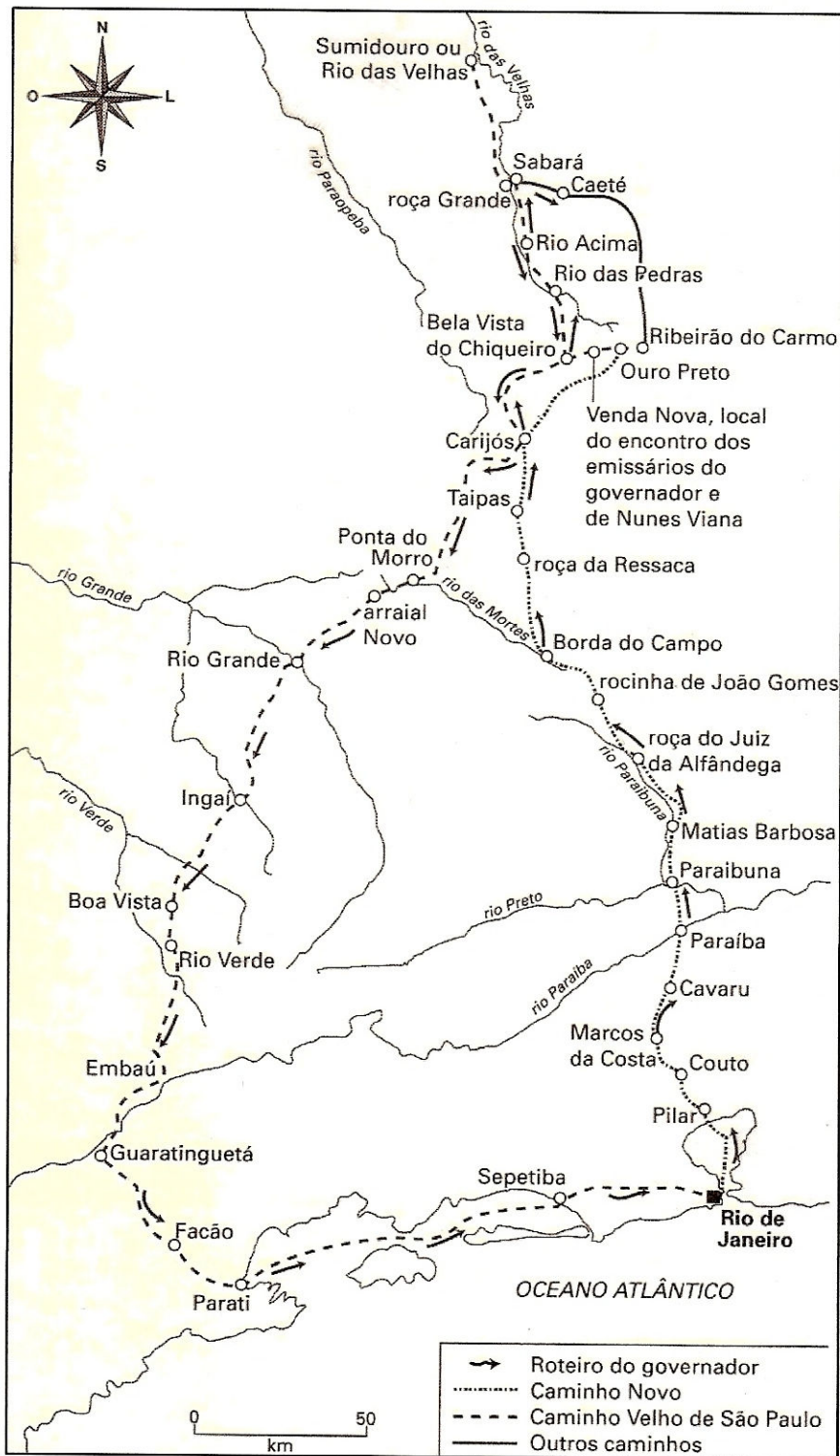
vencer a selvageria indígena, conforme se pode perceber no trecho a seguir, onde em sonho, o morto D. Rodrigo alerta Albuquerque:

"O grande Dom Rodrigo; dos seguros
Ombros, de que pendera a grave espada,
Rasga o vestido, e mostra inda manchada
A carne das feridas, de que o sangue
Correr se via; eu tremo, e quase exangue
Desmaio a tanta vista. Ele se avança,
Da mão se prende, e diz: "Em vão se cansa
Em vão o vosso Rei, se ver pretende
Subjugado este povo, que defende
Com o bárbaro zelo as pátrias Minas;
Debalde tu também hoje imaginas
Chegar ao centro delas; eu contemplo
Mil perigos na empresa; fresco exemplo
Te dá a minha morte; só te espera
De gênios brutos pertinácia fera;
Falta de fé, traições, crimes atrozes
Só terás de encontrar; se as minhas vozes

Teu crédito merecem, deixa, evita
A infame estrada...[...]
(Vila Rica, Canto I, vv.78-96)

Porém a imagem que se contrapõe ao bom sucesso da empreitada de Albuquerque logo se dissipa diante das palavras de Garcia que, ao ver o amigo Albuquerque acordar assustado diante da visão de D. Rodrigo, o tranqüiliza a falar que nenhuma glória é possível nem grandiosa sem a dificuldade do caminho:

"Sem trabalho (Garcia então lhe torna)
A glória não se alcança, não se adorna
Do louro da virtude o que se nega
Às árduas diligências; sei que chega
Vosso zelo e valor ao termo, aonde
Tudo o que é grande apenas corresponde
Ao meditado arrojo; mas passado
É talvez o pior, e já lembrado
Posso esperar que o mal encha algum dia
Os corações e as almas de alegria."
(Vila Rica, Canto I, vv 99-108)



(Ilustração 7: Mapa da viagem da Governador Antônio de Albuquerque às Minas Gerais)

Conclui então Garcia falando ao companheiro Albuquerque que o melhor a se fazer é garantir boa e honrada sepultura a D. Rodrigo. Logo após os desbravadores

encontram pelo caminho três velhas índias, resultado da incursão de um dos chefes da comitiva, de nome Camargo, a aldeia Tapuia. Decerto trata-se de Tomás Lopes de Camargo, que aparece no fundamento como um dos fundadores de Vila Rica, junto a nomes como Antônio Dias e do Padre João de Faria Fialho, este último também membro da expedição de Albuquerque. O reencontro com a comitiva é festivo, dado a natureza das presas indígenas. Tratam-se de índias já velhas, conforme se faz perceber pela descrição dada pelo autor:

“Três índias são, que do Pori robusto
Em resto escapam; todo o corpo adusto
Mostra que o Sol sobre a nudez queimara,
E que a ingênita cor de branca e clara
Tornou um pouco escura; a longa idade
A todas três enruga a mocidade;
Curvos os ombros, poucas cãs, os braços
Murchos e descarnados, mal os passos
Regem tremendo; breve arrimo fazem
De tintos paus, que apenas nas mãos trazem.”
(Vila Rica, Canto I, vv 125-134)

Uma dessas índias neste momento troca olhares com Garcia, que percebe conhecê-la de outros tempos. Devido ao anel que a índia usa, memória das descobertas da comitiva de Arzão da qual então participava Garcia, não é difícil de perceber tratar-se da mãe da índia Aurora, conforme se fará perceber posteriormente. Após uma farta refeição, trazida pelo grupo de Camargo, os desbravadores se recolhem com a certeza de terem promovido mais um passo de sua jornada, fato este que encerra o Canto I.

Já no canto segundo a sombria e silenciosa noite é palco para os sentimentos de Garcia, tomado de melancolia e saudade da índia Aurora, que o cativara. A mãe desta vem a tratar novamente do assunto da conquista, porém não critica a comitiva que comprara a ela e as demais, mas se compraz do bom tratamento que havia recebido do colonizador. Reconhecendo o amor que Garcia nutria por sua filha Aurora quando este a conheceu durante os tempos em que pertenceu à expedição de Arzão, a índia Neágua

inicia um longo discurso no Canto II, onde além de descrever a beleza da filha, relembra o fato de terem sido escravizadas por Arzão para que fossem serem trocadas por ouro.

Assim ocorre a narrativa da velha índia:

“Eu sou Neágua, eu sou a escrava tua.
Muitas luas, me lembro, têm passado,
Desde quando dos vossos atacado
[...]
Assaltastes de noite a nossa gente,
E mortos os mais destros na peleja,
Fosse rigor do Céu, ou fosse inveja
Da Fortuna, eu, que a Aldeia governava,
Passei com minha filha a ser escrava.

Era ela em seus anos tão mimosa,
Que à vista sua desmaiava a rosa,
Seus olhos claros, as pupilas belas,
Oh! quantas vezes cri que eram estrelas!
[...]

Vagando estes sertões na companhia
Dos vossos, eu me lembro como um dia,
A preço do metal, que desprezamos,
Vós nos comprastes; ainda nos lembramos
Do mimo do agasalho que fizestes,
Quando na vossa casa recolhestes
A mim e a minha Aurora: esta memória
Desperte toda em vós a antiga história”
(Vila Rica, Canto II, vv 134-136; 140-148; 153-160)

O canto prossegue com Garcia a perguntar-lhe sobre a sorte de Aurora, e conta-lhe a velha índia que em outra aldeia um Cacique a procura por esposa, sendo que ela não o consente. Adiante a mãe de Aurora passará a contar a Garcia a sorte que imagina para a filha em tribo alheia, vivendo sob outras leis, outros costumes, outra religião. Garcia a ouve atentamente, o que faz nascer nele o sentimento da vingança junto à esperança de rever Aurora. Encerra assim a velha índia o seu discurso:

"Se pois Aurora o caso vos incita
À compaixão, se em vosso peito habita
O antigo amor, fazei que a liberdade
Se dê a quem desperta esta saudade;
Esse vizinho povo ao fogo, ao ferro
Abatei, destruí: pague o seu erro;

E alegre eu veja em vossa companhia
A vossa Aurora, que ao meu lado via."
(Vila Rica, Canto II, vv 199-206)

É curioso notar que há referências no Fundamento Histórico à captura de Aurora junto a sua mãe, que no estudo histórico recebe o nome cristão de Célia, pois não há referência alguma a seus nomes de origem. No entanto os relatos se diferem em alguns pontos. Em primeiro lugar a mãe de Aurora, que no poema possui o nome de Neágua, fora capturada junto a mais duas índias e sem a filha Aurora, ao contrário da informação trazida no estudo histórico, onde mãe e filha aparecem juntas. Assim nos é apresentado o relato:

“Quis Miguel de Almeida, um dos companheiros do Bueno, melhorar de armas, e propôs ao Coronel Salvador Fernandes Furtado a troca de uma clavina, dando-lhe por avanço todo o ouro que se achasse nos da comitiva; aceitou o Coronel a oferta, e dando-se busca ao ouro, se não achou entre outros mais que doze oitavas; recebeu-as o Coronel, e como Manuel Garcia Velho quisesse ter a vaidade de aparecer com todo aquele ouro em São Paulo, cometeu ao Coronel a venda de duas índias, mãe e filha, a preço das doze oitavas: conveio este no trato e compra das índias, as quais catequizadas, se batizou uma com o nome de Aurora, e outra com o de Célia. Desta última há notícia que faleceu há poucos anos na Vila de Pitangui, em casa de uma filha casada do dito Coronel, e aqui tem fundamento histórico o episódio de Aurora.”⁵⁸

Interrompendo o diálogo de Garcia com a índia Neágua, Albuquerque convoca uma reunião de toda a comitiva em Conselho, onde expõe a necessidade de promover, a serviço de D. João V, a missão de adentrar no sertão mineiro entre as brenhas das montanhas do Itacolomi, chamada miticamente no poema de Itamonte. Neste ponto fica subentendido o princípio da obediência que marcava a hierarquia típica do Estado

⁵⁸ Costa, C. M. *Fundamento Histórico*. Em: Vila Rica. 1773. Extraído de: PROENÇA FILHO, Domicio (org) *A poesia dos Inconfidentes* (Poesia completa de Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga, Alvarenga Peixoto. Artigos, ensaios e notas de Melânia Silva de Aguiar et al. Rio de Janeiro. Nova Aguilar, 1996. pg. 363

Português. Albuquerque deixa clara à comitiva o princípio que deve conduzir a comitiva pelos sertões mineiros:

“Lembrados estareis que há mais de um ano
Vos fiz saber que o nosso Soberano,
Que dos quatro Joões o nome e glória
Herdou para triunfo da memória,
Vendo ao Norte da terra povoada,
Que atrás deixamos na primeira entrada,
Que fazem vossos Pais, achar-se o ouro
À custa me ordenou do seu Tesouro,
Que entrasse ao centro dos Sertões, buscasse
As novas minas, e que examinasse
As margens, onde em vão tomaram porto
Fernando, Artur e Dom Rodrigo, o morto.”
(Vila Rica, Canto II, vv 229-240)

Na seqüência é o próprio Itacolomi (ou Itamonte) quem dialoga com Albuquerque, em uma espécie de visão sonhadora tida pelo desbravador. O episódio serve a narrativa como uma espécie de diálogo com a desconhecido, ao mesmo tempo que representa uma espécie de condutor seguro para os desbravadores. Sabe-se bem que a Serra do Itacolomi serviu de guia a muitos dos primeiros desbravadores dos sertões mineiros, inclusive durante a expedição iniciada por Antonio Rodrigues Arzão. Consta no *Fundamento Histórico* que, após a morte de Arzão, Bartolomeu Bueno, seu sucessor, tenha continuado a expedição chegando à uma às terras da chamada Itaverava, guiando-se, ele e sua comitiva, pelas montanhas que cercam o território mineiro:

“Convocados todos e guiados pelo roteiro que lhes deixara o falecido [Arzão], saíram da Vila de São Paulo pelos anos de 1694. Romperam os matos gerais, e servindo-lhes de norte o pico de algumas serras, que eram os faróis na penetração dos densíssimos matos, vieram estes generosos aventureiros sair finalmente sobre a Itaverava, serra que de Vila Rica dista pouco mais de oito léguas: aí plantaram meio alqueire de milho; e porque o Sertão era mais estéril de caça que o do Rio das Velhas, para este passou Bartolomeu Bueno a tropa, enquanto madurava a pequena sementeira de que esperava manter-se, para continuar o descobrimento.”⁵⁹

⁵⁹ Idem nota anterior. pg 362

Os níveis em que os elementos mitológicos se combinam parecem mesmo definir o quanto os mitos aparecem na narrativa poética de *Vila Rica*, contra ou a favor do enfrentamento da civilização européia na ato de pacificação dos indígenas e da gente rebelde no longo caminho até a efetiva fundação de Vila Rica.

Conforme se pode perceber no poema, a utilização constante de elementos mitológicos ligados à cultura européia, de bases greco-romanas e conseqüentemente latinas, unidas por vezes a elementos tupis é um recurso bastante utilizado por Cláudio Manuel da Costa no decorrer de todo o poema épico. É um recurso que compõe, na narrativa, uma espécie de tentativa de inclusão de sua pátria, incapaz de sugerir-lhe por si só o engenho, ao repertório de tópicos e preceitos da poesia clássica. Na ausência de modelos, Cláudio Manuel da Costa lia os mitos tropicais com base na mitologia clássica, que junto à efetiva administração que sufoca a rebeldia nativa, tende a promover a inclusão das Minas ao Império português. A mitologia serve enfim como elemento unificador ao longo do poema, perfazendo uma associação entre mitologia clássica, helênica e os elementos naturais e selvagens do Brasil em uma tentativa de definir um espaço para Minas dentro dos modelos clássicos que permaneciam como modelos a serem seguidos.

O *Itamonte* é uma destas figuras mitológicas compreendidas desta maneira na narrativa épica de Cláudio Manuel da Costa. Personagem essencialmente camoniano, semelhante ao *Gigante Adamastor* de *Os Lusíadas*, evidenciado inclusive no épico como verdadeiro irmão do gigante do épico luso, o Itamonte possui uma função dupla no épico, assim como é dupla a origem de seu nome, que reúne o Tupi dos indígenas (Ita= pedra) e o latim, base da língua portuguesa falada pelo colonizador (mon-tis = monte). Ao mesmo tempo em que coopera com os desbravadores, o Itamonte também

tenta dissuadi-los quanto a seus intentos⁶⁰, assim como ocorre no episódio escrito por Camões onde uma figura mitológica chamada Gigante Adamastor representa todos os perigos, as tempestades, os naufrágios e “*perdições de toda sorte*” que os portugueses tiveram de enfrentar e transpor nas suas viagens. O evento narrado, que aí representa essas viagens, é a viagem de Vasco da Gama ao Cabo das Tormentas, onde o navegador é surpreendido por uma nuvem negra “*tão temerosa e carregada*” que pôs nos corações dos portugueses um grande “medo” e leva Vasco da Gama a evocar o próprio Deus todo poderoso⁶¹. Assim como a figura do Gigante representa as intempéries e dificuldades do caminho, ocorre o mesmo com o Itacolomi, travestido no épico em ser mitológico greco-romano-tupi de nome Itamonte.

No diálogo travado com Albuquerque o rochedo Itamonte, prevê o sucesso da descoberta do ouro e da obra colonizadora da gente portuguesa em Minas. A universalidade de uma compreensão de mundo que via na Monarquia Absolutista Católica a condutora da civilização fazia da História uma realização constante dos desígnios dessa civilização sobre o atraso, a rebeldia, a rudeza dos sertões e a selvageria indígena. É como se o rochedo, que aí representa a nova terra, já esperasse ansioso por ceder aos colonizadores o seu ouro e submeter seus habitantes ao ordenamento da gente virtuosa como Albuquerque e Garcia. Eis um pouco das palavras do Itamonte:

"À margem deste rio povoada
Vejo da portuguesa gente amada,
Toda entregue à solícita porfia,
Com que o rico metal da terra fria
Vai buscar a ambição: vejo de um lado
Erguer-se uma Cidade, e situado
Junto ao monte, que um vale aos pés estende,
Vejo um Povo também: tudo surprende,
Tudo encanta a minha alma, estou detido

⁶⁰ Para uma análise mais completa do assunto ver: Luna, Jairo. Retórica da poesia épica (de Bento Teixeira a Sousândrade). Dissertação de mestrado. DLCV. FFLCH- USP. Orient: Prof. Dr. João Adolfo Hansen. 1997.

⁶¹ Ver: CAMÕES, Luis de. Os Lusíadas. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1990, entre as várias edições existentes do épico.

No fantástico objeto. Eis que um gemido
Arranca desde o seio o monstro escuro,
E diz: "Entre as imagens do futuro
Talvez te espera... mas..." e nisto em nada
Se torna toda a máquina ideada,
Desfez-se a penha, a Ninfa e o Ribeiro,
Solto dos olhos o sopor grosseiro."
(Vila Rica, Canto II, vv 273 -288)

O recurso à mitologia nativa, com o Itamonte, tem no enredo da narrativa uma espécie de função premonitória, antevendo aos conquistadores o bom termo de sua empreitada, com a fundação de Vila Rica, conforme se perceberá mais claramente adiante:

“O nome de Itamonte; esta lembrança,
Este sinal só tenho de esperança;
Talvez tomando o cume desta Serra,
Acharemos um dia o Rio, a Terra,
A Ninfa e os mais portentos, donde tome,
Dos tesouros que espero, a Vila, o nome.”
(Vila Rica, Canto II, vv 303 -308)

O primeiro a falar, após a exposição do sonho de Albuquerque é o Padre João de Faria Fialho, capelão da bandeira de Antônio Dias, que havia chegado em 1711 ao local que seria posteriormente Vila Rica, futura Ouro Preto. As informações estão relatadas no estudo histórico, no momento em que Cláudio Manuel da Costa dispõe de informações acerca da constituição administrativa das principais vilas constituídas ao redor da exploração do ouro. O padre explica a origem do nome do Itacolomi, bem como de seus conhecimentos a respeito deste e de outras formações rochosas de *Vila Rica*. Camargo, em seguida, comenta as palavras do padre mostrando destemor diante do Itamonte. Sua justificativa é a de já ter enfrentado ferozes índios Botocudos em outra serra. Na seqüência é Bartolomeu Bueno quem fala, alertando sobre a dificuldade da empreitada em enfrentar os sertões ao redor do Itamonte:

"É deste continente o Sertão largo
(Dizia Bueno), o Lago, a Serra, o Rio,

Espalhado por tudo o infiel Gentio,
Não deixam à notícia cousa certa,
Onde possa estender-se descoberta
A terra que buscamos. Nela intento
(Albuquerque tornava) o fundamento
Erguer a Capital: de penha em penha
Andarei, se a Fortuna o não desdenha,
Te descobrir o Monte e o Rio, aonde
Tão grande maravilha o Céu me esconde"
(Vila Rica, Canto II, vv. 350-360)

O segundo canto termina com a chegada de Borba Gato, que será tema principal do terceiro canto do poema. A chegada repentina deste retarda a partida de Albuquerque, pois aí se inicia longo discurso onde o herói diz ser ele acusado de cúmplice da morte de D. Rodrigo, evento esse que já havia sido citado no Fundamento Histórico. Segundo consta no estudo, Borba Gato teria negado a entregar as armas que necessitava a D. Rodrigo, a pretexto de que estava à espera do sogro Fernão Dias Paes, tendo prometido a ele, por fidelidade, as armas. Uma indisposição entre os dois se gera, fazendo com que aqueles que acompanhavam D. Rodrigo e ele próprio ficassem pela vontade de responder com violência ao Borba.

Os homens ligados à Borba Gato acabam por matar a D. Rodrigo, conforme o poeta nos informa, no estudo histórico:

“Desordenou a imprudência de um ameaço toda a felicidade do empenho; e ainda que sem mandato expresso do Borba, foi morto D. Rodrigo nessa ocasião por uns pajens, ou bastardos, que viviam agregados a ele: a esta morte se seguiu salvar-se engenhosamente o Borba, afetando a repentina chegada de Fernão Dias Paes; e em consequência da fugida, em que para logo se puseram os Paulistas acima nomeados, foram eles os primeiros que se entranharam pelo Rio de São Francisco, e povoaram e encheram de gados as suas margens, de que hoje se sustenta o grande corpo de Minas Gerais; nem mais quiseram voltar para a Pátria, envergonhados do engano em que haviam caído.”⁶²

⁶² Costa, C. M. *Fundamento Histórico*. Em: Vila Rica. 1773. Extraído de: PROENÇA FILHO, Domício (org) *A poesia dos Inconfidentes* (Poesia completa de Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga, Alvarenga Peixoto. Artigos, ensaios e notas de Melânia Silva de Aguiar et al. Rio de Janeiro. Nova Aguilar, 1996. pg. 368

No poema o Borba Gato aparece à comitiva de Albuquerque e tenta se redimir da culpa, sustentando sua inocência no juramento que faz perante a fé que diz guardar inabalada perante seu Rei. Mais uma vez o que vemos nos homens desses tempos é a permanência da submissão e hierarquia como valor que os move em qualquer empreitada, mesmo que o preço seja a própria vida. Eis as palavras de Albuquerque:

“Terás ouvido, ó General famoso,
Variamente o meu caso; e duvidoso
Talvez estás da fé, que guardo atento
Ao meu Rei em sinal do juramento.
Acusado por cúmplice na morte
Do grande Dom Rodrigo, a minha sorte,
Mais que o delito meu, desculpar venho;
Sem adorno o sucesso agora tenho
De dizer-te; e verás, hoje informado,
Que sou mais infeliz do que culpado.”
(Vila Rica, Canto III, vv. 369-388)

Conseguindo o reconhecimento de sua inocência pelo grupo de Albuquerque, Borba Gato consegue permanecer entre eles, justamente pelo princípio de submissão ao mesmo Rei, aquilo que os une e pelo princípio da descoberta de novas terras para o engrandecimento do Império. São palavras de Albuquerque:

“Dizia; e sempre grave e sempre airoso,
Deixava ver no rosto generoso
O espírito magnânimo que o alenta.
O Herói, que sem mudança se contenta
De ouvir todo o sucesso por inteiro,
Suave acolhe ao nobre Aventureiro,
E dando-lhe mil mostras de amizade,
De ordem do mesmo Rei o persuade
A que viva seguro do delito;
Informa-se do sítio e do distrito
Em que está, e o convida para a empresa,
E por ele pertende haver certeza
Da serra que demanda, onde fundada
Veja uma vez a povoação sonhada.”
(Vila Rica, Canto III, vv 473-486)

O canto se finaliza com a tentativa de assassinato de Garcia, por um índio pertencente à tribo dos Manaxós, pertencente ao grupo de Borba Gato. O índio é impulsionado pela paixão que nutre por Aurora, o que conduz a fazê-lo tentar matar Garcia de maneira traiçoeira, quando este já dormia. O recurso constante em ligar os indígenas a valores como a deslealdade, a inconstância e a ferocidade em contraposição aos portugueses desbravadores do sertão mineiro, valentes, justos e determinados é constante em todo o poema, tanto que a reação de Garcia à princípio é apenas a da defesa, revidando o ataque antes que ele ocorra, deixando o índio profundamente ferido. Posteriormente, conforme se verá, o desbravador irá propor ao índio que se case com Aurora, em cerimônia católica celebrada pelo Padre João de Faria Fialho. O recurso tem claro fundamento civilizacional e catequético transformando pelo sacramento do matrimônio, os indígenas em bons cristãos. O canto termina com o índio a ser socorrido pela comitiva a partir das ordens de Albuquerque, representando enfim mais uma vez a brava e cansada vitória dos desbravadores, conforme se pode observar na última estrofe do canto:

"Conhecendo Albuquerque, que respira
Inda vivo, a um dos pousos o retira,
E lhe põe sentinelas; manda entanto
Se lhe apliquem remédios: o Óleo Santo,
Que mistura de Bueno a mão experta,
Estanca o sangue, e da ferida aberta
Cerrando a boca, inda a esperança anima
De que a morte de todo o não oprima."
(Vila Rica, Canto III, vv. 543-550)

Já no canto IV o herói Albuquerque marcha pelo sertão mineiro dando continuidade a sua empreitada de chegar ao centro das Minas, onde se encontra o Itamonte, enquanto o índio ferido permanecia a se recuperar na aldeia anterior. Neste ponto um dos acompanhantes da comitiva, o secretário do governador Albuquerque, de nome Manuel Pegado, tendo adiantado o passo, resolve parar para descansar à base de

uma árvore. Surpreende-se então ao notar que o tronco se move e se transforma na seqüência em um monstro, uma espécie de ser marinho semelhante a uma baleia. A fuga do secretário é recebida com riso pelos indígenas que percebe tratar-se da cobra Sucuriú, até então desconhecida de Pegado:

“Riem-se os índios de Pegado, e o riso
Tem ao Mancebo então mais indeciso,
Vendo que novo ali não conhecera
Que é o Sucuriú aquela fera,
De quem ouvido aos nacionais havia
Que um tronco na grandeza pare”
(Vila Rica, Canto IV, vv. 602-607)

No enredo da narrativa poética, a cobra serve apenas a representar o local onde os desbravadores descobrem ser a sepultura de D. Rodrigo, após ser cavado pelo mesmo Pegado. Ali, o padre João Faria de Fialho aproveita o ensejo para fazer as exéquias do corpo, intercedendo junto a Deus para que conceda a paz para aquele que morrera de forma tão abrupta pela mão dos homens de Borba Gato. Assim são as palavras do capelão:

"Celebrou-se o devoto sacrifício
Junto ao sepulcro; e as últimas piedades,
Pela mão de Faria, as saudades
Temperaram do Morto, consoladas
As memórias de sangue inda banhadas.
Urnas fastosas, que cobris no Egito
Heróis famosos, sobre vós escrito
Viva embora o epitáfio, que em memória
Dos Ptolomeus inda respira a glória!
Sobra ao bom General, sobra a Rodrigo
Da nua areia o mísero jazigo;
A vida pelo Rei sacrificada
Basta a deixar a sepultura honrada!"
(Vila Rica, Canto IV, vv. 629-641)

O morto é igualado aos grandes homens de civilizações gloriosas do passado, como a egípcia, citada pelo autor, em mais um uso da história como mestra da vida ou exemplo do desígnio católico-monárquico. D. Rodrigo morreu servindo ao Rei como

bom vassalo, isso basta-lhe como honra para sua morte, sendo desnecessário maior epitáfio.

A seqüência leva a esclarecimentos acerca de alguns acontecimentos citados nos cantos anteriores que tinham ficado incompreensíveis. Um indígena de nome Argasso aparece a travar diálogo com Albuquerque, e logo se percebe tratar-se do mesmo índio que havia atentado contra a vida de Garcia. O mesmo aparece em postura pacífica e civilizada, pedindo perdão a Garcia em uma postura que beira a submissão e a inferioridade voluntárias. A posição política e moral em que é figurado a submissão funciona no enredo da narrativa poética como reconhecimento da própria condição inferior do indígena, em uma perspectiva católica contra-reformista, evidenciando a ineficácia da rebeldia contra a força do colonizador. A submissão o afasta da posição de selvageria que caracteriza o indígena em outras partes da obra, humanizando-o, conforme se pode perceber nas palavras do índio:

"A Garcia, falou mais animado
De traidor e Aleivoso sou culpado,
Magnânimo Albuquerque; ouve-me, atende,
Saberás que o meu braço não te ofende,
Nem se conspira contra os teus; a dura
Condição de uma bárbara, que jura
Não ser minha, apesar dos meus desvelos
Meu coração encheu tanto de zelos,
Que imaginei na morte de Garcia
Vingar o meu desprezo, e a tirania
Castigar do meu bem: fui desgraçado,
Inda não me arrependo do passado."
(Vila Rica, Canto IV, vv. 650-661)

A tal "bárbara" é a mesma Aurora, índia da qual se enamorou Garcia, e que, pelas palavras da própria mãe, a velha índia Neágua, havia sido levada a outra tribo onde um cacique, a contragosto de Aurora, pretendia casar-se com ela. Nas próprias palavras do índio se depreende sua condição:

"Amo a bela indiana, a linda Aurora,
Que não daqui muito distante mora:
Prisioneira em meu braço a vim trazendo
Lá desde o Paraíba, e discorrendo
Que entre os meus Monaxós se renderia,
Só o nome lhe lembra de Garcia.
Neágua, a Mãe, desde o Pori roubada,
Conheceu-me e me informa da chegada
Deste bom Cavalheiro; não sabia
Que o meu curioso ardor se dirigia
A mais árduo projeto; tento a morte,
E em despojo cuidei do braço forte
Por triunfo levar à minha amada
A cabeça do tronco separada."
(Vila Rica, Canto IV, vv. 670-683)

Ainda que Argasso tenha desejado separar a cabeça de Garcia do tronco para levá-la a Aurora, este o perdoa e quer deixá-la para o indígena, propondo aí que se unam no catolicismo por celebração feita pelo Padre João Faria Fialho, conforme se citou anteriormente. A nobreza de caráter neste ponto aparece ao índio como exemplo da conduta católica, em contraposição à selvageria indígena. Na seqüência Garcia convida Argasso a ficar, para que possa conhecer melhor os valores morais da civilização:

"Que vós partais, Senhor, eu não consinto,
Disse Garcia; ao meu valor distinto,
Ao meu zelo católico era injúria
Saber-se que a conter a minha fúria
Necessária se fez vossa presença;
A Argasso desde já perdôo a ofensa
E quero que conheça aos Portugueses
Com ele partirei, e as suas vezes
Sustentando ao favor da bela Indiana,
Farei que ele ditoso, e mais humana
Ela, se abrasem no gostoso alento
De um santo, de um perpétuo sacramento."
(Vila Rica, Canto IV, vv.696 – 707)

No perdão de Garcia reside claramente uma piedade cristã que, mesmo afrontada pela injúria, perdoa, na esperança de que o casal indígena viva sob o santo sacramento. É clara neste momento a figuração dos valores cristãos como transformadores do índio e também como instrumento do domínio sobre ele. Como se já não bastasse, o canto

termina com o indígena sem poder compreender o funcionamento da caridade cristã, conforme se depreende da última estrofe do canto IV, que também dispõe no final do momento em que é nomeado o Rio das Velhas:

"Convém o Herói e espera que domado
O Monaxós, e à Religião chamado
[...]
O Índio tem a tanta ação, nem sabe
Como no coração de um homem cabe
Subjugar tão valente a paixão dura,
Que inspira amor.
[...]
Despedem-se; e Albuquerque, pela vargem
Que ali se estende, a marcha ao centro guia;
De Borba tendo pronta a companhia,
E dos mais, parte em tropas do Gentio,
E das Velhas o nome impõe ao Rio."
(Vila Rica, Canto IV, vv. 728 e 729; 732-735; 739- 743)

E dali seguem viagem Garcia, Albuquerque e Borba Gato, junto a outros descobridores, até o encontro com o Itamonte. A descrição do rochedo inicia de espetacular o canto V, como uma “ídolo fatal”, ao mesmo tempo cruel, perigoso e condutor dos desbravadores, representando enfim esta percepção dupla da caminhada dos aventureiros em busca do domínio do ouro. Dentro dele há mortes, sangue, o aço das armas, mas também o ouro:

“Este ídolo fatal, que se alimenta
De humano sangue, um monstro representa
Armado sempre em guerra, cobre o peito
Três vezes de aço, e tem o braço feito
Ao furor, aos estragos e à ruína;
Tinto em sangue um punhal a mão fulmina,
E enterrando em um globo a aguda ponta
Pareceu intentar por nova afronta
Cravar o coração de todo o mundo;
Indignou-se, e do seio mais profundo
Suspirou esta vez; e conhecendo.”
(Vila Rica, Canto V, vv. 750-760)

O sangue e as guerras que rodeiam o Itamonte é o tema central do Canto V. Nele o autor faz referências às sublevações e atos de rebeldia existentes na localidade, o que

deveria impor às Minas um novo empenho administrativo que controlasse essas revoltas. Um dos primeiros a ser citado é um Frade, que a partir das notas do poeta faz-se crer tratar-se de Antônio Francisco de Meneses, religioso que, junto a Manuel Nunes Viana havia sido responsável pela sublevação dos emboabas. Há diversas referências a esses paulistas sublevados no fundamento histórico, que depois são utilizadas no poema. Segundo consta no documento, caracterizava-se naquelas localidades uma situação de inexistência de autoridade que contivesse os ânimos dos revoltosos, conforme se pode perceber a seguir:

“[...] só o despotismo e a liberdade dos facinorosos punham e revogavam as leis a seu arbítrio. O interesse regulava as ações, e só se cuidava em avultar em riquezas, sem se consultarem os meios proporcionados a uma aquisição inocente. A soberba, a lascívia, a ambição, o orgulho e o atrevimento tinham chegado ao último ponto.”⁶³

E, diante de uma breve ausência do então governador Arthur de Sá, que resolve acompanhar Borba Gato na empreitada que resultou no descobrimento do Rio das Velhas, se insta-la a situação de desordem, o que leva ao movimento dos embobas, conforme se pode perceber no trecho a seguir:

“Por este tempo se começaram a suscitar os ódios entre os filhos de São Paulo e os naturais de Portugal, que eles denominavam Buabas. Dous religiosos, cujos nomes e religiões se não declaram por se evitar o escândalo, fomentaram todo o calor desta desunião. Viviam eles na liberdade que permitia o País, e a impulsos de uma desordenada ambição atravessara com três arrobas de ouro o fumo e a cachaça, ou aguardente da terra, para a venderem monopolizadamente pelo mais alto preço. Quiseram logo praticar o mesmo com a carne dos gados, e encontrando a oposição dos Paulistas, resolveram acabar com eles, expelindo-os de uma vez das Minas, que eles que eles haviam conquistado, e em que estavam estabelecidos com as suas famílias e fábricas.

⁶³ Esta e as subseqüentes referências ao fundamento, até retornarmos ao poema, foram retiradas de: Costa, C. M. *Fundamento Histórico*. Em: Vila Rica. 1773. Extraído de: PROENÇA FILHO, Domício (org) *A poesia dos Inconfidentes* (Poesia completa de Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga, Alvarenga Peixoto. Artigos, ensaios e notas de Melânia Silva de Aguiar et al. Rio de Janeiro. Nova Aguilar, 1996. pg. 369-370

Sucedendo uns fatos a outros, e tomando corpo a emulação, conseguiram os Europeus a expulsão e despejo dos Paulistas pelos anos de 1709 para 1710, regendo-os nesta ação os dous Chefes, Manuel Nunes Viana, com o caráter de Governador, com que o decoravam os seus, e Antônio Francisco, com o de Mestre de Campo, por nomeação do mesmo Viana.”

A acusação dos líderes, que fundamenta a ação administrativa da expulsão dos chefes revoltosos, vem no fundamento pautado em comprovações documentais às quais o poeta-historiador faz questão de apontar, a partir de documentos que comprovam às referências aos revoltosos, utilizadas na poema entre os cantos V e VI. Eis o trecho do estudo onde Claudio Manuel da Costa cita essas fontes, que incluem documentos oficiais da secretaria de Governo de Minas Gerais e relatos registrados pelo Ouvidor da Comarca do rio das Mortes:

“Quais fossem estes dous homens, o dão bem a conhecer as notas que se ajuntaram ao Canto Quinto e Sexto e, posto que pelo que respeita a Viana se citasse só o testemunho do Conde de Assumar em uma carta registada no Livro nº 7 da Secretaria do Governo das Minas Gerais, no mesmo Livro se encontram infinitas outras, que acusam as intrigas, sublevações e desordens que ele continuava a maquinar nos distritos, onde vivia, do Rio das Velhas, as quais por brevidade se não transcrevem. Quanto a Antônio Francisco, o mesmo Conde dá um testemunho do seu caráter na carta escrita ao Doutor Valério da Costa Gouvea, Ouvidor da Comarca do Rio das Mortes, datada em 14 de março de 1718, páginas 22 e 23; [...]”

No poema os primeiros atos promovidos pelo povo sublevado, contra os paulistas, aparecem como impulsionados inicialmente pelo Frade Meneses que, no Canto V aparece, em longo discurso, como opositor do povo paulista, conforme se pode perceber no trecho abaixo:

“Ó Europeus, que loucos
Às portas esperais vossa ruína!
Credes que esta inação é de vós digna?
Assim vos vejo estar com gesto manso,
Quando a desconcertar vosso descanso
Corre armado o furor de um braço forte?”

Desconheceis acaso que outra sorte,
Outra fortuna vos espera, vindo
Tão próximo Albuquerque, a quem seguindo
Vem o infame tumulto dos Paulistas,
[...]"
(Vila Rica, Canto V, vv.781-790)

Conforme se percebe, o alerta recai inicialmente sobre os próprios portugueses, para que contenham os Paulistas a fim de não perderem sua capitania. Adiante questiona a vontade de domínio dos paulistas para com sua terra e a ação dos europeus para contê-los:

Ignorais que as montanhas estão cheias
Destes perturbadores, desde quando,
Arbitrária e fantástica ordem dando
Em o nome do Rei, os compelimos
A largar-nos as armas com que os vimos?
Se do auxílio do Grande se aproveitam,
Se a sua fé, se o seu favor aceitam
(Como é crível que o façam), que destino
Tão triste para nós! Eu imagino
Que não sois Europeus: a vossa glória
Acabou de uma vez para a memória.
Virá, eu vejo, o Montanhês tirano,
Roubará nossos bens, irá ufano
Contar aos nacionais seu vencimento;
Albuquerque, eu o vejo, em nobre aumento
Fará brilhar a Lusa Monarquia;
Nós lhe daremos nova glória um dia.
(Vila Rica, Canto V, vv.815-831)

O teor do discurso mostra claramente a apreensão dos emboabas em serem eles os verdadeiros representantes da Monarquia Portuguesa, ameaçada pelo povo paulista. Os revoltosos, nas palavras do Frei Francisco, então se preparam para a guerra contra Albuquerque. Lembrando, de maneira que beira ao provocativo, fatos como a humilhante retirada de D. Francisco Martins Mascarenhas, a qual trataremos adiante, e a própria morte de D. Rodrigo de Castelo Branco, os emboabas chamam os europeus para o confronto, conforme se pode perceber na descrição do trecho:

“Eia, Europeus briosos, eia amigos,
Vejam-se os ódios respirar antigos.

Torne, torne de nós a ser lembrada
De Dom Fernando a fresca retirada;
Venha em memória de Rodrigo o caso;
E ou em falsa traição, ou campo raso
Ataque-se Albuquerque, fuja e leve
De uma vez, pois que a tanto hoje se atreve
O desengano da ousadia sua”
(Vila Rica, Canto V, vv.832-840)

Sobre esta referida retirada humilhante do Governador D. Francisco Martins Mascarenhas o poeta já havia feito referências em seu estudo histórico. Consta nele que, diante dos tumultos e desordens em que estavam as Minas, o governador havia marchado desde o Rio de Janeiro no mês de junho de 1710, para chegar no Rio das Mortes com o intento de passar ao Ouro Preto, aonde residiam principalmente os chefes dos levantados. Nesta localidade se ofereceram alguns paulistas e filhos de Portugal mais bem intencionados para o acompanharem nesta diligência. Mascarenhas porém não consente o obséquio, por evitar assim algum ruído maior entre os sublevados. Não cessaram contudo eles de fazer espalhar a notícia de que D. Fernando trazia cargas de correntes e outros instrumentos de ferro para punir aos cúmplices do levantamento e conspiração contra os paulistas.

Ocorre que, percebendo a oposição dos paulista para com Mascarenhas, se dispôs Manuel Nunes Viana a disputar-lhe o governo, armando então um grande número de homens e repartindo ordens por todos os distritos circunvizinhos ao Ouro Preto. Chegava D. Fernando ao Arraial das Congonhas, distante oito léguas de Vila Rica, quando os que acompanhavam a Viana, avistando de longe ao Governador, clamaram em altas vozes: “Viva o nosso Governador Manuel Nunes Viana, e morra D. Fernando, se não quiser voltar para o Rio de Janeiro!”⁶⁴

⁶⁴ Ver: Costa, C. M. *Fundamento Histórico*. Em: Vila Rica. 1773. Extraído de: PROENÇA FILHO, Domicio (org) A poesia dos Inconfidentes (Poesia completa de Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga, Alvarenga Peixoto. Artigos, ensaios e notas de Melânia Silva de Aguiar et al. Rio de Janeiro. Nova Aguilar, 1996. pg.370-371

Meneses e Nunes Viana, conforme já se citou, estão envolvidos na revolta emboaba contra o povo paulista, persuadindo muitos dos paulistas a se integrarem em suas predisposições de intensa sublevação a fazer soar “Contra Albuquerque os insolentes peitos.” (Vila Rica, Canto V, v.862). Prenuncia-se o conflito:

“Já de Marte ao furor, campos estreitos,
Eu ouço em vós soar da guerra o brado,
A arcada trompa do Indiano ousado
Enche a terra de horror, de assombro os ares.
Conta-me, ó Fama, de que estranhos lares,
De que montes, florestas, vales, rios
Vistes correr os bárbaros Gentios,
Que o bravo Tutonaque armou de lanças?”
(Vila Rica, Canto V, v.863-870)

Tutonaque é cacique dos índios Tapajós, que neste ponto da narrativa aparece auxiliando os rebeldes na tarefa de resistir à chegada do Governador Albuquerque, conforme é perceptível no trecho a seguir;

“Tutonaque é quem manda a turba imensa;
Ele os nutriu no crime e na licença,
Cheios de raiva e de furor selvagem;
A seu arco é quem só dão vasselagem;
De verdes anos a domar valentes
Da onça as garras, e do tigre os dentes
Aprenderam talvez; o óleo os tinge
Do pau silvestre, que inda mais os finge
À vista horrendos; são caciques deles
Olinté, Mamigé, Teuco, Tameles,
Marminton, Quezincoal, Remlo, Kalupa.
Bárbara esquadra desta gente ocupa
Toda a falda de um monte; em roda os matos
Dão abrigo aos rebeldes, que insensatos
Não pensam mais que em fazer crer a todos
Que a antiga liberdade por mil modos
Será turbada, se o bom Chefe os rege.”
(Vila Rica, canto V, vv.876-892)

Prossegue o sublevado frei Francisco de Meneses a realizar um segundo discurso, desta vez defendendo o direito à liberdade indígena diante do conquistador. Vendo a questão do ponto de vista nativo o frei argumenta a impropriedade da lei

européia em terras americanas, defendendo assim a liberdade natural vivida até então nas tribos indígenas. Defendendo a lei local, do entendimento mútuo e do sentimento de justiça individual, o Frei se mostra também um verdadeiro defensor da causa indígena, conforme se pode perceber no excerto transcrito abaixo:

“Desconhecer inda a justiça: a idade
Tem [] a humana inteligência
Para abraçar sem susto o que é violência:
Que tormento maior a um livre peito
Que a um homem, a um igual viver sujeito?
A liberdade a todos é comua;
Ninguém tão louco renuncia à sua.
As leis, que um ente humano lhe prescreve,
Cego capricho sustentar-nos deve
Neste, diga-se embora fanatismo,
Embora seja abismo de outro abismo.
[...].”
(Vila Rica, Canto V, vv. 913-923)

E reconhecendo a impossibilidade de se livrar do governo, se põe com pesar em reconhecer que a partir de então já não se viverá mais livre pois a liberdade comum será então ameaçada pelas leis opressoras do Estado trazido por Albuquerque em sua ação administradora, conforme se pode perceber no trecho transcrito na sequência:

“O bem e a paz na obediência; eu vejo
Que não podemos já viver sem pejo.
Ao ludíbrio dos mais sacrificados
Nos tratarão de membros empestados;
Sobre nós cairá todo o castigo,
Que nos encobre agora um rosto amigo.
Longe, longe, tão baixos pensamentos;
Este é o fim, que segue a passos lentos
O novo Chefe; eu o provejo: posso
Contestar-lhe o poder; o resto é vosso”
(Vila Rica, Canto V, vv. 924-937)

A contrapor o discurso de Meneses surge neste momento da narrativa um determinado ser com aparência de velho índio cansado, entre as brenhas de cavernosa gruta. Descobre-se posteriormente tratar-se de Filoponte, uma espécie de gênio que aí

representa o próprio passado glorioso das descobertas. É importante notar aqui um recurso que se repete neste ponto da narrativa e em outros, a saber a constante disposição de elementos contrários à boa realização dos desígnios da conquista das terras mineiras, onde se destacam momentos que se dispõem sobre a selvageria dos indígenas ou a violência dos rebeldes, quase sempre seguidos de momentos onde surgem elementos a relembrar constantemente o passado glorioso dos antigos povoadores ou manifestar as virtudes do bandeirante em adentrar pelos sertões mineiros. As dificuldades parecem sempre engrandecer ainda mais a obra da descoberta do ouro e do estabelecimento da administração portuguesa nas Minas.

Filoponte, que desde seu aparecimento demonstra reconhecer os europeus e essencialmente Antônio Rodrigues Arzão, se dirige à Albuquerque mostrando-lhe imagens surgidas nas paredes de cavernas, onde se pode perceber elementos vários ligados à história de glória dos bandeirantes, bem como a continuidade delas no presente e no futuro. Também são mostradas a mineração, feita por índios e negros, acontecimentos políticos, tais como o conturbado governo de Manuel Nunes Viana, entre 1708 e 1709, onde ocorre a sublevação dos emboabas. Mostra ainda Albuquerque a pacificar as Minas, vencendo a revolta emboaba. Trata-se daquilo que aparece no poema com o nome de Teatro das Imagens, que serve no enredo pra lembrar um passado de glórias e iluminar os ânimos do presente na antevisão do futuro. Vale lembrar que, sendo providencialista a *História* como gênero a tratar das coisas feitas, também pode supor um futuro, dado o único princípio que rege as transformações históricas para o pensamento desta época – a saber a realização dos desígnios do grande corpo teológico e político representado no épico como o Império Português. Lembremos que ao escrever sobre o quinto império mundial, que nada mais era que Portugal, o Padre Antônio Vieira escreveu uma História do Futuro, prevendo a partir

dos passado e dos próprios desígnios bíblicos, que aí estavam em consonância temporal e religiosa, a continuidade dos impérios conduzidos agora por Portugal. Vejamos um trecho da obra:

“Nenhuma coisa se pode prometer à natureza humana mais conforme ao seu maior apetite, nem mais superior a toda a sua capacidade, que a notícia dos tempos e sucessos futuros; e isto é o que oferece a Portugal, à Europa e ao Mundo esta nova e nunca vista história. As outras histórias contam as cousas passadas, esta promete dizer as que estão por vir; as outras trazem à memória aqueles sucessos públicos que viu o Mundo; esta intenta manifestar ao Mundo aqueles segredos ocultos e escuríssimos que não chega a penetrar o entendimento. Levanta-se este assunto sobre toda a esfera da capacidade humana, porque Deus, que é a fonte de toda a sabedoria, posto que repartiu os tesouros dela tão liberalmente com os homens, e muito mais com o primeiro, sempre reservou para si a ciência dos futuros, como regalia própria da divindade. Como Deus por natureza seja eterno, é excelência gloriosa, não tanto de sua sabedoria, quanto de sua eternidade, que todos os futuros lhe sejam presentes; o homem, filho do tempo, reparte com o mesmo a sua ciência ou a sua ignorância; do presente sabe pouco, do passado menos e do futuro nada.”⁶⁵

Filoponte, ou o Gênio da Terra, é outra dessas criaturas mitológicas que aparecem no poema. Este, ao contrário do Itamonte, é totalmente greco-romano (Filo, do grego: amigo e pon-tis, do latim: ponte) e, por isso, está inteiramente a serviço da boa realização das pretensões de Albuquerque, conforme se pode perceber. É o gênio da concórdia, que age de modo a unir Albuquerque ao povo nativo, fazendo valer o princípio de unidade capaz de unir a todos como súditos do mesmo Império Português. É no mesmo sentido apontado pelo Padre Antônio Vieira que Filoponte aponta quando trata dos Europeus em seu *Teatro das Imagens*. A estrofe que encerra o Canto V bem o exemplifica:

⁶⁵ Ver Capítulo 1 de: VIEIRA, Pe. Antônio. História do Futuro. Em: Obras completas. Livraria Sá da Costa. Lisboa. 1953

“Encheu-se de tristeza, e o Gênio ativo,
Que atende a protegê-lo, logo um vivo
Esforço comunica ao nobre peito;
Antes que em fumo ou ar voe desfeito
De tanta idéia o quadro portentoso,
Quer declarar em tudo o misterioso
Teatro das imagens: vós agora
Influí-me uma voz alta e sonora,
Ninfas do pátrio Rio, com que eu possa
Cantar na glória minha a glória vossa”
(Vila Rica, Canto V, vv. 1090-1099)

A “diáfana máquina” de Filoponte exhibe, já no Canto VI, aspectos da geografia das Minas Gerais que, em sua descrição, adquire feições profundamente grandiosas a partir do desbravamento dos sertões pelas bandeiras paulistas. As imagens criadas pelo gênio são de uma plenitude eterna, que não deixam de lembrar um preceito sempre presente entre os chamados autores árcades; o *locus amoenus* onde eternamente deve pairar a bondade e a imunidade quanto à ação devastadora do tempo ou dos deuses, conforme se pode perceber nos versos transcritos a seguir:

"São estas, são as regiões benignas
Onde nutre a perpétua primavera
As verdes folhas, que abrasar pudera
Em outros climas o chuvoso inverno.
Dos mesmos Deuses o poder eterno
Não se atrevera a combater os montes
E as serras, que em distintos horizontes
Murando vão pelos remotos lados."
(Vila Rica, Canto VI, vv. 1103-1110)

Conforme se pode perceber a máquina de elogios de Filoponte continua funcionando bem e demonstrando as glórias dos desbravadores dos sertões. O discurso de Filoponte se dá em tom elegíaco, a listar os nomes de diversos bandeirantes, paulistas e portugueses. Todos a engrandecer com seus feitos e descobertas a monarquia portuguesa, conforme se pode perceber nos trechos transcritos a seguir:

“Levados do fervor que o peito encerra
 Vês os Paulistas, animosa gente,
 Que ao Rei procuram do metal luzente
 Co'as próprias mãos enriquecer o Erário.
 [...]

A exemplo de um contempla iguais a todos
 E distintos ao Rei por vários modos
 Vê os Pires, Camargos e Pedrosos,
 Alvarengas, Godóis, Cabrais, Cardosos,
 Lemos, Toledos, Paes, Guerras, Furtados,
 E os outros, que primeiro assinalados
 Se fizeram no arrojo das conquistas
 Ó grandes sempre, ó imortais Paulistas!"
 Ó grandes sempre, ó imortais Paulistas!
 Embora vós, Ninfas do Tejo, embora
 Cante do Lusitano a voz sonora
 Os claros feitos do seu grande Gama,
 Dos meus Paulistas louvarei a fama.”
 (Vila Rica, Canto VI, vv. 1117-1120; 1126-1137)

Como no louvor aos feitos portugueses *n'Os Lusíadas*, Cláudio Manuel da Costa neste canto constrói versos e mais versos a louvar os paulistas e o princípio de unidade do Império Português de todos os súditos, irmãos pelo princípio do verdadeiro poder monárquico. O elenco de sobrenomes condensa a memória nobilitadora dos homens envolvidos no estabelecimento das minas no Império Português, compreendida na emulação dos “barões assinalados” de Camões dá lugar aos paulistas, os "primeiros assinalados" que "Se fizeram no arrojo das conquistas."

O poeta emula Camões no duplo sentido de “emulação”: imitação e competição. Camões dirige-se às Tágides, ninfas do Tejo, afirmando que cantará o “ilustre Gama”. Concorrendo com ele, Cláudio também se dirige às Tágides, mas substitui Vasco da Gama pelos paulistas: “Dos meus paulistas louvarei a fama”. Os Paulistas são tão nobres ou tão dignos de louvor como Vasco da Gama e é sobre eles que deve recair o esforço épico:

"Embora vós, Ninfas do Tejo, embora
 Cante do Lusitano a voz sonora
 Os claros feitos do seu grande Gama
 Dos meus paulistas louvarei a fama."

Ademais, conforme se poderá compreender na estrofe transcrita a seguir, é Albuquerque quem vê, nas “buscadas Minas” todo o continente, como se, em uma representação simbólica, Minas fosse o modelo de riqueza almejado por Portugal em sua obra colonizadora em terras americanas. Sabe-se bem que a ânsia por descobrir o ouro já estava nas pretensões portuguesas desde o momento da chegada de Cabral à então nova terra. Sobre ela, o escrivão da frota Pero Vaz de Caminha já havia escrito:

"Nela até agora não pudemos saber que haja ouro, nem prata, nem coisa alguma de metal ou ferro; nem o vimos [...] Porém, o melhor fruto que dela se pode tirar me parece que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza nela deve lançar."⁶⁶

O que se revelava enfim, nesta pretensão, são os princípios mercantis que impulsionavam a sempre constante busca pela riqueza, presente nos motivos que impulsionavam as navegações; além do princípio católico evidenciado na obra da catequização. Ao contrário dos espanhóis, que logo se viram diante das ricas minas de Potosi, os portugueses sempre alimentaram o desejo de encontrar ouro no Brasil, ainda mais depois das descobertas espanholas em terras próximas à parte sul da então colônia portuguesa. Assim, as descobertas do ouro de Minas respondem a um antigo princípio que deveria estar presente como fio condutor de toda a obra da colonização. No trecho a seguir, a terra se converte toda em ouro, trabalhada por escravos africanos e índios, novamente em uma representação simbólica dos desígnios capitalistas da monarquia portuguesa em terras americanas:

“Em seu zelo outro espírito não obra
Mais que o amor do seu Rei: isto lhes sobra.
Abertas as montanhas, rota a Serra,
Vê converter-se em ouro a pátria terra;
O Etíope co'os Índios misturado
Eis obedece ao pródigo mandado
Dos bons Conquistadores: desde o fundo,

⁶⁶ Em: Castro, Sílvio. A Carta de Pero Vaz de Caminha. Porto Alegre: L&PM, 2003. pg. 115-116

De ouro e diamantes o país fecundo
Produzas grandes, avultadas somas.
Tu por empresa, nobre engenho, tomas
Fabricar inda o esférico instrumento,
Que o trabalho fará menos violento”
(Vila Rica, Canto VI, vv.1142-1153)

Desta longa explanação, resulta novamente em crítica à rebeldia dos maus súditos; o que em si tem um princípio educador, à medida que prescreve correção ao anunciar a desarmonia do Império. A desarmonia é prejudicial aos interesses particulares dos súditos e ao interesse do todo regido pelo princípio unificador do Rei:

"Já dos rebeldes o esquadrão ferino
Se conjura a fazer o roubo indigno,
Tomando outro partido esses, que devem
Respeitar um só Rei; ímpios se atrevem
A lançar desde os lares que tem feito
Os míseros Vassalos: o preceito
Intimado na voz do Rei lhes tira
As armas, um e outro se conspira,
E em vários choques, em ataques vários,
Ou morrem já, ou buscam solitários
E fugitivos o seu pátrio berço."
(Vila Rica, Canto VI, vv. 1154-1164)

Adiante, o princípio unificador e justo da monarquia, que une a todos os vassalos, aparece para justificar a violência da vituperação da rebeldia:

"Ide, infelices; o ânimo perverso.
Cessará uma vez de maltratar-vos;
O Rei sabe uni-los, sabe dar-vos
Justa satisfação, justa vingança."
(Vila Rica, Canto VI, vv. 1154-1164)

E Fernando, como bom súdito a serviço do Rei, aparece como o aplicador do princípio unificador, contendo a revolta e fazendo com que todos o compreendam, seja pelas palavras, seja pela força da autoridade, ainda que, conforme já se viu, sua

autoridade tenha sido profundamente abalada quando este buscou controlar a rebeldia de certos grupos de Vila Rica:

"Sobre eles vem Fernando, mas o lança
Inda o furor da levantada gente;
Volta a munir-se o capitão valente;
E a nosso benefício já protesta:
Fará cair no chão mais de uma testa."
(Vila Rica. Canto VI, vv. 1169-1173)

No entanto, conforme consta no estudo que fundamenta o poema, a autoridade só será reavaliada quando Albuquerque chegar ao local e controlar a desordem instaurada pelo governo de Manuel Nunes Viana, para posteriormente entregar o comendo novamente a Fernando, com a ajuda do governador baiano Sebastião Pereira de Aguilar conforme se pode perceber em trecho do *Fundamento Histórico*:

“Sem perda de tempo se pôs [Albuquerque] em marcha para as Minas, e levando a resolução de entrar nelas disfarçado como qualquer particular, buscou o Arraial do Caeté a avistar-se com um Sebastião Pereira de Aguilar, filho da Bahia, homem rico e poderoso, de conhecido valor e espírito, que tinha por então tomado sobre si atacar a Manuel Nunes Viana e todos os seus parciais pelas injustiças e violências que praticavam, especialmente com os filhos do Brasil de qualquer Província, a quem tinha transcendido o ódio conciliado contra os Paulistas.

Consta que o dito Sebastião Pereira de Aguilar escrevera a São Paulo a D. Fernando Martins de Mascarenhas, oferecendo-se-lhe para lhe segurar o governo com o poder de muitas armas e gentes que tinha já adquirido; e talvez foi este o motivo que obrigou a Albuquerque a buscar na sua entrada aquele distrito do Caeté, hoje Vila Nova da Rainha.”⁶⁷

No poema, como não poderia deixar de ser, Albuquerque aparece como o administrador por excelência, salvando os campos mineiros da ação malévola dos revoltosos de Viana e Meneses, conforme se pode perceber no trecho do poema transcrito na seqüência:

⁶⁷ Costa, C. M. *Fundamento Histórico*. Em: Vila Rica. 1773. Extraído de: PROENÇA FILHO, Domicio (org) A poesia dos Inconfidentes (Poesia completa de Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga, Alvarenga Peixoto. Artigos, ensaios e notas de Melânia Silva de Aguiar et al. Rio de Janeiro. Nova Aguilar, 1996. Ver: pg 371.

"Já dos parentes, dos amigos vossos
Se vão juntando e vêm correndo os grossos,
Esquadrões, que pertendem desde a Serra,
Fazer aos ímpios a sanguínea guerra;
Mas tu sucedes, Albuquerque invicto,
No bastão a Fernando; o Rei prescrito
As ordens te tem já, porque temperes
O orgulhoso furor: não consideres
Tão segura porém a tua entrada;
A vil conspiração mal apagada
Inda ao longe te forja e te fulmina
Nos levantados Chefes a ruína."
(Vila Rica, Canto VI, vv.1174-1185)

Enquanto Filoponte vai narrando esses fatos, é Garcia quem aparece novamente na narrativa, reencontrando-se com a comitiva de Albuquerque. Imediatamente o herói lhe pergunta sobre a sorte de Aurora e Argasso. E Garcia, de tão atônito, triste e impressionado com o que havia acontecido com eles, não consegue falar, sendo Fialho seu interlocutor, que passa a narrar em longo relato o ocorrido com eles nas aldeias indígenas onde haviam estado. O que lhe conta Fialho é a trágica morte de Aurora por ação de Eulinda, índia que aí aparece tomada de ciúmes diante do amor de Argasso por Aurora. Lembremos que os dois iam se casar, por intermédio do próprio Garcia e com cerimônia celebrada pelo Padre Fialho. Diante do casamento todos da tribo, incluindo o próprio Cacique, saem contentes a caçar, junto a Argasso e Aurora. Por intermédio da feiticeira Teriféia, que ajuda Eulinda em seu maléfico plano, Argasso acaba por flechar uma espécie de tigre que respira fogo e veneno pelos olhos, que aí parece representar o próprio Diabo. Ocorre que se trata de uma visão preparada pela feiticeira para enganar o índio, justamente instalada no local onde Aurora descansava. O resultado é que Argasso acaba por flechar Aurora em um trágico momento que configura um dos episódios mais belos de todo e épico. Transcrevemos a seguir a estrofe onde o índio lamenta por sua sorte, logo após ter acertado a flecha em Aurora, seguido a este evento o próprio índio acaba com a própria vida:

“Amor, disse, cruel, pois que funesto
Foi o fim de um princípio tão ditoso,
Pois que cortastes o vínculo gostoso
Que a dita, a mesma dita ia tecendo;
Bem que inocente o impulso inda estou vendo,
Que animou este braço, acabe o peito,
Onde ele se forjou; roto e desfeito
O véu que cerca esta alma, ela se aparte,
Indiana adorada, ou a pagar-te
Com seu eterno pranto a dura ofensa,
Ou a pôr de teus olhos na presença,
A mágoa enfim de um erro involuntário.”
(Vila Rica. Canto VI. vv. 1325-1338)

O consolo que vem na seqüência, de Albuquerque para com o amigo Garcia, põe em pauta as tópicas da instabilidade da vida e das mudanças da Fortuna para tratar das adversidades que povoam os caminhos daquele que se dispõe à conquista e à aventura do desbravamento dos sertões mineiros:

"Jamais se viu segura uma alegria,
Nem estável jamais pôde algum dia
Sustentar-se a fortuna de um ditoso
Espere sempre o inverno proceloso
Aquele por que passa a primavera;
[...]
Ó Vós, felices vós, que os doces anos
Entregais à virtude, eu vos agouro
O sempre imarcível, fresco louro,
Que vos há de levar na longa idade
Muito além da cansada humanidade."
(Vila Rica. Canto VI. vv. 1358-1362; 1367 - 1371)

Na seqüência, o canto VII traz a descoberta do Itamonte e alí a lembrança dos rebeldes conjurados e o momento da retirada de D. Fernando das terras que então governava, ainda presente na memória de Albuquerque. Logo no início do canto ocorre a presentificação a rebeldia como mal a ser extirpado pela ação dos conquistadores:

"De Fernando; inda vê de sangue tinto
O campo; e nota o ódio mal extinto
Dos infames rebeldes, conjurados."
(Vila Rica. Canto VII. vv. 1378-1380)

Como no camoniano episódio da Ilha dos Amores, d'*Os Lusíadas*, a primeira parte do canto possui certas doses de lirismo em meio ao épico, onde as ninfas aparecem a dialogar com os conquistadores. A primeira delas, diante de um Garcia ainda afetado pela morte de Aurora pede, como uma espécie de voz do destino, que não sustente o ódio a Eulina:

"Não acuse Eulina o brando peito;
Talvez Amor tirano a teu respeito
Quis que eu fosse cruel, e involutário
Seguiu meu pensamento esse contrário
Influxo das Estrelas; eu te amava,
E dentro da minha alma protestava
Não render o troféu desta beleza."
(Vila Rica. Canto VII. vv. 1398-1404)

Ouvindo então o lamento de Garcia, a agora convertida em ninfa Eulina, por mais que sofra sabendo das lágrimas que Garcia tem derramado por ela, encontra argumento na ambição dos paulistas como uma espécie de castigo divino. O lamento, que aí representa mais um elemento em contraposição à linha condutora dos princípios que conduzem Albuquerque e sua comitiva, possui aparentemente semelhança com o episódio camoniano do Velho de Restelo. Se não o é pela semelhança das personagens, uma ninfa neste e um homem velho naquele, temos um fundamento narrativo semelhante, possuindo uma funcionalidade específica dentro do enredo do épico, conforme se pode perceber no trecho transcrito a seguir:

“Aqui teu duro mal percebo e noto,
Quando, do agudo ferro o peito roto,
Dás à cega ambição em cópias de ouro
O que roubaste, mísero tesouro
De Itamonte, teu Pai, que não sabia
Que a seus cansados anos deveria
Suceder um tão fúnebre desgosto.

Cheio de mágoas te estou vendo o rosto
Com que acusas o humano atrevimento,
Quando lhe acordas o furor violento

Que faz de Polidoro a desventura,
Oh! ambição! Oh! sede! Oh! fome dura.”
(Vila Rica. Canto VII. vv. 1430-1441)

Eulina encanta Garcia de uma maneira que praticamente o hipnotiza. Ao primeiro chamado da ninfa, Garcia o atende e é surpreendido pela morte, pois acaba sendo tragado por uma urna que leva-o às profundezas, em uma transposição clara do mito indígena da mãe d'água. Agora o fator único indígena faz de Eulina destruidora, contrária aos portugueses. Resta depois aos demais, seguir em sua empreitada tendo agora também procurar por Garcia. Assim é descrito o acontecimento:

“Ouve Garcia o canto, e não atina
De onde tanto prodígio, mas de Eulina
A delicada face está patente:
Fita os olhos, e vê desde a corrente
Lançar a mão à praia a Ninfa bela;
Toma uma areia de ouro, e já com ela
Pulveriza os cabelos: neste instante
O sonho de Albuquerque o faz avante
Passar; os braços abre, à Ninfa chama;
Ela o vê, e não teme, e já se inflama
De amor por ele; aos braços o convida,
E abrindo o seio o Rio, uma luzida
Urna de fino mármore os sepulta,
Recebendo-os em si: ficou oculta
A maravilha a quantos o acompanham.
Em busca de Garcia já se entranham
Pelos matos mais densos, mas perdida
A esperança de achá-lo, e recolhida
Volta ao Herói a esquadra aventureira.”
(Vila Rica. Canto VII, vv 1442-1460)

Albuquerque volta então posteriormente a reunir sua comitiva novamente e discursa em favor do princípio de unidade que deve unir os bons súditos desbravadores do sertão, em um claro momento de louvor aos paulistas. É notório que Cláudio Manuel da Costa busca fundamentar um princípio que realmente acredita: o da unidade entre os súditos, tanto os da Capitania de Minas quanto aqueles que viviam em Portugal. Já

vimos anteriormente neste trabalho o quanto essa crença estava longe de constituir uma regra, dada a condição ao súdito do Estado do Brasil, se comparado ao reinol.

Conforme se expressa em algumas partes do poema, a unidade do grande corpo místico do Império manifesto na obra colonizadora unifica os interesses opostos de paulistas e europeus em diversos argumentos que demonstram o empenho conjunto deles no desbravamento dos Sertões e na descoberta do ouro. A conclusão é uma só: o Rei a todos considera e a todos une sob a harmonia de sua autoridade. Sendo assim, o autor louva a ação européia no desbravamento dos sertões:

"Quando a honra do empenho ao campo o chama.
Não é valente, não, o que se inflama
No criminoso ardor de a cada instante
Dar provas de soberbo, e de arrogante
Os Europeus são fáceis neste arrojo."
(Vila Rica. Canto VII, vv 1480-1484)

mas também fala aos paulistas;

"Que zele cada um, que guarde, e reja
O que adquire o seu braço, quando a inveja
Lho pretende roubar? Estas conquistas,
A quem se deverá mais que os Paulistas?"
(Vila Rica. Canto VII, vv 1490-1493)

No entanto, o que permanece é a unidade definida no princípio do poder monárquico, tornando imprópria qualquer tentativa de buscar uma comparação dos valores de feitos europeus e paulistas, visto que todos se igualam como elementos do grande e poderoso corpo místico que se revela no absoluto do poder do Rei:

"Acaso um mesmo Rei nos não protege?
Uma só Lei a todos não nos rege?
Do tronco português não é que herdamos
O sangue de que as veias animamos?
Não faz comuas um Vassalo as glórias.
Do seu Rei? Do seu Reino? Das vitórias
Que um ganha, o outro perde, não alcança
A todos o infortúnio ou a bonança?"
(Vila Rica. Canto VII, vv 1500-1507)

Em suma, este princípio unificador dispõe, nas entrelinhas do texto, aquela busca incessante que aparece por todo o épico de meios de inserir o Estado Americano na ação do Império Português. Seja na reafirmação constante da igualdade dos súditos perante o mesmo o mesmo rei (ainda que os impostos que levaram à Inconfidência mostrassem que havia sim diferenças qualitativas entre os súditos de lá e os de Minas), seja na caracterização do lugar rústico como também digno de glórias. Seja nas aldeias, seja na corte, podem surgir os heróis:

"Árbitro entre vós outros me conheço,
Do Europeu, do Paulista faço apreço,
E distinguindo em todos a virtude
Não espereis que de projeto mude
Não faz a Pátria o Herói, nascem de Aldeias
Almas insignes, de virtudes cheias;
E nem sempre na Corte nobre e clara
Ingênuo sério, portentoso e raro
Se vê de corações, que resplandecem
Pela glória somente, e nela crescem."
(Vila Rica, canto VII, vv.1512-1521)

Adiante, o herói recebe a notícia de uma rebeldia, dado que os montes estão cheios de chefes conjurados de violência impressionante. Trata-se da rebelião emboaba levada a cabo por Manuel Nunes Viana e o Frei Francisco de Meneses, que acabou por forçar a saída de D. Francisco de Vila Rica dado que os habitantes dali estavam do lado dos conjurados e não do então governador interessado em instituir a ordem na região. Vimos, nas informações trazidas pelo *Fundamento Histórico* e já citadas neste trabalho, que fora apenas com a intervenção de Albuquerque e de alguns outros governadores que se pode restituir o governo da localidade à D. Fernando de Mascarenhas.

Neste ponto da narrativa o “gênio vigilante” novamente aparece, agora a guiar o herói ao encontro de Sebastião Pereira de Aguillar que, conforme vimos, auxilia o herói no processo de pacificação da região insurreta, e também ao encontro dos chamados “irmãos Pereira”. Embora sejam habitantes da região, são ligados ao Governador D.

Fernando e também juram fidelidade a Albuquerque, pois lamentam a inexistência de autoridade na região, conforme se percebe no trecho transcrito a seguir:

[...] Eis o Gênio vigilante,
Que o perigo iminente está prevendo,
Com seus influxos sobre o Herói descendo,
Da mão o prende e o guia a um sítio aonde
O escuro Caeté de acordo esconde
Um magnífico Paço, em que destina
Que tenha o Herói habitação mais digna.
Aqui dos três Pereiras o esperava
O nobre ajuntamento, e protestava,
Cada um em seu nome, que faria
Cair por terra a infame rebeldia;
(Vila Rica, canto VII, vv.1575-1585)

As reflexões do final do canto novamente funcionam como crítica dessa rebeldia, o que reafirma a autoridade do Rei como princípio unificador, o que ocorre também, conforme já mostramos aqui, em vários momentos do *Fundamento Histórico*⁶⁸. Ou pela brandura das palavras ou pelo esforço da violenta repressão, a ação de Albuquerque deve contê-la:

"Onde a polícia não tem inda entrado;
Pode o rigor deixar desconcertado
O bom prelúdio desta grande empresa,
Convém que antes que os meios da aspereza
Se tente todo o esforço da brandura.
[...]
O conceito, que pede a autoridade,
Necessária se faz uma autoridade
De razão e discurso; quem duvida
Que de um cego furor corre impelida
Que a todos falta um condutor prudente
Que os dirija ao acerto? Quem ignora
Que um monstruoso corpo se devora
A si mesmo, e converte em seu estrago
O que pensa e medita? Ao brando afago.
(Vila Rica, canto VII, vv.1592-1596; 1602-1611)

⁶⁸ Para constar apenas um exemplo, podemos citar o caso da rebelião emboaba, impulsionada por Manuel Nunes Viana e o Frei Francisco de Meneses, que forçaram a retirada do então governador D. Fernando de Mascarenhas do território de Vila Rica, posteriormente apaziguadas pela ação de Albuquerque em conjunto com outros governadores. Para maiores detalhes ver: Costa, C. M. *Fundamento Histórico*. Em: Vila Rica. 1773. Extraído de: PROENÇA FILHO, Domicio (org) A poesia dos Inconfidentes (Poesia completa de Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga, Alvarenga Peixoto. Artigos, ensaios e notas de Melânia Silva de Aguiar et al. Rio de Janeiro. Nova Aguilar, 1996. Ver: pg 370-371

Assim, a manutenção do princípio unificador determina e justifica a utilização da violência pelo bom súdito, o herói Albuquerque, que contribui à unidade do Império Português na América:

"A render ao meu Rei toda a obediência,
Então porei em prática a violência;
Farei que as armas e o valor contestem
O bárbaro atentado: e que detestem
A preço de seu sangue a torpe idéia.
[...]
"Confunde-se os infames, e destina.
Cada um desde já buscar o meio.
De por de parte o crime enorme e feio.
E acreditar aos pés do Herói que chega.
A fé, com que ao seu Rei, se rende e entrega."
(Vila Rica, canto VII, vv.1614-1618; 1635-1643)

No canto VIII, novas discórdias aparecem fomentadas no mesmo interesse e, nesse ínterim, o herói novamente se põe diante de infame rebeldia, a que chama de "guerra atéia que aos mortais destroça". Como rebeldia política, a inconfidência da parte americana do Império Português é interpretada como sendo também manifestação de ateísmo. Manifestar-se contra o rei é voltar-se contra o catolicismo que fundamenta o Estado, em mais uma demonstração da unidade do grande corpo místico do Estado Português. A monstruosidade da insubordinação é figurada, em versos subseqüentes, como víbora a deteriorar o corpo ou vulcão a expelir lava pelas suas partes insubordinadas:

"Víboras os cabelos são, que estende
Sobre a enrugada testa, um Etna acende
Em cada olho, e da boca em cada alento.
O veneno vomita o mais violento.
Tem por despojos a seus pés caídas.
Púrpuras rotas, destroçadas vidas."
(Vila Rica. Canto VIII, vv. 1654-1659)

Propondo que a rebeldia é engano e traição de Reis e Imperadores, a imitação épica da história mais uma vez se mostra providencialista, quando evidencia a autoridade do Estado:

"De Reis, de Imperadores; vem cercada.
Da traição e do Engano, e disfarçada.
Entre estes monstros com fingido resto
A hipocrisia tem seu tronco posto."
(Vila Rica. Canto VIII, vv. 1660-1663)

Na seqüência, o autor dá voz à própria Hipocrisia, de modo a demonstrar a insanidade de suas palavras enunciadas no poema carregadas de fúria e rebeldia, despejadas sob a figura de Albuquerque:

"Quisemos impedir a triste entrada
Deste Herói, que nos traz ameaça
Toda a ruína de uma longa idéia."
(Vila Rica. Canto VIII, vv. 1674-1676)

E, mais adiante:

"Se passou Albuquerque, e tem rompido
Ao centro destas Minas, destruído
Eu verei de uma vez o seu projeto.
Toma a meu cargo simular o aspecto.
De uma rendida sujeição, levando
Na lisonja encoberto o insulto, e quando
Ele acredite mais nossa obediência,
farei que, rota a máscara, a violência
Dentro dos nossos braços o acometa;
que morra a frio sangue ou que se meta
Às brenhas fugitivo, e busque a estrada.
Que lembra de Fernando a retirada."
(Vila Rica. Canto VIII, vv. 1677-1695)

O canto se configura assim como uma seqüência de elementos alegóricos que exercem, na constituição da narrativa, a função de incitar o ânimo cruel dos rebeldes, influenciando negativamente a missão de Albuquerque. Lá aparecem a Traição, o Engano e a Hipocrisia, todas personificadas em discursos que atravessam o caminho dos

desbravadores. O 'hábito nocivo', conforme o chama, é visto como pestilência a contaminar tudo o que vê pela frente, trazendo serpentes e feras que a tudo envenenam.

De súbito, o autor muda a perspectiva da narrativa, passando a tratar dos amores de "Garcia Amante" nos braços de Eulina. Com ela, pelo "peregrino Rio" adentra rico pavimento carregado por luzes, colunas de cristal e lâminas de ouro. É a imagem do mando, da 'Régia Autoridade' a encantar Garcia:

"Da fortuna e do Tempo os privilégios
Inculcam dominar; nas mãos sustentam
As insígnias do mando, e representam
A Régia Autoridade: em cada testa
Lhes verdeja o laurel que manifesta.
A duração da imarcercível fama."
(Vila Rica. Canto VIII. vv. 1729-1734)

Eulina é então chamada por Garcia para sentar-se "em assento de ouro machetado" e contemplar o Itamonte, voltando assim novamente o pensamento à realidade empírica da natureza dos sertões mineiros figurada maravilhosamente no gigante irmão de Adamastor. A mesma Eulina é descrita neste ponto com imagens que a assemelham às belezas naturais mineiras:

"Eulina, que nas graças não receia
Competir co'a Deidade que o Mar cria,
de transparente garça, se vestia,
Toda de flores de ouro matizada.
(...)
Em seus olhos; tão ricas, como belas,
Muitas ninfas em roda a estão cercando,
Nas lindas mãos nevadas sustentando
Os tesouros que oculta e guarda a terra."
(Vila Rica. Canto VIII.vv. 1755-1758; 1761-1765)

E mais do que parâmetro à beleza com que Eulina compete com a camoniana deusa Tétis, o Itamonte e o meio natural estão no poema como presentes dos Deuses, pois foi ali que se descobriram ouro e esmeraldas. De Itamonte surge inclusive o lustro dos cabelos de Eulina. No mesmo momento, a mitologia é novamente empregada para

glorificar as descobertas de ouro e esmeraldas, conforme se pode perceber na estrofe transcrita a seguir:

“Niséia em uma taça oferecia
Um monte de custosa pedraria,
Em que estão misturados os diamantes,
Co'as safiras azuis, e co'os brilhantes
Topázios, co'os rubis, co'as esmeraldas
Que servem de esmaltar essas grinaldas,
De que as Ninfas do Rio ornam a frente.”
(Vila Rica. Canto VIII.vv. 1766-1772)

Novamente a contrapor locais que transpõem a realidade para o sonho – como no episódio de Garcia e Eulina entre o rio e a luxuosa construção – o Itamonte passa a dialogar com Garcia, revelando a este como Albuquerque foi recepcionado pelos irmãos Pereira e o enfim estabelecimento da ordem entre os homens insurretos de Manuel Nunes Viana. Em sua fala, revela certo contentamento em ter homens como ele e Albuquerque empenhados na tarefa de desbravar a *pátria-Minas*, e clama aos céus para que possa a eles, e só a eles, revelar o segredo de suas riquezas, e assim o faz:

“Um corpo de Europeus a quem oculto.
Tenha ainda os tesouros que sepulto
Permite o céu que sejas o primeiro,
A quem eu patenteie por inteiro
Todo o segredo das riquezas minhas.
Já desde quando no projeto vinhas
De encontrar as preciosas esmeraldas,
Eu te esperava deste monte às faldas.”
(Vila Rica.Canto VIII. vv. 1828-1835)

É clara a orientação providencialista da história escrita poeticamente por Cláudio Manuel da Costa. Tudo revela uma espécie de desígnio divino escrito por antecipação; uma espécie de destino a revelar um mundo que é extensão em amplos aspectos da Europa católica. O Itamonte espera a chegada dos heróis para revelar seus segredos, suas riquezas, como se a inculta América já aguardasse por muito tempo a salvação, a

verdade e a civilização européia. O autor claramente reproduz esta maneira de pensar, típica da educação contra-reformista recebida em seus anos de estudante.

E discorre o Itamonte sobre a riqueza de seu 'louro metal' e de seus diamantes, prevendo a glória de sua exploração, prevendo no empenho de Garcia o início de um grande engenho:

"Sobre grossos canais ao alto erguidas
as correntes do Rio, e divertidas
da margem natural, dão estrada.
à industriosa mão, que já rasgada
uma penha, e mais outra, faz que a terra
descubra aos homens o valor que encerra
de ti, ó Rei, das tuas mãos só fio
romper o seio do empolado Rio"
[...]
"Nas margens suas de nascer não tarda.
O grato engenho, que decante um dia
As memórias da Pátria, e de Garcia,
Que levante Albuquerque sobre a fama,
Que a Vila adorne de triunfante rama,
E dos pátrios avós louvando a empresa
Sobre o estrago dos anos deixe acesa
A memória de feitos tão gloriosos;
Crescei para o cercar, louros famosos."
(Vila Rica.Canto VIII. vv. 1891-1898; 1900-1908)

Itamonte finaliza o canto fazendo um pedido de proteção contra o elemento indígena devastador. Mais uma vez o rochedo, vivo na poesia de Cláudio Manuel da Costa, glorifica a exploração do civilizado português às custas do elemento natural indígena não-civilizado:

"Encobertas serão as pedras finas
Por uma longa idade, e fatigadas.
Serão de balde as serras levantadas.
Do escuro Caeté onde se abriga
O Botocudo infiel, gente inimiga,
Gente fera e cruel, que o sangue bebe.
Humano, e encarniçado não percebe
Zelo algum pela própria natureza.

Todos esses tesouros e a grandeza
De todas estas pedras determino,
Que por mão de um benévolo destino

Vão buscar inda a Lusa Monarquia."
(Vila Rica. Canto VIII. vv. 1922-1933)

Ao encerrar o canto, concebe a voz do Gigante como algo dado pela ninfa, após perpassar algumas referências à mitologia, tanto no que diz respeito ao amor de Eulina, quanto às falas do gigante Itamonte. Mais uma vez, as Musas aparecem para encher de glórias o escrito do poeta árcade, incluindo sua poesia e o motivo poético de sua pátria-Minas no conjunto de textos que compunham até então as autoridades das Belas Letras. Há referências a outros textos, como o episódio do gigante Adamastor de *Os Lusíadas*, quando o autor elogia as falas de Itamonte:

"Tomando a lira, e com suave efeito
Soar fazendo as cordas de ouro fino
Em cadências de um número divino
De Itamonte lembrava a grande história.
Contava que empreendendo por mais glória
Os deuses conquistar deste hemisfério
Deixando a Adamastor no vasto Império.
Das ondas lá no Atlântico oceano
O pacífico mar buscara ufano;
Que de um raio de Júpiter ferido
Fora em duro penhasco convertido."
(Vila Rica. Canto VIII. vv 1948-1959)

Tudo surge ao herói colonizador a partir do Itamonte, a revelar também no ouro um recomeço, como se pode perceber na estrofe final do canto:

"Tudo isso canta a ninfa, e alegre passa
A dar à linda voz mais bela graça
Levando o rosto, e os olhos aplicando
Para as lâminas de ouro, e reparando
Em cada uma, concebe um novo alento;
Aqui levanta e esforça o acorde acento,
E como se Itamonte lhe influíra,
Do peito do gigante as vozes tira."
(Vila Rica. Canto VIII. vv 1981-1988)

O Canto IX se inicia com o poeta a fazer uma reflexão sobre a própria obra até então, reafirmando mais uma vez o valor do próprio berço e tratando de seu ofício,

revelando o pouco que obteve em sua poesia, lamentando também não ter feito antes esses versos. Reflete também sobre a chegada da velhice depois de cantar Nise e as belas ninfas e pastores encontra na velhice: “A pálida doença e o Humor nocivo / Pouco a pouco destrói o suco ativo / que da vista nutrira a luz amada.” (Vila Rica. Canto IX.vv.1997-1999) Quanto ao apreço e reconhecimento como autor, tem por certo que nada obteve, porém, assim como o cantar da amada Nise o impulsionou, é o cantar do próprio berço que lhe serve de melhor recompensa e estímulo:

"Tampouco vi a testa coroada
De capelas de louro nem de tanto
Preço tem sido o lisonjeiro canto,
Que os mesmos que cantei me não tornassem
Duro, prêmio; se a mim não sobrassem
Estímulos de honrar o pátrio berço."
(Vila Rica. Canto VIII. vv 2000-2005)

No entanto, o intuito maior do Canto IX é o louvor à série de governadores mineiros e também ao processo de constituição administrativa das principais vilas, cidades e comarcas que surgiam ao redor da exploração do ouro. O assunto também está pautado em referências documentais no estudo que introduz o poema, onde o autor dispõe de diversas informações documentais acerca da constituição de localidades como Vila do Carmo, hoje Cidade Mariana; Ouro Preto, também chamada de Vila Rica; Sabará; Caeté ou Vila da Rainha; Rio das Mortes, Vila de São João e São José; e Serro Frio ou Vila do Príncipe. Ao dispor por exemplo da formação e constituição de Vila Rica, as informações sobre os primeiros povoadores, a localização da região e outras informações adicionais são bem precisas e pontuais, de tal maneira que só podem ser resultado de um trabalho minucioso e bastante atento sobre a constituição dos distritos surgidos ao redor da exploração aurífera, conformes podemos ver no trecho transcrito a seguir:

“Ouro Preto ou Vila Rica

O OURO PRETO, que compreende em si vários ribeiros e morros com diferentes denominações, como são Passadez, Bom Sucesso, Ouro Fino, ou Bueno etc, teve por descobridores nos mesmos anos de 1699, 1700, 1701 Antônio Dias, natural de Taboaté, ao Padre João de Faria Fialho, natural da Ilha de São Sebastião, que viera por Capelão das Tropas de Taboaté, a Tomás Lopes de Camargo, que se sitiou nas lavras, que ao depois vieram a ser de Pascoal da Silva, e a Francisco Bueno da Silva, ambos Paulistas, e este último primo do primeiro descobridor da Itaverava, Bartolomeu Bueno: de todos estes tomaram nome alguns bairros de Vila Rica. Foi criada a Vila pelo Governador Albuquerque, no dia 8 de julho de 1711; está situada em 20 graus e 24 minutos ao poente.”⁶⁹

Adiante o poeta historiador dispõe, no fundamento, de informações acerca das realizações de grande parte dos governadores que estiveram na administração de Minas Gerais, desde D. Rodrigo, passando por Arthur de Sá e pelo próprio conjurado Manuel Nunes Viana e por D. Fernando de Mascarenhas, até chegar ao Conde de Bobadela, motivo de elogio do poema, sem deixar de tratar dos feitos de Antonio de Albuquerque – o herói de todo o épico. Já tratamos aqui de alguns desses governadores, primeiramente na análise que fizemos no capítulo anterior e nas referências que fizemos à contenção das revoltas como a dos emboabas, pacificada pela ação de Albuquerque. O que é importante aqui é destacar agora como esses elementos aparecem utilizados no épico, sobretudo no que tange às ações gloriosas de Albuquerque.

Sobre D. Rodrigo, dado a dramaticidade de sua morte e por ser o primeiro dos governadores, tem seu relato feito de maneira mitológica e sublime, pelas palavras de Eulina:

⁶⁹ Costa, C. M. *Fundamento Histórico*. Em: Vila Rica. 1773. Extraído de: PROENÇA FILHO, Domicio (org) *A poesia dos Inconfidentes* (Poesia completa de Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga, Alvarenga Peixoto. Artigos, ensaios e notas de Melânia Silva de Aguiar et al. Rio de Janeiro. Nova Aguilar, 1996. Ver: pg 365

“Aquele (e no primeiro se firmava),
Aquele que na frente traz gravado
O caráter de um ânimo empregado
Em contínuas fadigas, que inda sua
Por entre a espessa brenha e serra nua,
Vencendo ásperos riscos e as correntes
Dos rios não cortadas de outras gentes
Mais que do hirsuto e bárbaro Gentio,
É Rodrigo, que junto àquele rio
Que acabas de pisar a vida entrega
Às mãos de uma ousadia infame e cega.
Em vão tentou ao Rei dar novo aumento
Das Minas no feliz descobrimento,
Que atalhando seus passos duro fado
Aqui lhe tinha a urna preparado:
Em vez de roxos lírios e açucenas,
Bárbaras flores lhe derrama apenas
Piedosa mão, se acaso Monstro enorme
Seu túmulo não pisa, e nele dorme.”
(Vila Rica. Canto IX, vv. 2010-2028)

E, diante de Artur de Sá, o segundo dos governadores e Borba Gato, o túmulo de D. Rodrigo indica a existência do ouro, como obra da divina providência. Nas palavras do poeta ali se mostra "O luzente metal, que em longos anos / se negara à fadiga dos humanos" declarando novamente a todos a história providencial que conduz os desbravadores pelo sertão. Nesse sentido, conforme pudemos perceber, personagens como Garcia e Albuquerque são organizadores das Minas e, para tanto, opressores da rebeldia, que fazem valer a autoridade do Rei. Ao tratar do também herói Fernando na voz de Eulina, o poeta mostra essa concepção:

"O terceiro é Fernando, que sustendo
Difícilmente as rédeas se esta vendo
Entre os insultos da rebelde gente;
Desde longe a ameaça a bala ardente
A crua espada e o punhal ferino,
Se não volta e obedece ao seu destino;
É prudente o varão; vê-se arriscado
O respeito não quer e a autoridade,
Que sustenta do rei a Majestade."
(Vila Rica. Canto IX, vv. 2037-2046)

A voz de Eulina tece homenagens diversas também a Albuquerque, por sua obra de revelar as riquezas de Minas e de pacificar o ímpeto revoltoso dos emboabas. O recurso comparativo, utilizando-se de exemplos da História e da mitologia é utilizado como parâmetro a fim de medir a grandiosidade dos feitos do herói. Eulina compara a riqueza trazida pelas descobertas do herói Albuquerque aos polidos bronzes de Corinto, e a firmeza da ação apaziguadora do bandeirante como um Deus a decepar a decepar a cabeça da hidra. Sua recompensa por tanto é dada adiante pelas palavras de Eulina:

"Quanto do seio meu se encerra dentro
Liberal eu virei dar-lhe em tributo;
Da grande cópia do amarelo fruto
Os curvos lenhos em fecundas frotas.
Irão levar às regiões remotas.
As preciosas porções, que nunca vira.
Em tal grandeza o Rei, que dividira
As águas do Eritreu e desde o Tiro
Ao claro Ofir voou com longo giro."
(Vila Rica. Canto IX, vv. 2060-2068)

Prossegue, fazendo importantes referências à urbanização de diversas vilas, entre elas a Vila do Carmo e a Vila de Ouro Preto. Daí em diante, o poema faz referências ao projeto de pacificação, urbanização e colonização de Minas Gerais. Cita os descobrimentos do Governador D. Brás da Silveira, descobridor de trinta arrobas de ouro sem grandes mostras de violência contra indígenas e contando por isso com o agradecimento do Rei. No poema a referência paira somente no sobrenome “Silveira”, o que a princípio não elucida se o poeta esta tratando do *Governador D. Braz da Silveira* – um dos responsáveis pela constituição administrativa de localidades como o Caeté, ou Vila da Rainha, e Serro Frio, também chamado de Vila do Príncipe – ou Carlos Pedroso da Silveira, um dos dois paulistas que apresentaram amostras do ouro das Minas Gerais ao Governador do Rio de Janeiro, Antônio Paes de Sande, pelos anos de 1695, ambos citados no *Fundamento Histórico*. A dúvida logo se elucida na cotinuidade do poema,

onde se mostra tratar-se de um dos fundadores das vilas como “Ditasas povoações, que hão de algum dia / Encher de lustre a Lusa Monarquia.” (Vila Rica, Canto IX, vv. 2087 e 2088) e da constituição do limites das comarcas, sendo portanto o Governador D. Braz da Silveira:

“Criadas as três Vilas, já demarcas
Os distintos limites das Comarcas:
Dás com próvida mão leis, e moderas
As discórdias civis; já consideras
Domado o povo, e em sucessão gloriosa
Ao claro Almeida entregas a preciosa
Porção das Minas do Ouro: ó tu, mil vezes
Digno filho de Marte, que os arneses
Acabas de romper entre os Iberos;
Que ousados braços, que semblantes feros
Te não cabe aterrar! Ao longe eu vejo
Erguer-se a multidão, que em vão forcejo
De atrair e render; vem arrastando
Infames Chefes o atrevido bando:
Chegam, propõem, disputam; nem se nega
Teu intrépido rosto à fúria cega
Do fanático orgulho. Ah! não se engane
O Vassalo infiel; bem que profane,
Que ataque e insulte a Régia Autoridade,
Ao destroço da vil temeridade
Será o campo teatro, e em sangue escrito
Chorarão sem remédio o seu delito.”
(Vila Rica. Canto IX. vv. 2089-2110)

O bandeirante D. Braz Silveira, conforme é perceptível nas pesquisas de Cláudio Manuel da Costa para a composição do *Vila Rica*, teria participado da constituição administrativa de arraiais como o do Caeté, depois chamado de Vila da Rainha e também de localidades como o Serro Frio, ou Vila do Príncipe⁷⁰. Certamente pela experiência administrativa, tinha comandado uma das primeiras tentativas de estabelecer uma divisão de comarcas administrativas entre as cidades que se formavam

⁷⁰ Para maiores referências acerca da participação de D. Braz da Silveira na formação de Caeté Serro Frio ver: PROENÇA FILHO, Domicio (org) A poesia dos Inconfidentes (Poesia completa de Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga, Alvarenga Peixoto. Artigos, ensaios e notas de Melânia Silva de Aguiar et al. Rio de Janeiro. Nova Aguilar, 1996. Ver: pg 365-367

ao redor da extração do ouro, ficando assim sem sombra de dúvida tratar-se de D. Braz da Silveira, conforme se pode perceber no trecho que selecionamos abaixo:

Primeira divisão das Comarcas

EM 6 DE ABRIL DE 1714 se fez a divisão das Comarcas com assistência do Sargento-Mor, Engenheiro Pedro Gomes Chaves, e do Capitão-Mor Pedro Frazão de Brito, e se assentou que a Comarca de Vila Rica se dividisse dali em diante da de Vila Real, indo pela estrada de Mato-Dentro pelo ribeiro que desce da Ponta do Morro, entre o sítio do Capitão Antônio Ferreira Pinto e do Capitão Antônio Correia Sardinha, e faz barra no Ribeirão de São Francisco, ficando a Igreja das Catas Altas para a Vila do Carmo, e pela parte da Itaubira se faz divisão no mais alto do morro dela, e tudo o que pertence a águas vertentes para a parte do sul tocará à dita Comarca de Vila Rica, e para a parte do norte tocará à Comarca de Vila Real. O Ribeirão das Congonhas, junto do qual está um sitio chamado Casa Branca, servirá de divisão entre as Comarcas de Vila Rica e de São João d'El-Rei, devendo tocar a Vila Rica tudo o que se compreende até ela vindo do dito ribeirão para as Minas Gerais; e do mesmo pertencerá à Comarca de São João d'El-Rei tudo o que vai até à Vila de Guaratinguetá pela Serra da Mantiqueira. *Presidiu a esta repartição o Governador D. Brás Baltezar da Silveira, e assinaram nela todos os Procuradores das Vilas. Consta do Livro dos Termos na Secretaria do Governo, à fl.36*⁷¹

Segue a narrativa a estabelecer relatos gloriosos da administração portuguesa nas Minas, obedecendo à ordem semelhante àquela encontrada no Fundamento Histórico. São Almeidas, Melo e Castros e Galveas que se sucedem na administração das Minas a conter revoltas, a lidar com o ânimo bravio de certos gentios e a buscar estabelecer um efetivo domínio desses territórios. Entre os Almeidas consta no Fundamento o nome de D. Pedro de Almeida, que estabeleceu o governo das vilas que se formaram ao redor do Rio Das Mortes, tais como a Vila de São João e a de São José, conforme se pode perceber no excerto abaixo:

“Rio das Mortes, Vila de São João e São José
O Rio DA MORTES, que os Paulistas e viandantes das mais partes atravessavam freqüentemente, por distar nos primeiros tempos do Ouro Preto pouco mais de cinco dias de jornada

⁷¹ IDEM nota anterior. pg. 367 (grifo meu)

ordinária, foi descoberto por Tomé Portes d'El-Rei, natural de Taboaté, passados muitos anos depois do descobrimento das primeiras povoações. Aí se criou a Vila de São João d'ElRei, ficando-lhe ao nascente a de São José, no lugar então chamado a Ponta do Morro; foi descobrimento de José de Siqueira Afonso, natural de Taboaté. Foram criadas estas Vilas pelo Governador D. Pedro de Almeida, em 19 de janeiro de 1718. A Vila de São João está em 21 graus e 20 minutos; São José em 21 e 5.”⁷²

Mais uma vez o que se percebe é a precisão da informação obtida em detalhes no estudo, enquanto que no Fundamento o que se percebe é uma glorificação sempre positiva dos paulistas e portugueses bandeirantes. Tanto a utilização da história, como também de uma esfera mítica, servem no poema de modo a constituir níveis discursivos que ilustram tanto as dificuldades do caminho quanto a bravura dos descobridores em apreensões que resultam enfim em celebrações da virtude dos desbravadores dos sertões, conforme se pode perceber em trechos do poema, onde se faz a glorificação dos feitos de D. Lourenço de Almeida, sucessor do Conde de Galveias na administração das Minas:

“Mas qual te chamarei, ó sempre digno
Sucessor de Galveas; o benigno
Céu, que te envia a nós, de riso cheio
O seu semblante inculca; ah! que do meio
Do Guadiana te arrancou! Pendente
Lá vejo a espada, e vejo a areia quente
Do sangue derramado! Que destino
Tão fausto para nós! Já imagino
Que eternos os teus dias lograremos!
Dos Tritões sobre as costas levaremos
Ao luso Atlante, nunca tão pesados,
Os Reais Cofres; vinde, ó dilatados
Sertões, vinde montanhas, vinde rios;
Chegai também, ó bárbaros Gentios
Do bravo Cuiabá, do Mato Grosso,
De Pilões, de Goiases, vede o vosso
Destro Governador, que desde as
Minas Sustenta a rédea, e manda as peregrinas
E sábias direções, com que reparte
Em uma e outra dilatada parte

⁷² PROENÇA FILHO, Domício (org) A poesia dos Inconfidentes (Poesia completa de Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga, Alvarenga Peixoto. Artigos, ensaios e notas de Melânia Silva de Aguiar et al. Rio de Janeiro. Nova Aguilar, 1996. pg 366

Sua próspera mão, com que segura
O bem do Rei, dos Povos a ventura”
(Vila Rica, Canto IX, vv 2119-2130)

O evento é fundamentado historicamente na introdução de informações rápidas a respeito desses governos, chegando enfim ao governo do conde de Bobadela, onde reside justamente a homenagem contida no poema:

“A D. Lourenço de Almeida sucedeu o Conde das Galveas, André de Melo e Castro, que tomou posse em o 10 de setembro de 1732, na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias. O Conde das Galveas deu posse a Gomes Freire de Andrada, em 26 de março de 1735.

Mediaram alguns governos, como foi o de Martinho de Mendonça Pina e Melo na ida que fez o dito Conde de Bobadela ao Rio de Janeiro, em 15 de março de 1736; foi outra vez levantado o pleito de homenagem em 26 de dezembro de 1737.”⁷³

A história mais uma vez se apresenta em um princípio educacional-exemplar, sendo tratada como elenco de exemplos para classificar a grandiosidade de algum feito ao personagem de sua narrativa, assim como ocorre no seguimento abaixo, quando o autor se dispõe a cantar as glórias dos Andradas:

"Já no pardo Uruguai busca a corrente;
O irmão o substitui; o sangue ardente
Lhe lembra a imitação de heróicos feitos ,
Generosos Andradas, dignos peitos!
Este alimpa os sertões da gente ociosa
Que do roubo se nutre, a deliciosa
Margem do Rio Grande é povoada
Toda a larga campina que pisada
Fora do cafre vil do Régio Erário
Rende os tributos; pode o céu contrário,
Sim, roubar-vos, ó Freires, mas na idade.
Há de ser imortal nossa saudade."
(Vila Rica. Canto IX. vv 2141 – 2152)

O heroísmo saudado aí é continuidade de um preceito iniciado mesmo em Portugal e que tem continuidade na capitania, na pacificação e no estabelecimento da

⁷³Ver: PROENÇA FILHO, Domício (org) A poesia dos Inconfidentes (Poesia completa de Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga, Alvarenga Peixoto. Artigos, ensaios e notas de Melânia Silva de Aguiar et al. Rio de Janeiro. Nova Aguilar, 1996. pg 373

administração portuguesa em terras brasileiras. A imagem dos horizontes do Tejo é assim utilizada para compor um cenário de origem e predestinação do herói a ter seu nome impresso guardado entre as Minas, para assim estender na América novos espaços ao Império português:

"Quanto de novo tem acrescentado
Domésticas aldeias reconhecem
A proteção do rei; já obedecem
As distantes regiões; vem o Tapuia
Do escuro Cuieté, ou do Urucuia.
Beijar o Santuário; qual se esconde.
Rio, ou montanha tão remota, aonde
Não se investigue por seu mando o ouro."
(Vila Rica. Canto IX. vv 2170 – 2177)

Pressupõe aí o autor o reconhecimento da autoridade do Rei, por parte mesmo dos indígenas de diversas regiões. Sabe-se bem daquela suposta universalidade dos pressupostos que definiam a ordem de Estado em seu corpo místico católico. Nele o indígena, ao ter a 'verdade' revelada na presença deste Estado – representado aí pelos conquistadores e administradores da Metrópole – deve acordar em si a fé que sempre esteve embrionária. Já foi escrito sobre a suposta ingenuidade e inocência do indígena, envolto aí por uma concepção inicialmente religiosa, enquanto desconhecedor do pecado original, o que se percebia na nudez; posteriormente, valores como a pureza de caráter foram glorificados pelo romantismo na busca do elemento brasileiro. Criações e recriações que sempre moldaram o indígena a partir das percepções morais e religiosas desse estado monárquico e católico.

A seguir retoma a seqüência da narrativa. Logo após se ouve o canto da ninfa, de “profético espírito” a “sonorosa trompa se ouve”. È Albuquerque chegando aos olhos de Garcia. A imagem é fantástica, sua chegada faz soar clarins e emudecer a natureza, e o Itamonte e 'em vivas tudo soa'. Garcia e Albuquerque prosseguem, junto a eles Borba Gato e outros como Fialho, posteriormente incorporados ao grupo, que chegam em

Itamonte. A narrativa enfim vai caminhando para o seu termo, com os descobridores a se reunirem novamente, em festiva reunião a celebrar a fundação da capital das Minas:

"O gênio celestial, que pôde um dia
Descobrir-me o segredo deste empório,
Tudo aos meus olhos, tudo pôs notório;
Vi este sítio, o Vale, o Rio, a Serra,
E os tesouros, que o monte ao longe encerra;
Aqui entre estes povos se levante
A vila, e já passando mais avante
Se erija a capital [...]"
(Vila Rica. Canto IX. vv. 2212-2219)

E, no diálogo com Garcia, temos Bartolomeu Bueno a contar mais um pouco da história das Minas. Conta este que um índio, ao socorrê-lo, passa a lhe contar sobre Blázimo, valente guerreiro e comandante de diversas aldeias, que estava enamorado da índia Elpinira. Ocorre que outro índio, de nome Argante,, também a desejava, e a sorte em duelo deve resolver a questão, sendo intermediário da disputa o próprio pai de Elpinira; o velho Elpino. Argante e Blázimo ornam-se para o duelo, o primeiro com “verdes penas” e o segundo com diversas flores misturadas. É Elpinira quem decide as regras do jogo que são as seguintes: ela deve segurar ocultamente uma pedra em cada mão, a pedra branca indica o vencedor, a negra o perdedor. Blázimo vence e Argante se retira, furioso:

"Viva Blázimo! Dizem: Rogo as vozes
A Argante vão ferir, e tão atrozes
Passam a ser as fúrias em seu peito,
Que desde aquele instante faz conceito
De vingar sua dor, roubando a glória,
Ao mesmo que o privara da vitória."
(Vila Rica. CantoIX. vv 2287-2292)

E um suposto e lisonjeiro reconhecimento da derrota - que chega ao ponto de Argante demonstrar a inexistência de inveja e a alegria que deposita nas núpcias de

Blázimo. O opositor trama sua vingança, na “dura força de um mentido afeto”. A emboscada planejada atinge bem o inimigo bem como os que estavam ao seu lado:

"Colérico, soberbo e triunfante
Sobre os desprevenidos que acompanham
Sem armas ao seu Rei, todos se apanham
Presos às mãos das emboscadas; morrem
Imensos índios a fugir recorrem."
(Vila Rica. canto IX. vv. 2344-2348)

Seu plano de vingança consiste em armar uma emboscada situada em uma estrada que liga a sua aldeia com a do inimigo. Blázimo cai na armadilha, um buraco oculto com estacas no fundo, junto com Elpinira e Alpino, seu sogro. Os três morrem. No local surge uma árvore brotada por ação do Céu “que verte cheiroso sangue”, fazendo com que Blázimo continue presente em seu tempo e lugar, estando mesmo o céu a vingar sua morte

"Vê-se brotar uma árvore, que verte
Cheiroso sangue. O caso se converte
Em fabulosa história e se acredita
Que Blázimo, a quem segue esta desdita,
Das mesmas flores de que atesta ornara,
E do seu sangue a cor e o cheiro herdara;
E que o Céu testemunhos multiplica,"
(Vila Rica. Canto IX. vv.2355-2361)

Albuquerque, a ouvir Bueno, prevê o quanto o nome do Rei tem sido malquisto em terras americanas, entre os chefes dos povos levantados; em função disto reafirma a autoridade real chamando seus principais membros a ouvi-lo.

O discurso que aí se inicia evidencia novamente a concepção teológico-política do Estado Português, bem como a noção de submissão dos súditos, em mais uma demonstração da força do Estado. O trecho é longo, mas convém dividi-lo para melhor análise.

Inicialmente, Albuquerque busca reforçar entre os seus ouvintes a posição de vassallos do reino, subentendendo-se assim a condição da própria colônia como parte do Império:

"Vassallos sois de um Rei; que não vos deve
O cetro, ou a coroa; a origem teve
Já dos vossos Senhores; por herança
O Reino Augusto em suas mãos descansa."
(Vila Rica. Canto IX.2377-2380)

No trecho seguinte, a condição de vassallo revela a impossibilidade da posse do ouro, visto não pertencer ao súdito, mas ao espaço físico do Império. Certamente aí o interlocutor Albuquerque pretende desqualificar a desordem e a rebeldia que envolviam a posse do ouro, conforme se poderá observar o ouro é “tributo” e “ dádiva nossa”, e sendo do Rei, pertence ao Império, sendo portanto de todos.

"Sendo assim, bem sabeis que é só tributo,
E não dádiva vossa aquele fruto
Que adquirem vossas forças; dou que fosse
Vossa a conquista; o seu domínio e posse
Só cede ao vosso Rei; causa comua,
Seja ela embora, é nossa, porque é sua."
(Vila Rica. Canto IX. 2381-2386)

Diante do caráter universal do Império, dispõe sobre o princípio paternal do Rei, que paira sobre seus súditos, estendendo a todos a mão e garantindo a lei a ordem; ao final, o princípio do pacto do rei com o súdito se reafirma:

"Ele os seus braços para nós estende,
Nos manda e rege, e tudo compreende
O seu império na maior distância;
Nós juramos das Leis toda a observância,
E do primeiro pacto não devemos
Apartar-nos, pois nele nos prendemos."
(Vila Rica. Canto IX.vv2387 2392)

E, como bom súdito que é Albuquerque, transmite enfim o princípio misericordioso do Soberano aos seus comendados:

"Não quero crer a sem-razão perjura,
Que dominou em vós; a caluniosa,
Torpe mentira, cuidado que enganosa
Fez voar tudo quanto é já notório
Que tem feito a ruína deste empório;
Enfim perdão a todos o passado;
Firma o Rei o perdão que tenha dado."
(Vila Rica. Canto IX. vv 2398 – 2404)

E assim reafirma a autoridade do Estado na determinação da pacificação dos chefes indígenas:

"Farei por conservar na paz, que espero;
Mas da vossa obediência a prova quero
Mais sólida e mais firme; ao longo centro
Dos Sertões passareis, e ali dentro
Dos seus limites contereis seguros
Na doce paz os ânimos impuros."
(Vila Rica. Canto IX. vv2415 – 2420)

E encerra, reafirmando a caráter punitivo do Estado, que pune a rebeldia local para conservar a unidade do Império:

" Que os não manche outra vez o humor nocivo
Da infame rebeldia; o braço ativo.
Saberá, esgotando todo o empenho,
Destroçá-los, puni-los; mas que venho
A meditar? De vós tudo confio;
De nós, do vosso zelo, esforço e brio."
(Vila Rica. Canto IX vv 2421 – 2426)

O discurso funciona de maneira pedagógica, ensinando aos conjurados o valor da submissão ao Rei e ao Estado. Percebe-se aí um conceito moral que hoje parece contraditório: a valorização da submissão a uma ordem maior de caráter religioso e governamental. O individualismo não existe enquanto valor moral. No caso em questão, dois conjurados percebem a incoseqüência de seus atos, recebendo assim a lição;

"Conrado e outro conspirado frade
Ao longe vão marchando; e dão as costas
À torpe Hipocrisia, que dispostas
Tinha em vão as idéias do atentado;

a rebeldia ao centro tem baixado;
Cheio de fúrias mil vomita o fogo.
O interesse, que o guia arrasta logo
O falso Engano e a traição malvada,
Que vêm tanta fadiga malograda."
(Vila Rica. Canto IX.vv. 2438-2446)

Já no canto X, a beleza do Itamonte é revelação da alegria personificada no meio natural de Minas por ter Albuquerque entre suas matas, em busca do ouro:

"Eis que Albuquerque, adiantado o passo,
Da margem que deixava, em breve espaço
Pisava as faldas do Itamonte: estava
Co's olhos fitos o Gigante, e dava
Vivos sinais de uma alegria interna;
Certo que de seus braços já governa
Tão grande parte a direção prudente
Do magnânimo Herói, ele impaciente
Na dilação de ver a Vila erguida."
(Vila Rica. Canto X. v.v 2453-2461)

Existe aí o claro desejo, expresso pelo Itamonte, de submissão inerente aos membros do corpo místico do Estado. A celebração expressa por Cláudio na alegria do Itamonte em ver-se dominado por Albuquerque bem o evidencia. Mais uma vez o poeta anima o monte gigante a expressar-se:

"Ó tu, por tantos riscos triunfante,
Albuquerque feliz, pois que a fortuna
Te conduziu com máxima oportuna
A registrar de perto os meus domínios,
Pois que cortados os fatais desígnios
Do conjurado bando alegre pisas
Este verde País, onde eternizas
Em gloriosos feitos o teu nome,
Deixa que em teu obséquio a empresa tome
De ir já desentranhando do meu seio
Os mármore mais finos [...]"
(Vila Rica. Canto X. v.v 2464-2474)

Livrando o Itamonte de “conjurado bando” eterniza em terra recém fundada, em “verde país”, a glória da administração, cumprindo assim em seu nome os desígnios da

empresa ultramarina, que transparece em verdadeira lei universal a manter perfeita a harmonia do todo:

"De um aguçado alfange; assim denota
Que aos crimes ameaça, e o sangue esgota
Dos que entregues à pérfida maldade
Desconhecem as leis da humanidade."
(Vila Rica. Canto X. v.v 2482-2485)

Como o sol que ilumina a todos os planetas sob seu raio, ressurge constantemente a autoridade do Estado, como padrão a ser obedecido:

"Este padrão no meio se desloca
Da Régia praça, que os céus provoca
Soberba torre em que demarca o dia
Volúvel ponta, e o sol ao centro guia."
(Vila Rica. Canto X. v.v 2486-2489)

E assim a harmonia do Império se revela onde possa pairar a justiça e a liberdade que “prende” o delinqüente, mantendo-o fiel ao Império, em sólida balança:

"A liberdade prende o delinqüente
E arrastando a misérrima corrente
Em um só ponto de equilíbrio alcança
Todo o fiel da sólida balança."
(Vila Rica .Canto X vv. 2494-2497)

Mesmo uma suposta auto-suficiência de uma sábia monarquia que dispensa a sabedoria do Senado é vista da perspectiva da boa administração que poupa gastos desnecessários:

"Da sala superior teto dourado
Já se destina ao público Senado,
Que o Governo econômico dispensa."
(Vila Rica. Canto X vv 2498-2500)

A preceptiva do domínio sob a vontade do dominado cujo princípio se encontra na lógica do Estado é manifesta também no processo de urbanização das terras do ouro. Nele ocorre junto a esta preceptiva a efetivação do aparelho fiscal português nas mãos de Régios Ministros:

"Lavra artífice destro sem sentença
[...]
As majestosas casas, que recolhem
Régios Ministros que os tributos colhem;
Em respectivos tribunais decentes."
(Vila Rica. Canto X vv. 2501; 2504-2503)

E nesta pretensão de futura urbanidade o Itamonte prevê um futuro de glória pela urbanização imposta pela Metrópole:

"Tem Itamonte já no claro auspício
De um e outro magnífico edifício
As que espera lavrar líquidas fontes
Que vomitam delfins, e régias pontes,
Que se hão de sustentar sobre a firmeza
De grossos arcos de maior riqueza."
(Vila Rica. Canto X vv. 2505-2510)

Quanto às riquezas do Itamonte, Roma é o equivalente na comparação, em tempos de glória memorável. A referência a outros elementos míticos e históricos não se encerra aí, constantemente a comparação serve à construção da imagem grandiosa da constituição da administração nas terras mineiras:

"Trajando as galas da maior decência
Na casa do senado o Herói entrava
[...]
A farda militar, cinge-lhe o lado
A rica espada que já tem provado
Mil vezes o furor do irado Marte,
E a mão, que os prêmios liberal reparte
E dispõe os castigos, já sustenta
O bastão que os poderes representa."
(Vila Rica. Canto X vv 2516-2524)

Em tudo surge uma nova extensão do Império, celebrado mesmo pelo Sol que ilumina os tesouros representados pelo ouro de Minas:

"Brilha o asseio e a ostentação, a idéia.
Crê que dos Céus na vista se recreia,
Vendo nos recamados fios de ouro
Que o sol retrata ali o seu tesouro."
(Vila Rica. Canto X vv 2529-2532)

E a harmonia do Império, constituída sobre a contenção moral de toda transgressão, manifesta nas possíveis rebeldias de indígenas e súditos a verdadeira lógica do Estado. É o que transparece facilmente nas palavras finais de Albuquerque, pouco antes do término do poema:

"Felizes vós, feliz também eu devo
Chamar-me neste dia, pois que escrevo
Com letras de ouro o meu, e o nome vosso.
Entre as vitórias e entre as palmas posso
Seguro descansar; enfim caída
Vejo de todo a rebeldia erguida,
E Vassalos de um Rei, que mais vos ama
Buscáis acreditar a vossa fama
Com o dote imortal, que a Nação preza,
De uma fidelidade portuguesa.."
(Vila Rica. Canto X vv 2535-2544)

E ainda:

"De meus antecessores longe o susto;
Goze-se a doce paz, e um trato justo
De amizade e de fé, de hoje em diante
Acabe de apagar o delirante,
fanático discurso, que inda excita
De algum Vassalo a dor; não se limita
O Régio Braço; a todos se dilata
A todos favorece, acolhe, e trata
Sem outra distinção mais do que aquela
Que demanda a virtude ilustre e bela."
(Vila Rica. Canto X. vv.2545-2554)

Essas palavras de Albuquerque sintetizam muito do sentido histórico do poema de Cláudio Manuel da Costa. Inicialmente, a alegria da união entre a colônia e a metrópole é celebrada pelo ouro que ali deve ser explorado pela segunda. A colônia é alegre em bem servir a Metrópole, cumprindo sua função no Império. Nela se escreve 'com letras de ouro o meu e o vosso nome'. Ademais, a vitória de Albuquerque garante a segurança deste Império contra a rebeldia, louvando a virtude do bom servo e do bom súdito, ou mesmo do bom vassalo de "fidelidade portuguesa".

Adiante, o próprio Albuquerque se põe como garantidor da paz nas Minas diante da História de seus antecessores, pois "[...] longe o susto/ Goze-se a doce paz, e um trato justo/ De amizade e fé [...]"; clamando para que se encerrem em definitivo o "Fanático discurso, que inda excita", e que compreendem assim o "Régio Braço" que: "a todos favorece, acolhe, e trata/ Sem outra distinção mais do que aquela/ Que demanda a virtude ilustre e bela."

A urbanização novamente surge para representar a força e a posse, a vencer a selvageria com o ímpeto racional da civilização. Para encerrar a ação, solicita Albuquerque que se lavre imediatamente a escritura onde o arraial possa receber a ordenação que o eleva a Vila, celebrada aí na referência ao sábio trabalho do mineiro.

Dáí em diante, Cláudio Manuel da Costa dispõe uma seqüência de versos em glorificação das lides do trabalhador das Minas, citando a agricultura e a pecuária. Faz também referência à produção de açúcar e mesmo às árvores, comparadas aí às do Éden:

"Não menos brota a oriental figueira
Com as crescidas folhas, e co'o fruto,
Que inda nos lembra o mísero tributo,
Que pagam nossos país, que já tiveram
A morada do Éden e não puderam
Guardar por muito tempo a lei imposta
(Ó natureza ao Criador oposta!)"

Em terras tropicais se mostraria então a fertilidade da terra e a realização dos desígnios divinos não realizados em tempos de "nossos país" no Paraíso. Os pássaros de diversas cores são a seguir descritos junto às "feras e animais mais esquisitos"; tudo ao Herói Albuquerque se mostra como prêmio, ao contemplar enfim pessoalmente "a vida que lhes falta na pintura", e enfim encerra a nomear os futuros administradores de Minas:

"Manda o Herói que se extraíam dentre um vaso
Os nomes dos primeiros a quem toca
Reger a Vara que a justiça invoca."

Entre Melos, Fonecas, Gusmões e Farias vai Albuquerque a remontar a história da administração das Minas, esta que, conforme já se citou, confunde-se mesmo com a celebração da inclusão dos domínios do ouro no Império Colonial Português e da obediência, fidelidade e vontade de bem servir como valores compreensíveis na lógica dos Estados Modernos. Como consequência, temos ao final a alegria dos súditos de Minas:

"Ansioso o Povo, às portas esperava
Pela alegre notícia e já clamava
Viva o Senado... Viva! Repetia
Itamonte, que ao longe o eco ouvia."

E assim encerra a empreitada de cantar, em verso heróico, a sua pátria:

"Enfim serás cantada, Vila Rica,
Teu nome impresso nas memórias fica;
Terás a glória de ter dado o berço
A quem te faz girar o Universo."

Conclusão

Buscou-se neste trabalho sobretudo rever as possibilidades de leitura do *Vila Rica*, poema épico de Cláudio Manuel da Costa, publicado de maneira póstuma em 1839, propondo uma nova consideração do épico para a historiografia colonial. Percorremos, conforme se pode perceber, diversas esferas de análise do escrito, tanto como livro, objeto produzido por uma época na intermediação entre autor e público leitor, bem como fizemos considerações acerca da maneira como o gênero *História*, enquanto modelo de escrita utilizada para fins específicos, é tratada em *Vila Rica* nas partes que dividem a obra, sobretudo no que tange uma comparação entre a História escrita no *Fundamento Histórico*, estudo de caráter histórico e historiográfico pautado em documentação oficial e a utilização desta história no posterior poema épico.

A história utilizada no épico, conforme já se citou aqui, obedece a preceitos aristotelicamente pensados em tópicos específicos que buscavam uma adequação ao ambiente nativo do poeta que, por paixão, deve ser cantado mas pelo decoro poético não encontra lugar adequado. Vimos assim que este discurso funciona no poema como elemento criador de um repertório de tópicos mitológicas e históricas capazes de incluir o ambiente nativo na lógica contra-reformista do Império Português, dispondo assim de um conjunto de modelos retóricos apropriados para que se pudesse confessar o seu berço o seu respeito e maior paixão às Minas Gerais.

Esta aplicação de modelos corresponde justamente à inexistência do critério de “originalidade”, que tanto consagrou a literatura produzida a partir do romantismo, no século XIX. Na poesia valorizava-se, antes de qualquer coisa, a capacidade de bem aplicar os preceitos poéticos específicos de *discretos*, constituídos como tipos intelectuais caracterizados pela mediania no comportamento e nas paixões doutrinada por Aristóteles. O mau uso das tópicas poéticas definia a escrita afetada e vulgar,

conforme os graus com que o poeta desse tempo aplica os preceitos: para menos, de maneira insuficiente, ou para mais, de modo exagerado.

Como recurso para tanto, não é raro ver em narrativas históricas, à época de Cláudio Manuel da Costa, ornamentos aplicados a episódios e características de personagens, tanto na invenção quanto na disposição dos eventos, tudo ligado internamente na elocução do tema. Até mesmo a apreciação do leitor quanto ao gênero histórico perpassa a boa aplicação, por parte do autor, dos procedimentos retóricos próprios à elocução do gênero histórico-encomiástico, como é o caso do *Vila Rica*. O discurso será bom quanto melhor for obedecido o preceito disposto para o gênero histórico.

O *Gênero Histórico*, conforme vimos, possuía um princípio essencialmente utilitarista e educativo em sua aplicação na prosa e poesia histórica à época de Cláudio Manuel da Costa. Tratava-se de uma *História* reveladora de verdades que sempre reafirmavam a autoridade da monarquia, a soberania do império, os valores da hierarquia e a obediência do bom súdito. Marcados como mímese comprometida com a reafirmação constante de uma memória conhecida universalmente por meio da repetição de exemplos retirados da história, são dirigidos a um público que os reconhece como manifestação verdadeira do poder da monarquia, da Providência divina e do valor ético-moral da posição de súdito

Sendo assim, ao buscarmos estabelecer a análise dos escritos dos séculos XVI e XVII de caráter histórico, temos de considerar que são construídos sob a obediência de padrões teológico-políticos, retórico-poéticos e éticos. Pelo recurso da citação de diversos conhecimentos por meio de verossímeis, a memória é assim revelação da onipresença e onipotência divinas, visto que todos os acontecimentos ou *res factae* (coisas feitas) são evidências desta revelação. Além disso, devem servir de parâmetro de

boa conduta às ações futuras. Como consequência, tínhamos uma supervalorização da memória como detentora desses exemplos e modelos de conduta. O critério tem bases fundadas claramente em Cícero, para o qual a "história verdadeira é testemunho dos séculos, luz da verdade, vida da memória, mestra da vida e mensageira da Antigüidade"⁷⁴.

No caso específico do épico *Vila Rica* vimos que o celebrar o caminho do herói Antônio de Albuquerque pelos sertões mineiros até a chegada deste em Vila Rica, onde estabelece governo pacificando a região, obedece o mesmo princípio, pois no local o herói é representante do Rei a enfrentar com coragem a rebeldia dos emboabas e a selvageria do indígena, até o reestabelecimento da administração portuguesa sobre Vila Rica. Contendo a revolta emboaba – a qual o anterior governador Dom Fernando de Mascarenhas não havia conseguido controlar, por conta do poder obtido pelo ex-governador Manuel Nunes Viana como chefe dos revoltosos – o que se fixa em Minas são os valores de superioridade de Portugal sobre os súditos americanos.

Sendo assim, é evidente que em Cláudio Manuel da Costa a história é ainda o único fundamento da veracidade de qualquer discurso, inclusive o universo imaginativo da invenção poética retoricamente regrada. É nesse sentido que o autor tem a necessidade de escrever uma fundamentação histórica para o poema *Vila Rica*, onde os dois discursos, o histórico contido no *Fundamento Histórico*, e o épico do poema configuram gêneros literários distintos, formas diferentes de escrever que mantêm uma dependência mimética mútua, de modo a bem servir às pretensões do autor de glorificar por meio da história e da poesia épica o processo de construção heróica de Minas Gerais pela ação bandeirante, tópica nuclear de sua obra.

⁷⁴ Citado por: SINKEVISQUE, E. Retórica e política: a prosa histórica dos séculos XVII e XVIII: introdução a um debate sobre gênero (Dissertação de mestrado - Orient: Prof. Dr. João Adolfo Hansen. Área: Literatura Brasileira) Junho de 2000. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Depto de Letras Clássicas e Vernáculas.

Nesta perspectiva o que temos enfim em *Vila Rica* é um discurso ficcional que mimetiza a estrutura analítica de um discurso histórico comprometido em revelar a verdadeira saga dos bandeirantes, ficcional por essência, porém alicerçada em interpretações documentais. Sendo assim, sua contribuição à história é a constituição de uma consciência do passado por meio do heroísmo mítico da fundação das cidades das Minas. É nas Minas que o poeta se ressentirá, conforme muito já se escreveu⁷⁵, de não poder apagar as marcas de uma alteridade rude que à primeira vista parece causar-lhe estranheza. O poeta deseja, iluminado pelas luzes da História e das musas, elevar a memória do povoamento das Minas Gerais. A pesquisa histórica e o poema que daí resultam podem definir o início de uma historiografia de Minas entre o resumido conjunto de textos produzidos na América Portuguesa.

No século XIX, o discurso historiográfico fundado na chamada documentação oficial usufruía do privilégio de deter ‘a verdade dos acontecimentos passados’, tendo um caráter indubitavelmente científico, segundo a interpretação histórica aberta por Leopold Von Ranke, crente ao extremo na objetividade do documento. Para o historiador, com documentos confiáveis seria possível escrever os fatos *como eles realmente aconteceram*. De lá para cá, devido às redefinições da narrativa feitas pela teoria literária, a historiografia deslocou o critério de verdade única, dada pelos documentos, para a multiplicidade das práticas que impossibilitam ao historiador abarcar a totalidade da verdade a partir da análise histórica. Nessa perspectiva, o historiador deve ter como certo que seu discurso é uma interpretação sobre o passado, mas em todo caso interpretação particular, o que não significa que possa “inventar acontecimentos” e dar-lhes condição de fato; mas não deixa de inventar discursos

⁷⁵ Grande parte daquilo que se escreveu sobre Cláudio Manuel da Costa vê no poeta um ‘exilado na própria terra por estar ressentido o poeta (e assim ele mesmo o escreve no prólogo das *Obras* de 1768) por não poder encontrar entre a natureza de Minas algo como as ‘as delícias do Tejo e do Mondego’, outras leituras, como a que aqui se busca fazer, procuram chegar a outras conclusões.

variados diante da suposta objetividade do passado lido como sucessão de fatos objetivos⁷⁶. Nas teorias atuais da história, sobretudo após a polêmica indistinção entre a história e os gêneros ficcionais discutida por Hayden White, por vezes fica indistinto o teor da narrativa histórica e da narrativa ficcional, visto que ambas são construídas por interpretações de dados colhidos da observação do real transfigurados por certas doses de fantasia. Sempre o que prevalecerá será, porém, a dimensão individual do dado real, transmitido pelo autor. Com a devida crítica dos historiadores, a linha que antes separava o discurso histórico da literatura é bem mais tênue do que imaginavam aqueles historiadores preocupados em defender o específico de seu discurso ou a sua suposta “cientificidade”.

O filósofo ilustrado Voltaire via no discurso épico uma falsificação histórica aceita como tal e não algo originado diretamente da imaginação poética. Se lembramos a intenção declarada do autor de “louvar os feitos dos primeiros povoadores” por meio da invenção de um poema épico precedido de um estudo histórico baseado em pesquisa documental, vemos que a imaginação poética aplicada à matéria histórica construída de antemão não faz falso um discurso histórico, mas é antes a invenção verossímil de um passado heróico como ficção de uma memória positiva do passado. Nesta pretensão, o discurso ficcional fruto da reinvenção do passado tem utilidade e, portanto, deverá ser aceito em sua declarada pretensão.

Assim, o discurso histórico de Cláudio não pretende, conforme se acredita hoje em dia, ter a função do moderno discurso historiográfico, abarcando a maneira como os homens do passado compreendiam a realidade em que viviam a partir da definição de aspectos de sua mentalidade. Se for entendido como historiador, Cláudio Manuel da

⁷⁶ No caso das letras coloniais, o acontecimento passado entendido e definido como objetividade de ‘fato’ não existe. Trata-se, no caso, de *res gestae*, “coisas feitas”, determinadas em tópicos retóricas que conformam ou modelam a narração das ações e eventos. O “fato” é uma invenção essencialmente positivista e romântica do século XIX.

Costa é evidentemente um historiador de seu tempo e como tal compreende a história como discurso de gênero epidídico que celebra os acontecimentos passados. Quando se põe a escrever história, Cláudio Manuel da Costa, como outros historiadores de seu século, faz constantes referências ao trabalho isento de paixões, à crença na verdade dos documentos e dos relatos de considerável confiança para a construção do verdadeiro discurso histórico sobre Minas Gerais. Apesar disso, conforme se especificou acima, sua objetividade na escolha e no tratamento das fontes não leva necessariamente aos acontecimentos como eles “realmente aconteceram”, com suas contradições e irregularidades. Sua história caminha em um único sentido: louvar as boas realizações da obra colonizadora portuguesa em Minas, por meio da ocupação heróica dos bandeirantes e do estabelecimento da administração organizadora dos arraiais, o que, antes de tudo, funciona como confirmação da revelação divina como fundamento para a superioridade da Monarquia Portuguesa.

Por outro lado a utilização da mitologia no poema é um fator importante a ser destacado. Vimos como este critério funciona como elemento integrador do ambiente local aos desígnios divinos e políticos de dominação do Estado Português e como modelo de boa poesia determinados por um decoro poético específico e funcional determinante do gosto do homem letrado, também um dominante deste decoro. Em última instância essa determinação definia mesmo uma separação entre o *discreto*; aquele que dominava as tópicas aristotelicamente pensadas no meio termo entre o excesso e a escassez, em todas as esferas da vida; e o *vulgar*, aquele que não dominava, ou não queria compreender, o limite que separava o excesso da escassez.

A mitologia, compreendida aí na utilização de elementos mitológicos europeus, vinculados à mitologia nativa, perceptível em personagens mitológicos como o Itamonte e o Gênio da Terra são alguns dos exemplos citados de como essa mitologia fora

utilizada no épico. O caráter híbrido da mitologia nativa, criada como repertório poético de bases européias e nativas é dissecado por Jairo Luna, em seu estudo sobre a retórica da poesia épica, neste estudo é possível ler:

“Sendo nossas letras colonizadas e dominadas por portugueses, seria justo que sua mitologia fosse híbrida, fruto da associação dos povos que formaram nosso povo. As figuras mitológicas de Cláudio são personagens da selva, de estirpe nobre e que auxiliam, de um lado ou de outro, o herói na sua tarefa, tendo este como principal obstáculo não o Itamonte, mas sim a desunião entre seus compatriotas.”

O estudo de Eliana Scotti Muzzi, que serve de introdução à parte que cabe à obra de Cláudio Manuel da Costa na Poesia dos Inconfidentes, também corrobora com esta idéia. Segundo a autora, Cláudio Manuel da Costa, ao escrever o *Vila Rica*, confere uma origem mítica e lendária a Minas. Uma espécie de identidade cultural elaborada entre a rudeza do ambiente nativo e os valores da cultura européia em constante embate. Será nesta relação conflituosa entre pátria e reino que surgirá algo que já não se confunde com Portugal; algo específico de Minas. Para tornar possível cantar a rude porém amada pátria mineira de Cláudio Manuel da Costa; um incipiente repertório de tópicos, preceitos e mitos ligados à história de Minas, colaborando então para a melhor afirmação de uma historiografia de Minas Gerais, e em âmbito maior da própria historiografia colonial.

De posse desta discussão cremos ter contribuído para o início de novas análises, no âmbito historiográfico, para com a obra épica de Cláudio Manuel da Costa, tão menosprezada pela maioria da crítica já feita sobre o poeta mineiro. Esperamos que outros trabalhos surjam, ou a desenvolver melhor o que aqui se apresenta ou mesmo criticar e ultrapassar o que aqui se escreve, pois é daí que sobrevive o conhecimento, da discussão e sobreposição de idéias.

BIBLIOGRAFIA

FONTES

COSTA, Cláudio Manuel da. *Obras de Cláudio Manuel da Costa, Arcade Ultramarino, chamado Glauceste Saturnio*. Coimbra: Officina de Luiz Secco Ferreira, 1768.

_____. “*Memória Histórica e Geográfica das descobertas das Minas*” 1º edição. O Patriota. nº 4, abril de 1813.

_____. *Memória Histórica e Geográfica das descobertas das Minas*. 2º edição. Correio Brasiliense. Vol.22. 1819

_____. *Villa Rica*. Ouro Preto: Tipografia do Universal, 1839.

_____. *Vila Rica*. 2.a ed. Ouro Preto: Tipografia do estado de Minas, 1897.

_____. *Obras poéticas de Cláudio Manuel da Costa*.

RIBEIRO, João (organizador) Ed. Guarnier. 1903

COSTA, Cláudio Manuel da. "Vila Rica". 4.a ed. In: ANUÁRIO DO MUSEU DA INCONFIDÊNCIA. Ouro Preto: [s.n.], 1957, vol. IV, p. 113-97.

_____. *Vila Rica*. 5.a ed (Edição de Augusto de Lima Júnior). In: LIMA JÚNIOR, Augusto de. *Cláudio Manuel da Costa e seu poema Vila Rica*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1969.

_____. PROENÇA FILHO, Domicio (org.) *A Poesia dos Inconfidentes: Poesia completa de Cláudio Manuel da Costa, Tomás António Gonzaga, Alvarenga Peixoto. Artigos, ensaios e notas de Melânia Silva de Aguiar et al.* Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996.

BIBLIOGRAFIA AUXILIAR

ABREU, José Capistrano. *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*. 4.a.ed. revista, anotada e prefaciada por José Honório Rodrigues. Rio de Janeiro: Livraria Briguiet, 1954.

ALBUQUERQUE, Martim de. *A Sombra de Maquiavel e a Ética Tradicional Portuguesa*. Ensaio de História das Idéias Políticas. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa - Instituto Histórico Infante Dom Henrique, 1974.

ALCIDES, Sérgio. *Estes Penhascos: Cláudio Manuel da Costa e a paisagem das Minas - 1753-1773*. São Paulo: Hucitec, 2003.

AMORA, Francisco *A Literatura do setecentos* Em: COUTINHO, Afrânio (dir). *A literatura no Brasil*. Vol 1: Barroco/ Neoclassicismo/ Arcadismo. 2ª edição. Rio de Janeiro. Editorial Sul Americana S.ª 1968

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil, por suas drogas e minas*. Texto da edição de 1711, com comentário crítico de Andrée Mansuy. Paris: Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine, 1968.

ARISTÓTELES. *Arte Retórica e Arte Poética*. Tradução de Antônio Pinto de Carvalho. Rio de Janeiro/São Paulo: ediouro Publicações, [s.d.].

ARISTÓTELES, HORÁCIO, LONGINO. *A Poética Clássica*. São Paulo: Cultrix, 1990. Tradução direta do grego e do latim de Jaime Bruna. (p. 60-65)

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. [1992]. 5. a.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 2ª edição. Editora Cultrix. 1974

BOTERO, João. *Da Razão de Estado*. Coordenação e introdução de Luís Reis Torgal. Tradução de Raffaella Longobardi Ralha. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica - Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, 1992.

BOURDIEU, Pierre, *O poder simbólico*. (Trad: Fernando Tomaz) 5ª edição. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2002.

_____ *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*, (Trad: Maria Lúcia Machado) São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____ *Livre troca: diálogos entre ciência e arte*. (apres: Inês Champey, trad: Paulo César Costa Gomes). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

BOXER, Charles. *A Idade de ouro do Brasil : dores do nascimento de uma sociedade colonial*. (Tradução de Nair de Lacerda. Prefácio de Carlos Rizzini) 2ªedição. Cia Editora Nacional do Livro. São Paulo.1969

BRANDÃO, R. O. *Poética e poesia no Brasil (Colônia)*. São Paulo: Editora UNESP: Imprensa Oficial do Estado, 2001.

BURKE, P. "História e narrativa". In: *A escrita da história*. São Paulo : EDUNESP, 1992

- CAMÕES, Luís de. *Os Lusíadas*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1990.
- CÂNDIDO, Antônio. *Formação da Literatura Brasileira (Momentos Decisivos)*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 6ª ed., 1981, 1º vol.
- _____. *Literatura e sociedade*, São Paulo, Editora Nacional, 1985
- CANDIDO, Antonio. "Os poetas da Inconfidência". In: IX ANUÁRIO DO MUSEU DA INCONFIDÊNCIA. Ouro Preto: Ministério da Cultura/IBPC, 1993.
- CARDOSO, Solange Aparecida. *Práticas de representações festivas dos séculos XVII e XVIII: Triunfo Eucarístico (Vila Rica, 1733)* – Dissertação de Mestrado em Literatura Brasileira apresentada ao Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Universidade de São Paulo. FFLCH. USP. 2000
- CARPEAUX, Otto Maria. *Pequena bibliografia crítica da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. de Ouro, 4ªed., 1968.
- CASTELLO, José Aderaldo. *A Literatura Brasileira: Origens e unidade (1500-1960)*. São Paulo: Edusp, 1999, 2 vol.
- _____. *Método e Interpretação*. São Paulo. Conselho Nacional de Cultura – Comissão de Literatura. Imprensa Oficial do Estado. 1964.
- _____. *A Literatura Brasileira*. Vol 1: Manifestações literárias da Era Colonial (1500/1808-1836) 2ª edição. São Paulo. Editora Cultrix. s/d.
- _____. "O movimento academicista". Em: COUTINHO, Afrânio (dir). *A literatura no Brasil*. Vol 1: Barroco/ Neoclassicismo/ Arcadismo. 2ª edição. Rio de Janeiro. Editorial Sul Americana S.ª 1968.
- CASTRO, Sílvio. A Carta de Pero Vaz de Caminha. Porto Alegre: L&PM, 2003. pg. 115-116
- CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CERTEAU, Michel de . "A operação historiográfica". In: A escrita da história. Rio de Janeiro : Forense, 1982.
- CHARTIER,R. A história cultural entre práticas e representações. (Trad: Maria Manuela Galhardo) Lisboa /Rio de Janeiro : Difel/Bertrand Brasil, 1990. (Coleção Memória e Sociedade)
- _____. "O mundo como representação". In: Revista do IEA. São Paulo : USP, 1992.
- DARNTON, Robert. *Boemia literária e Revolução: o submundo das letras no*

- Antigo Regime. (Trad: Luís Carlos Borges) São Paulo. Companhia das Letras, 1987
- DURÃO, José de Santa Rita. *Caramuru: Poema Épico do Descobrimento da Bahia*. [1781]. 3.a. ed. Bahia: Typografia de Serva e Comp., 1837.
- DUTRA, Waltensir. “*O Academicismo na poesia lírica, épica e satírica*”. Em: Coutinho, Afrânio (dir). *A Literatura no Brasil*. Vol 1 Barroco/ Neoclassicismo/ Arcadismo. 2ª edição. Rio de Janeiro. Editorial Sul Americana S.ª 1968
- ELIAS, Norbet. *A sociedade de corte*. Trad. Ana Maria Alves. Lisboa: Imprensa Universitária/Estampa, 1987.
- FADEL, Bárbara. *Cláudio Manuel da Costa e o Fundamento Histórico ao Poema Vila Rica*. Dissertação (Mestrado em História) - UNESP, Franca (SP), 1985.
- FAJARDO, Diego Saavedra. *Empresas Políticas: Idea de um Príncipe Político-Cristiano*. [1640]. Edição preparada por Quintin Aldeã Vaquero. Madrid: Editora Nacional, 1976, 2 vols.
- FALCON, Francisco José Calazans. *A Época Pombalina: (Política Econômica e Monarquia Ilustrada)*. São Paulo: Ática, 1982.
- FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. 10.a.ed. [1.a.ed. 1958, 2.a.ed. rev. 1973]. São Paulo: Globo/Publifolha, 2000, 2vol.
- FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- FRANCO, Afrânio de Mello. *Claudio Manuel da Costa: conferência feita no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 5 de junho de 1929*. Em: Revista do Archivo Público Mineiro. Direcção e Redacção de Aurélio Pires. Ano XXIII – 1929. Belo Horizonte. Imprensa de Minas Geraes. 1929. Pg. 43- 67
- FRIEIRO, Eduardo. *O Diabo na Livraria do Cônego*. [1945]. 2.a.ed. Revisada e aumentada. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Edusp, [s.d.].
- FURET, F. “Da história-narrativa à história-problema”. In: A oficina da história. Lisboa : Gradiva, s/d.
- GAMA, José Basílio da. *O Uruguay*. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1769.
- GINZBURG, C. “Sinais: notas sobre um paradigma indiciário”. In: Mitos, emblemas, sinais. São Paulo : Cia. das Letras, 1989.
- _____ Olhos de Madeira: nove reflexões sobre a distância. (Trad: Eduardo Brandão). São Paulo. Cia das Letras. 2001
- _____ Relações de força: história, retórica, prova. (Trad: Jonatas

Batista Neto – São Paulo. Companhia das Letras. 2001

HANSEN, João Adolfo. *A Sátira e o Engenho*. 2.a. ed. rev. São Paulo: Ateliê Editorial/Campinas: UNICAMP, 2004.

_____. *Alegoria: construção e interpretação da metáfora*. 2.a.ed. São Paulo: Atual, 1987.

_____. *Barroco, neobarroco e outras ruínas*. In: *Teresa: revista de Literatura Brasileira*. São Paulo, n.2, p. 10-66, 2001.

_____. *Leituras Coloniais*. Em: ABREU, Márcia (org.). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: Mercado das Letras; São Paulo: Fapesp, 1999.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.) *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960. Tomo I: "A Época Colonial". 1.o vol.: "Do Descobrimento à Expansão Territorial".

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Capítulos de Literatura Colonial*. Organização e introdução de Antonio Candido. São Paulo: Brasiliense, 1991.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. [1936]. 4.a.ed. Prefácio de Antonio Candido. Brasília: UnB, 1963.

HUNT, Lynn. A nova história cultural. (Trad: Jefferson Luiz Camargo) São Paulo: Martins Fontes, 1992 (Coleção O Homem e a História)

IGLÉSIAS, Francisco. *Periodização da história de Minas Gerais*. Em: *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, vol 29, julho de 1970.

JANCSÓ, Istivan; PIMENTA, João Paulo. *Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional)*. Em: MOTA, Carlos Guilherme (org). *Viagem Incompleta: a experiência brasileira (1500 – 2000) formação: histórias*. São Paulo: Editora SENAC, 2000

LAPA, José Roberto do Amaral. *O Sistema Colonial*. 2.a.ed. São Paulo: Editora Ática. 1994. (série Princípios).

LAPA, Manuel Rodrigues. Os versos anarquistas do 'Vila Rica'. *Suplemento Literário do Minas Gerais*. Belo Horizonte, n. 86. abr. 1968.

LIMA, Oliveira. *Aspectos da literatura Colonial Brasileira*. (Introd: Hildon Rocha) Rio de Janeiro: F. Alves. Brasília: INL. 1984 (Coleção Dimensão do Brasil)

LIMA, Djalma Espedito de. *A épica de Cláudio Manuel da Costa: Uma leitura do poema Vila Rica*. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) - FFLCH/USP, São Paulo, 2007.

LOPES, Edward. *Metamorfoses: A Poesia de Cláudio Manuel da Costa*. São Paulo: UNESP, 1995.

LOPES, Hélio. *Introdução ao poema Vila Rica*. Editora Muriaé. Minas Gerais. 1985.

_____ *A formação política de Minas no poema Vila Rica*. Em: Revista Brasileira de Estudos políticos. Vol 62 Janeiro de 1986. (pg 117-172)

_____ *Letras de Minas e Outros Ensaio*s. Seleção e apresentação de Alfredo Bosi. São Paulo: Edusp, 1997.

LUNA, Jairo Nogueira. *Retórica da poesia épica: de Bento Teixeira a Sousândrade*. Dissertação (mestrado em Literatura Brasileira) - FFLCH, São Paulo (SP), 1997.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe* [1532]. 14.a.ed. Tradução de Maria Lucia Cumo. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MAXWELL, Keneth. *A devassa da devassa: A Inconfidência Mineira, Brasil - Portugal, 1730-1808*. [1.a.ed. 1973]. Tradução de João Maria. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____ *Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo*. (Trad: Antonio de Pádua Danesi) Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996

MELLO, J. A. Teixeira . *Cláudio Manuel da Costa [estudo]*. Em: Galvão, Benjamin Franklin Ramiz (Dir) Annaes da biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Vol 1.. Rio de Janeiro. Typ. G. Leuzinger & filhos. 1876. Pg 373-387.

_____ *Cláudio Manuel da Costa [estudo]* (continuação). Em: Galvão, Benjamin Franklin Ramiz (Dir) Annaes da biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Vol 2.(fascículo nº1). Rio de Janeiro. Typ. G. Leuzinger & filhos. 1877. pg 209-246.

MORAIS, Rubens Borba. *As bibliotecas Particulares*. Em: Livros e Bibliotecas no Brasil Colonial. Rio de Janeiro: Livros técnicos e Científicos, 1979. (Biblioteca Universitária de literatura brasileira: Série A; v. 6) Pg.23-38

NOVAIS, Fernando Antonio. *Portugal e Barsil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. 7.a.ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

PÉCORA, Alcir, Camões e Vieira: as Artes e os Feitos. *Máquina de Gêneros*. São Paulo: Edusp, 2001.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 19ª ed., 1986.

PROENÇA FILHO, Domício (org.) *A Poesia dos Inconfidentes: Poesia completa de Cláudio Manuel da Costa, Tomás António Gonzaga, Alvarenga Peixoto. Artigos, ensaios e notas de Melânia Silva de Aguiar et al.* Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996.

RAMOS, Péricles Eugênio da Silva (Introdução, seleção e notas). *Poemas de Cláudio Manuel da Costa*. São Paulo. Editora Cultrix. 1966.

ROCHA PITA, Sebastião da. *História da América Portuguesa, desde o ano 1500 do seu descobrimento até o de 1724. [1730]. Prefácio e Notas de Pedro Calmon. Apresentação de Mário Guimarães Ferri.* Belo Horizonte: Edusp/Itatiaia, [s.d.]. (Coleção Reconquista do Brasil, vol.32).

RODRIGUES, José Honório. *História da História do Brasil. Historiografia Colonial*. 2ª ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

_____. *Teoria da história do Brasil, introdução metodológica*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949.

ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*. [1888]. 3. a. ed. Aumentada, organizada e prefaciada por Nelson Romero. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943. Tomo II.

SEIA, Carlos. *E-Dicionário de termos literários*. Disponível em meio eletrônico no sítio da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova Lisboa na Internet, no endereço: <http://www..fcsh.unl.pt/edtl/verbetes>.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coord). *Dicionário da história da colonização portuguesa no Brasil*. Lisboa/São Paulo: Verbo, 1994.

SINKEVISQUE, E. Retórica e política: a prosa histórica dos séculos XVII e XVIII: introdução a um debate sobre gênero (Dissertação de mestrado - Orient: Prof. Dr. João Adolfo Hansen. Área: Literatura Brasileira) Junho de 2000. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Depto de Letras Clássicas e Vernáculas.

SODRÉ, Nélson Werneck. *História da Literatura Brasileira: Seus fundamentos econômicos*. [1938]. 2. a. ed., revista e aumentada. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.

SOUZA, Laura de Mello. *1680-1720: o império deste mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. *Desclassificados do Ouro: A pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

TAUNAY, A.E. *Relatos Sertanistas*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1981.

TEIXEIRA, Bento. *Prosopopéia*. [1601]. Com introdução, estabelecimento do texto e comentários por Celso Cunha e Carlos Duval. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro: Ministério da Educação e Cultura, 1972.

TEIXEIRA, Ivan. *Mecenato Pombalino e Poesia Neoclássica*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999.

TEOCRITO, *Idilli ed Epigrammi*. Traduzione, introduzione e commenti di Narina Cavalli. A cura de Marina Cavalli. Milano: Arnoldo Mondadori, 1991.

_____ *História das Bandeiras Paulistas (tomo I)*
3ª edição. São Paulo. Edições Melhoramentos; MEC. 1975.

VAINFAS, Ronaldo. História das mentalidades e História Cultural. Em: Vainfas, Ronaldo; Cardoso, Ciro Flamarion (org^{es}). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997

VALLE, Ricardo Martins. *A construção da Posteridade, ou A tradição para o Novo Mundo, ou A gênese como Ruína*. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) - FFLCH/USP, São Paulo, 2004.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 4ª ed., 1948.

VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga de Minas Gerais*. (Prefácio de Francisco Iglesias e Introdução de Basílio de Magalhães) Vol 1.4ª ed. Belo Horizonte. Itatiaia.1974.

_____ *História Média de Minas Gerais*. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional.1948.

VERÍSSIMO, José. História da literatura brasileira; de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908). 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954.

VERNEY, Luís Antonio. *Verdadeiro método de estudar, para ser útil à Republica, e à Igreja: proporcionado ao estilo, e a necessidade de Portugal. Exposto em varias cartas/escritas pólo R.P. *** Barbadinho da Congregasam de Itália, ao R.P. *** Doutor na Unversaidade de Coimbra/ [Luís António Verney]. Valensa [ié. Nápoles] na oficina de Antonio Balle, 1746, 2 tomos.*

VEYNE, Paul Marie. *Como se escreve a história*. Brasília: Unb, 1982.

VIEIRA, Antônio. *História do Futuro*. Em: Obras completas. Livraria Sá da Costa. Lisboa. 1953

VIEIRA, Antônio. *Sermões*. Organização de Alcir Pécora. São Paulo: Hedra, 2001, 2 tomos.

VOLTAIRE, [François Marie Arouet]. "Essai sur la poésie épique". In: *Ouvres Complètes*. Paris: Firmin-Didot Frères, 1834, tome X (La Henriade avec préfaces, avertissements, notes, etc.par M. Beuchot), p. 401-493.

VOLTAIRE, [François Marie Arouet]. *Dicionário Filosófico* [1764]. Martin Claret: São Paulo, 2004.

VOLTAIRE, Mr. De [François Merie Arouet]. *La Henriade*. Londres: [s.n], 1728.

WILKENS, Henrique João. "Muhuraida ou Triunfo da Fé - 1785". In: ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL. Rio de Janeiro: Bibioteca Nacional, 1989, v. 109, p.79-165.

WHITE, H. "A poética da história". In: Metahistória. São Paulo : EDUSP, 1992.

_____. *Trópicos do discurso.: ensaios sobre a crítica da cultura* (Trad: Alípio Correa de Franca Neto) . São Paulo : EDUSP, 1994. (Coleção Ensaios de Cultura, vol 6)

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)